

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----
----- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA,**
INICIADA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2007. -----
----- **ACTA NÚMERO TRINTA E QUATRO** -----

----- No dia 25 de Setembro de 2007, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência da sua Presidente efectiva, Excelentíssima Senhora Dra. Paula Maria Von Hafe Teixeira da Cruz, coadjuvada pelos Excelentíssimos Senhores Eng.º Jorge Manuel Mendes Antas e Nelson Pinto Antunes, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários. -----

----- Assinaram a “lista de presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Afonso Miguel Silveira Machado Pereira Costa, Alberto Francisco Bento, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Belo Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Bravo Martins de Campos, Ana Patrícia Lamy Barreiros, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, António Manuel, António Manuel de Sousa Ferreira Pereira, António Modesto Fernandes Navarro, António Paulo Quadrado Afonso, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Belarmino Ferreira Fernandes Silva, Carlos Filipe Marques Lima, Carlos Manuel Marques da Silva, Deolinda Carvalho Machado, Domingos Alves Pires, Duarte D’Araújo Jorge Cardoso da Mata, Ermelinda Lopes da Rocha Brito, Fausto Jorge Gonçalves Teixeira dos Santos, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Filipe António Osório de Almeida Pontes, Francisco Carlos de Jesus Vasconcelos Maia, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, Heitor Nuno Patrício de Sousa e Castro, Henrique José Praia da Rocha de Freitas, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Ismael do Nascimento Fonseca, João Álvaro Bau, João Augusto Martins Taveira, João Carlos Durão Lopes Saraiva, João Carlos Santos Pessoa e Costa, João Manuel Costa Magalhães Pereira, João Mário Amaral Mourato Grave, João Miguel Martins Ferreira, João Miguel Narciso Candeias Mesquita Gonçalves, João Paulo Mota da Costa Lopes, João Pedro Saldanha Serra, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim Emanuel da Silva Guerra de Sousa, Joaquim Lopes Ramos, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Manuel da Rocha Ferreira, Jorge Manuel Virtudes dos Santos Penedo, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Joaquim Vieira Pires, José Luís Sobreda Antunes, José Luís Teixeira Ferreira, José Maximiano de Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, José Rui Roque, Lúcia Marta Canha Fernandes, Luís Ângelo da Silva Campos, Luís Baltazar Brito da Silva Correia, Luís Filipe da Silva Monteiro, Luís Filipe Graça Gonçalves, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Marcelino António Figueiredo, Maria Albertina de Carvalho Simões Ferreira, Maria Alexandra Dias Figueira, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina, Maria de Lurdes Jesus Pinheiro, Maria Idalina de Sousa Flora, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa Rodrigues Neves Vicente Mendes, Maria Teresa Cruz de

Almeida, Maria Virgínia Martins Laranjeiro Estorninho, Marta Sofia Caetano Lopes Rebelo Gonçalves, Nelson Miguel Rodrigues Coelho, Nuno Roque, Paulo Alexandre da Silva Quaresma, Pedro Alexandre Valente de Assunção, Pedro Manuel Portugal Natário Botelho Gaspar, Pedro Pinto de Jesus, Rodrigo Jorge de Moctezuma Seabra Pinto Leite, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rogério da Silva e Sousa, Rogério Gomes dos Santos, Rui António Francisco Coelho, Rui Manuel Pessanha da Silva, Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Carlos Alberto Rebelo Costa, José Luís Português Borges da Silva, Pedro Manuel Tenreiro Biscaia Pereira, Luís Jorge Teixeira Mendes da Silva, Feliciano Marques Martins da Cruz David, Carlos Manuel de Melo Barroso, José Marcelino Carvalho. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- David Alexandre Ribeiro Valente, Manuel Luís de Sousa Silva Medeiros, Rodrigo Manuel Neiva de Oliveira Leal Lopes, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Vítor Manuel Alves Agostinho. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- António Silva Preto (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Luís Borges da Silva. -----

----- José Ribeiro Rodrigues (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Pedro Biscaia Pereira. -----

----- Ana Páscoa Baptista (PCP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Feliciano David. -----

----- Pedro Sampaio Nunes (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Carlos Barroso. -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Rui Marques (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da Penha de França, por Carlos Alberto Rebelo Costa. -----

----- João Nunes Ferro (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da Lapa, por José Marcelino Carvalho. -----

----- Rosa do Egipto (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria dos Olivais, por Luís Jorge Mendes Silva. -----

----- Justificou a falta à reunião o Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves da Silva (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica. -----

----- Às 15 horas e 20 minutos, constatada a existência de *quorum*, a **Senhora Presidente** declarou aberta a reunião, começando por cumprimentar o Sr. Presidente da Câmara e a Vereação, a quem desejou um mandato a bem da cidade, que contaria, naturalmente, com a colaboração da Assembleia, cumprimentando também os Senhores Deputados Municipais, o público e os funcionários. -----

----- Depois, declarou aberto o período destinado à intervenção do público. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- **O Sr. Miguel Ângelo Reis de Sousa**, morador no Palácio do Lavrador n.º 113, Estrada de Chelas, 1900-150 Lisboa, leu a seguinte exposição, que no final entregou na Mesa com o pedido que fosse distribuída a todos os Grupos Municipais: -----

----- “Na sequência da Proposta n.º 242/2007, aprovada em Reunião de Câmara no passado dia 5 de Setembro, relativa à extinção da EMARLIS – Empresa Municipal de Águas Residuais de Lisboa, e em discussão hoje nesta Assembleia, iniciaram os funcionários da referida empresa uma série de reuniões com todos os grupos políticos com assento nesta Assembleia, com o objectivo de dar a conhecer o trabalho realizado e as preocupações dos seus sete funcionários. -----

----- De todo o trabalho executado nos últimos anos de funcionamento da empresa, destacam-se os seguintes, que se encontram concluídos ou em fase de conclusão: -----

----- 1. Lançamento e acompanhamento do Plano Geral de Drenagem e Sistema de Apoio à Decisão. -----

----- 2. Início da monitorização de águas residuais na baixa pombalina: -----

----- 3. Levantamento e completamento do cadastro de Saneamento da CML. -----

----- 4. Representação do Município junto da SIMTEJO, com vista à instalação de medidores de caudal nas zonas limite dos Concelhos. -----

----- 5. Protocolo com o LNEC, que consistiu na elaboração de normas técnicas e regulamentos de saneamento básico para a cidade. -----

----- Os trabalhos desenvolvidos constituiriam os alicerces para uma gestão moderna e pró-activa do saneamento na cidade de Lisboa, pretendendo-se assim equiparar a mesma ao panorama existente nas grandes cidades europeias. -----

----- Estes trabalhos representam um grande investimento, tanto do ponto de vista financeiro, bem como de capital humano, que em nosso entender deverá ter continuidade, sob pena de se ver “desbaratado”o investimento e de se perderem instrumentos fundamentais para se atingir a excelência da gestão do saneamento de Lisboa. -----

----- É nossa opinião que na orgânica actual da Câmara Municipal de Lisboa não existe qualquer serviço vocacionado para a prossecução destes trabalhos, uma vez que os mesmos são de elevada especificidade e carecem de acompanhamento permanente. -----

----- Os funcionários da EMARLIS, cuja média de idades ronda os 30 anos, são técnicos qualificados e abnegados, qualidades essas que, no nosso entender, não devem ser descartadas pela Câmara Municipal de Lisboa, sobretudo tendo em conta o desinvestimento verificado na área de saneamento nos últimos anos. -----

----- Os sete funcionários encararam o projecto de integração na EMARLIS acreditando que o futuro do saneamento da cidade de Lisboa passaria por esta empresa, tendo para isso renunciado a outros projectos em que se encontravam ou que poderiam vir a integrar. Todos os funcionários possuem um vínculo sem termo à empresa, com a suposta estabilidade que isso acarreta. Nesse sentido as suas vidas foram pautadas por esse pressuposto, assumindo compromissos pessoais, familiares e financeiros, que hoje vêm em risco de não conseguir cumprir. -----

----- Face ao atrás exposto, é opinião destes trabalhadores que a Câmara Municipal de Lisboa, enquanto pessoa de bem possui responsabilidades sociais perante estes, das quais não se pode demitir. -----

----- Concluindo, solicitamos a V. Exas. que sejam tomadas todas as diligências necessárias para assegurar a integração dos sete funcionários na esfera da Câmara Municipal de Lisboa ou das suas participadas, como a SIMTEJO, e agradecemos a todos os grupos políticos a disponibilidade que demonstraram em nos receber num curto espaço de tempo.” -----

----- Finda a leitura da exposição, disse, ainda, que pretendiam que a Câmara Municipal, enquanto pessoa de bem, assumisse ali, hoje, frontalmente, a sua posição relativamente à reestruturação do seu sector empresarial, uma vez que sendo a EMARLIS a primeira empresa a ser extinta neste processo, como já foi afirmado que devido a constrangimentos legais não era possível integrar os sete funcionários no universo da Câmara, não queriam os mesmos servirem de cobaias no processo e daqui a algum tempo terem conhecimento que a posição da Câmara em relação a um maior número de funcionários de outras empresas era radicalmente diferente. -----

----- Com isso, não queriam dizer, obviamente, que desejavam mal aos colegas das outras empresas, mas sim que exigiam um tratamento justo e igual para todos, sendo eles sete ou setecentos. -----

----- **A Senhora Presidente** disse ao munícipe que no decorrer dos trabalhos da Assembleia havia um conjunto de iniciativas a propósito da matéria acabada de expor.

----- **A Sra. D. Elisete da Ascensão Esteves de Andrade**, moradora na Rua Rio Távora, n.º 34, 1600-743 Lisboa, disse que o Grupo Comunitário do Bairro Padre Cruz, um grupo informal com mais de 14 anos e que reúne regularmente as instituições e serviços do bairro, vinha desenvolvendo uma discussão participativa no processo da sua requalificação. -----

----- Referiu que foi em 7 de Março de 2006, em reunião realizada nas instalações da Igreja Paroquial, em que esteve presente a Sra. Vereadora Gabriela Seara, então responsável camarária por todo o processo de requalificação, que o Grupo Comunitário iniciara e reflexão e discussão das várias questões. -----

----- Ainda nesse mês, o projecto foi apresentado à Assembleia de Freguesia de Carnide pela Vereadora Gabriela Seara, e em 29 desse mesmo mês, em reunião pública, a Câmara Municipal aprovava, por unanimidade, o projecto de requalificação apresentado pela Senhora Vereadora. -----

----- Disse que desde o início a Junta de Freguesia tivera a preocupação de informar com oportunidade a população do bairro, através de atendimento próprio e informação escrita. A Câmara Municipal criara um Gabinete Local de Requalificação, dirigido por uma pessoa muito conhecedora da realidade, que voluntariamente e por consenso vinha coordenando todo o trabalho de acompanhamento e possível informação. O Grupo Comunitário passara a ter sempre como prioridade a reflexão sobre a requalificação do bairro e os seus elementos estavam organizados em subgrupos de trabalho, coordenados pelo Gabinete, fazendo parte deles elementos das diversas

instituições: Grupo de Informação e Preparação da População, Grupo Empresarial Comunitário, Grupo de Espaços Públicos e Grupo de Residências Assistidas. -----

----- Após um período de reflexão e de acordo com as características da população-alvo, em relação aos muitos moradores com mais de 65 anos e com profundo enraizamento ao bairro, foi definido que o processo de realojamento se desenvolvesse de uma forma faseada, de modo a diminuir os impactos negativos dos realojamentos provisórios a efectuar dentro do bairro. Foi definida a primeira zona de intervenção, e em 14 de Abril passado o Prof. Carmona Rodrigues, então Presidente da Câmara, em conjunto com o Presidente da Junta, com a Associação de Moradores e com a Coordenadora do Gabinete, reunira, por ruas, com os moradores da zona. -----

----- Posteriormente, seguiram-se os atendimentos por agregado familiar feitos pelos técnicos do Gabinete, foram recolhidos dados e informações sobre cada agregado até finais de Julho. Durante o mês de Agosto decorreram duas reuniões com a GEBALIS local para cruzamento de dados, e neste momento a degradação da zona de alvenaria do bairro começava a ser preocupante, algumas ruas configuravam já um bairro de barracas, mas tanto a GEBALIS como os moradores mais cuidadosos pensavam não se justificar obras de manutenção uma vez que a curto prazo se daria início à construção de novas habitações. -----

----- Mas as muitas casas emparedadas, os quintais por limpar, alguns treinos de lutas de cães e as ocupações selvagens nem sempre possíveis de evitar, estavam a descaracterizar o bairro e a favorecer o aparecimento de vários parasitas, aumentando a insalubridade e tornando os moradores inseguros, particularmente os mais velhos. ---

----- Por outro lado, preparar o processo de requalificação gerava nova instabilidade na população e retardava, para todo o bairro, a instalação de equipamentos necessários como o comércio, superfícies económicas de bens essenciais, agências bancárias, posto de correios, unidade de saúde, equipamentos para a infância e idosos. -----

----- Disse, ainda, que o Gabinete Local de Requalificação tinha neste momento destacados um funcionário administrativo da Junta de Freguesia, uma técnica da GEBALIS e duas pessoas voluntárias, a coordenadora e uma moradora há 47 anos representando a Junta de Freguesia. Teve mais técnicos pagos pela EPUL, mas que não tiveram a renovação do contrato. Desde Maio de 2007, nem a EPUL nem a Câmara Municipal de Lisboa suportavam qualquer encargo financeiro com esse departamento camarário no referente a avençados. -----

----- O Grupo Comunitário considerava que o Gabinete deveria manter a sua actividade de forma regular e permanente ao longo de todo o processo, devendo apenas cessar a sua actividade quando o processo estivesse totalmente concluído, e reafirmava, ainda, que a Junta de Freguesia de Carnide, a Associação e o Grupo Comunitário do Bairro estavam de acordo com o processo de requalificação. -----

----- Por fim, disse que após as eleições intercalares e no final do período de férias, sabendo-se que a primeira fase de construção deverá ter início em 2008, o Grupo Comunitário solicitava à Sra. Presidente informação sobre a situação em que se encontrava o processo de requalificação, manifestando-se disponível para a melhor colaboração no sentido de se conseguir o melhor para o Bairro Padre Cruz. -----

----- (Entregou na Mesa documentação relativa à matéria exposta) -----
----- **A Sra. D. Helena Maria Leal Afonso da Fonseca**, moradora na Rua D. Luís, n.º 20F, 1249-126 Lisboa, falando em nome do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local (STAL), disse que trazia algumas preocupações relativas ao futuro dos trabalhadores da Autarquia de Lisboa que tinham vínculo precário. -----
----- As preocupações do STAL não se prendiam só com a anulação dos dez concursos de ingresso, onde estavam envolvidas quase quinhentas pessoas, que tinham vidas, tinham famílias e que trabalhavam dando o seu contributo diário na prestação e continuidade do serviço público inerente à Autarquia, e também todos os outros trabalhadores precários cujo o número ascendia a um milhar. -----
----- E algumas questões se lhes levantavam! Qual o futuro desses trabalhadores? Não eram necessários ou deixaram de ser necessários? Onde estavam as responsabilidades sociais da Câmara Municipal? É que estavam a falar de trabalhadores que desempenhavam funções em situação de grande instabilidade, muitas vezes sem quaisquer condições de trabalho e sujeitos às mais variadas pressões, alguns há sete, dez e mais anos. -----
----- Disse que o anterior Executivo da Câmara Municipal de Lisboa apresentara a proposta de criação do Quadro de Pessoal de Vínculo Privado, que foi aprovada pela Assembleia Municipal, que também aprovara o respectivo regulamento, sobre o qual o STAL se pronunciara e participara na negociação, pese embora a posição de defesa do vínculo público, mas o actual Executivo estava a passar por cima de compromissos anteriormente assumidos com os trabalhadores e das próprias decisões da Assembleia Municipal, com uma atitude leviana e de profundo desrespeito por aqueles que diariamente desempenhavam funções de carácter necessário e permanente e aos quais foram criadas expectativas de carreira e segurança no emprego. -----
----- Aquilo que constatavam era que não foram abertos concursos conforme os compromissos assumidos, não só pelo anterior Executivo como também pela então Presidente da Comissão Administrativa. -----
----- Continuando, disse que os trabalhadores não podiam estar sujeitos a essa pressão, a essa instabilidade sempre que havia mudança de política, sendo que não era da sua responsabilidade a situação caótica em que se encontrava a Autarquia de Lisboa, pois era sabido que eles não se auto-admitiram mas alguém os admitira. -----
----- Não era aceitável que as conjunturas políticas condicionassem a vida de quem trabalhava, era um facto que houve alterações políticas na Câmara Municipal mas a actual maioria não podia pura e simplesmente desresponsabilizar-se das suas responsabilidades sociais, das suas obrigações. -----
----- Referiu que seis dias depois da tomada de posse da nova Câmara, o Dr. António Costa emitira o Despacho n.º 461 e não ficaram com dúvidas nenhuma de que a sua intenção era dar continuidade à política destrutiva da Administração Pública imposta pelo actual Governo, política essa que atentava contra a dignidade dos trabalhadores tratando-os como se de meras mercadorias se tratasse. A Câmara estava a desbaratar dinheiros gastos com os concursos, e a solução da descentralização não poderia desresponsabilizar a Câmara Municipal relativamente a esses trabalhadores. -----

----- Disse, ainda, que o STAL estava a envidar todos os meios políticos e jurídicos no sentido da resolução destes problemas, os quais queria ver resolvidos no mais curto espaço de tempo, e nesse sentido solicitaram audiências a todas as forças políticas, não só com assento na Câmara Municipal como também na Assembleia, a generalidade das forças políticas concederam-lhes essa audiência na qual alertaram e procuraram sensibilizar para os problemas de todos esses trabalhadores. Contudo, até ao presente, continuavam a aguardar a marcação de uma audiência com o Sr. Presidente da Câmara. -----

----- De qualquer maneira, o Sindicato já iniciara um processo de denúncia pública, o qual iria ser intensificado até conseguirem que se resolvesse o problema de todos esses trabalhadores. -----

----- Terminou alertando que os trabalhadores não eram descartáveis e mereciam respeito como qualquer ser humano. -----

----- **A Sra. D. Maria de Lurdes Carvalheiro Soveral Lopes**, moradora na Rua Faustino José Rodrigues, n.º 2 – 2º esqº, 1900-227 Lisboa, disse que concorrera para auxiliar dos serviços gerais à Câmara Municipal de Lisboa e foi aceite, depois prestara provas escritas e ficara aprovada. No início do mês de Março passado foi-lhe pedida toda a documentação, a qual entregara nos Recursos Humanos no dia 8 do mesmo mês, tendo-lhe então sido dito que aguardasse de um a dois meses. -----

----- A partir de então orientara a sua vida profissional no sentido de estar disponível na altura da chamada, mas o tempo foi passando e nada de ser contactada. -----

----- Quando no dia 16 de Julho viu o seu nome no Diário da República, achara que tinha chegado a hora, mas passados que estavam já 72 dias continuava à espera e agora não sabia se teria que deixar de pagar as contas ou deixar de comer, pois ninguém vivia sem rendimentos. -----

----- Terminou dizendo que se sentia injustiçada e revoltada nos seus direitos de cidadã e eleitora. -----

----- **A Senhora Presidente** disse que a Mesa pediria as informações necessárias. -----

----- **A Sra. D. Margarida Fernandes Ferreira**, moradora na Av. São João de Deus, n.º 25 – 4.º esqº, 1000-279 Lisboa, disse que desde 2002, no tempo em que era Presidente o Dr. Santana Lopes, escrevera várias cartas à Câmara mas nunca recebera resposta, sobre uma questão relativa ao andar onde habita, que faz esquina com o n.º 15 da Praça Afrânio Peixoto, onde no 3º dtº mora o Sr. Francisco Gonçalves Cavaleiro Ferreira, na altura assessor da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Esse senhor pedira na altura uma comparticipação à Câmara Municipal para execução de obras no imóvel, mas não sabia no que tinha dado essa comparticipação porque as obras ficaram inacabadas e a explicação do engenheiro da Câmara foi que não sabia o que se passava. Realmente achava muito estranha essa situação, sobretudo porque se tratava de um assessor da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Alguém teria que lhe esclarecer qual a razão porque o 3º dtº do n.º 15 da Praça Afrânio Peixoto foi renovado de raiz e o restante do prédio ficara com as obras inacabadas. Sabia que a empresa que estava a executar essas obras era a Ges-Prumo e

a pessoa que as estava a dirigir era o Sr. José Ibérico Nogueira, amigo pessoal do Sr. Francisco Gonçalves Cavaleiro Ferreira. -----

----- Portanto, desde essa altura andava a procurar saber o que se passara, se houve participação para onde é que foi esse dinheiro, e se foi ou não ilegalmente canalizado para uso pessoal. -----

----- Disse, ainda, que gostava de ver esta questão esclarecida agora uma vez que tinham um novo Presidente da Câmara, já que os dois últimos não a souberam informar de nada, e até, como represália, foi sempre perseguida e atacada ferozmente. Desta vez não iria desistir, embora não pudesse receber correio porque a sua caixa do correio foi vandalizada há dois anos, mas esse assunto já foi passado para o IGAI – Inspeção-Geral da Administração Interna. Não estava a acusar ninguém mas realmente se começavam a ter vereadores e assessores das Câmaras Municipais a poderem canalizar dinheiros para outros fins! -----

----- Repetiu que não estava a acusar ninguém mas apenas a pedir esclarecimentos à Mesa da Assembleia, porque os trabalhadores de uma Câmara tinham que ser pessoas com muita ética e com muitos escrúpulos. -----

----- Por fim, recordou que já interviera na Assembleia Municipal em Novembro de 2006, mas a Assembleia não lhe soubera responder a este seu pedido de esclarecimento. -----

----- **A Senhora Presidente** disse que, atentas as afirmações que ali foram proferidas, a Mesa desde já pedia aos serviços para se extrair certidão de acta, que a Mesa não deixaria de a enviar às entidades competentes, como era evidente. -----

----- Tinha que haver responsabilidade das instituições, mas também dos cidadãos. ----

----- **A Sra. D. Lucília Maria Pinto Lourenço**, moradora na Rua do Guarda-Mor, n.º 40 – 1º dtº, 1200-682 Lisboa, disse que em Setembro de 2005 veio à Assembleia Municipal apresentar um problema que era exactamente o primeiro que ia apresentar agora, e que tinha a ver com o estacionamento na sua freguesia, Santos-o-Velho. -----

----- Referiu então que na sua freguesia havia muito pouco estacionamento para os moradores, a partir das oito horas da noite até às seis da manhã não havia estacionamento nenhum justamente porque das oito horas da noite até à meia-noite eram os clientes dos restaurantes, e da meia-noite às seis horas da manhã eram os clientes das discotecas e dos bares. Portanto, os moradores na maior parte das vezes não tinham lugar para estacionar os carros e muitas vezes eram multados. De manhã, os carros eram rebocados, como já lhe acontecera a si várias vezes, ou multados. -----

----- Disse que ia apresentar várias propostas, que já apresentara há dois anos, eram as mesmas, e a primeira tinha justamente a ver com o estacionamento.-----

----- Disse, então, que o Instituto Hidrográfico tinha na parte de trás um parque de estacionamento que tinha lugares para moradores, simplesmente nas sextas-feiras à noite, durante os fins-de-semana e nos feriados os moradores podiam lá pôr os carros nos 50 lugares quando havia lugares vagos, mas durante a semana era entre as oito da noite e as oito horas da manhã, pelo que se as pessoas saíam de casa depois dessa hora teriam que se levantar mais cedo para irem lá tirar o carro, e depois se o tiravam já

não tinham lugar para estacionar porque as pessoas que trabalhavam na zona já tinham chegado. -----

----- Havia uma proposta para nesse sítio se fazer um silo, tal como existem silos em muitos outros sítios, nomeadamente em Espanha havia muitos silos desse género, o que ajudaria porque levaria muitos carros, os que não fossem moradores pagariam e os moradores não ou pagariam um preço simbólico, para além de que isso ajudaria a manter o prédio que confinava com esse terreno que há cerca de dois anos esteve rachado, teve que ter obras. -----

----- Disse que no Largo Vitorino Damásio existe um parque subterrâneo da Bragaparkes, foi lá informar-se e viu que ele tinha 320 lugares, cerca de 50 eram reservados a moradores, mas o que acontecia era que para não moradores a assinatura mensal era de 142,36 podendo ocupar o parque 24 horas por dia todos os dias da semana, e para os moradores os moradores a assinatura era de 101,68 euros, mas com um tempo de ocupação muito menor, ou seja, nos sábados, domingos e feriados podiam ocupar o parque nas 24 horas do dia, mas nos restantes dias era das 18 horas às 9 horas da manhã, o que equivalia a dizer que o preço para os moradores era mais caro que para os não moradores. -----

----- Uma outra proposta, que o Presidente da Junta já lhe disse que estava em andamento, facto com que se congratulava, era a dos lavadouros da Madragoa, pois o Centro Social estava disposto a avançar, tinha já projecto para isso, com uma creche, um jardim-de-infância, e um centro-de-dia, assim como também um parque subterrâneo. O Sr. Presidente da Junta tencionava falar com a Sra. Vereadora da Acção Social, Dra. Ana Sara Brito, mas desde já fazia um apelo para que isso andasse para a frente para que daqui a um ano não tivesse que voltar à Assembleia Municipal outra vez. -----

----- Passando à questão da conservação dos passeios e das ruas, disse que Santos-o-Velho é um bairro antigo da cidade, portanto tem passeis escorregadios e com piso irregular. Já sabia que os passeis eram da responsabilidade da Junta, simplesmente a Junta tinha pouco dinheiro. As ruas estavam na mesma situação e essas eram da responsabilidade da Câmara, segundo se informara. -----

----- Portanto, apelava a que esse problema fosse resolvido porque a Junta tinha todo o cuidado em relação aos buracos, simplesmente o problema não era só os buracos mas sim o piso escorregadio porque as pessoas que não eram deficientes físicas candidatavam-se todos os dias a sê-lo. -----

----- Disse que o seu bairro é antigo, simplesmente estava a ficar renovado, isto é, começava a haver muitas crianças, pelo que era necessário construir um parque infantil. O Presidente da Junta disse-lhe ontem que já havia um projecto para a esquina da Av. D. Carlos com a Rua da Esperança, e como moradora da zona apoiava isso. -----

----- Por fim, disse que tinham um prédio na freguesia que estava em ruínas, prédio esse onde antigamente funcionara a Escola Fonseca Benevides, em relação ao qual deveriam ser tomadas medidas urgentes para a sua recuperação, mas não podia ser

daqui a dois ou três anos porque nessa altura ele se calhar já estaria no chão, e a Junta bem precisava dela para a instalação de muitas actividades suas. -----

----- **A Sra. D. Ana Cristina Ramos Mota**, moradora na Av. João Paulo VI, n.º 14 – 9º C, 1950-202 Lisboa, leu a seguinte exposição, que após a leitura entregara na Mesa: Vem estas 16 famílias, moradoras na Avenida Paulo VI, Lote 1, 3, 5, 7 e 8, em Lisboa, expor o seguinte: -----

----- “É com pesar que nos encontramos novamente nesta Assembleia, pois continuamos á espera da resolução do nosso problema, que já dura há 8 anos, esta situação agora muito mais grave, deve-se ao facto de sucessivamente ver adiado por parte da CML uma solução para este litígio. Entendemos que não deve ser fácil tomar uma decisão, para que esta seja justa, mas o que não entendemos, e não compreendemos é porque demorará tanto tempo! -----

----- A verdade é que durante estes 8 anos, a Câmara teve 4 Presidentes, logo Vereadores diferentes, tudo se complica, porque depois, os que vão embora não querem saber e os que entram demoram a conhecer o processo. Isso quando ele existe, visto não ser a primeira vez que nós fornecemos cópias de documentação sobre este caso, é de lamentar!!! -----

----- A verdade é que já fomos recebidos, e muito bem, pelo Gabinete da Habitação da actual Exma. Senhora Vereadora, a qual ficou a conhecer mais ou menos este caso, e entregue documentação, nomeadamente a nossa Proposta, mas até ao presente momento, não obtivemos qualquer resposta. -----

----- Exma. Senhora Presidente como é do conhecimento geral, estes agregados estão mais velhos 8 anos e agrave-se muito esta situação, pelo facto das condições para a contracção de empréstimo bancário para a aquisição de habitação se estarem a agravar de dia para dia, e por isso terem menos anos para pagar. -----

----- Viemos aqui hoje, novamente, pedir a esta Assembleia Municipal que intervenha neste processo, pois caso não haja solução brevemente iremos recorrer à Justiça. Estamos cansados de promessas, queremos soluções e acções. -----

----- Muito agradecemos a V. Exa. pela sua disponibilidade em nos ouvir e ajudar nesta nossa luta, e também pedir para que esta documentação, que vamos entregar a esta Assembleia, também possa chegar as mãos do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal e demais Vereadores.” -----

----- Finda a leitura da exposição, acrescentou que esta situação não poderia continuar assim porque a GEBALIS reavaliava as rendas mas os moradores não sabiam como, porque havia casos muito complicados em que em vez de pagarem menos ainda estavam a pagar mais, infelizmente. -----

----- **A Senhora Presidente** respondeu à munícipe dizendo que os moradores tinham, como sempre tiveram, a solidariedade da Assembleia Municipal. -----

----- Depois, findo o período de intervenção do público, declarou aberto o período de Antes da Ordem do Dia. -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS NÚMEROS 29, 30, 31 e 32.** -----

----- **A Senhora Presidente** pôs em apreciação as referidas actas mas como ninguém pretendeu pronunciar-se sobre o seu conteúdo, de imediato as submeteu à votação, em conjunto, tendo a Assembleia deliberado aprová-las, por unanimidade. -----

----- Depois informou que tinham sido apresentadas cinco moções e doze recomendações, já distribuídas, e que em Conferência de Representantes foi decidido que a Recomendação n.º 11, apresentada pelo PCP, passava a ter uma redacção ao abrigo do n.º 10 do artigo 40º do Regimento, portanto seria discutida a propósito do ponto a que respeitava, isto é o ponto referente à extinção da EMARLIS. -----

----- Informou, também, que às moções já distribuídas foram aditadas mais duas, portanto o número passava de cinco para sete, sendo que lhes foram atribuídos os números 1A e 2A, ambas apresentadas pelo PS, correspondendo ambas basicamente à parte deliberativa das moções 1 e 2, subscritas pelo PSD. -----

----- Informou, ainda, que o ponto 5 da Ordem de Trabalhos, proposta 242/2007, passava a ponto 2, no ponto 3 mantinha-se a proposta 232/2007, passando a proposta n.º 1/AM/2006 a ponto n.º 4. -----

----- **MOCÃO NÚMERO UM** -----

----- “Durante muitos anos, o Cais das Colunas, datado de finais do século XVIII, constituiu a principal ligação entre a cidade de Lisboa e o Tejo. -----

----- Visto do Tejo ou do Terreiro do Paço, aquele cais, encimado por duas colunas, com as suas escadarias laterais e central banhadas pelo rio, constitui um dos mais importantes ex-libris da cidade de Lisboa, muito contribuindo para a qualidade do seu espaço público. -----

----- Infelizmente, há mais de 10 anos que o Cais das Colunas desapareceu para parte incerta. -----

----- Devido às obras de construção do Túnel do Terreiro do Paço, da responsabilidade dos Governos PS e do Metropolitano, e aos consequentes atrasos e trapalhadas técnicas e políticas que as foram envolvendo, e que fazem com que este túnel tenha demorado mais tempo a construir que o EuroTúnel sob o Canal da Mancha. -----

----- Recentemente, suscitou-se muita controvérsia pública sobre o destino daquele Cais e do espaço onde ele se encontrava implantado. -----

----- Acresce, em todo este processo, a arrogância da administração do Metro, com o beneplácito do actual Governo, ao recusar-se a dar explicações públicas sobre as obras no Cais das Colunas, pese embora rumores diversificados sobre as mesmas. ----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 25 de Setembro de 2007, delibera: -----

-----1. Exigir que o Governo e a administração do Metro dêem garantias públicas imediatas de que o Cais das Colunas será reposto no seu lugar de origem, mantendo todas as suas características, ou seja encimado pelas duas colunas, com as suas escadarias laterais e central banhadas pelo rio. -----

----- 2. Solicitar à CML que, com urgência, comunique a esta Assembleia que informações tem recebido, do Governo e da administração do Metro, sobre o futuro

do Cais das Colunas, e que iniciativas tem tomado ou pretende tomar para garantir que ele será devolvido a Lisboa, nas condições referidas no número anterior. -----

----- 3. Dar a conhecer esta Moção ao Governo, à CML e à administração do Metro.”-
----- (Subscrita pelo Grupo Municipal do PSD) -----

----- **MOÇÃO NÚMERO UM-A** -----

----- Cais das Colunas -----

----- “Considerando a importância do monumento do Cais das Colunas, e o seu lugar na história do Concelho. -----

----- Considerando que o saudoso monumento, acima citado, é um dos *ex-libris* da cidade de Lisboa. -----

----- Considerando que a sua exposição/recolocação traria um acréscimo inestimável de valor cultural ao Município. -----

----- O Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal delibere: -----

----- 1. Que o Executivo Camarário informe esta Assembleia sobre o Cais das Colunas, nomeadamente a sua condição actual e projectos futuros. -----

----- 2. Que se reúnam todas as condições para que o Cais das Colunas seja recolocado no seu posicionamento original.” -----

----- (Subscrita pelos Deputados Municipais Miguel Coelho e Pedro Pinto, do PS) -----

----- **MOÇÃO NÚMERO DOIS** -----

----- “A actual Vereação produziu um despacho sobre medidas urgentes de saneamento económico do Município, considerando a situação financeira municipal. -----

----- Nada se refere, como seria natural, ao facto de essa situação financeira residir na estratégia de estrangulamento financeiro da CML que o Governo vinha utilizando, e de que são testemunho mais evidente a lei das finanças locais, o Orçamento de Estado para 2007 ou o persistente incumprimento da regulamentação das verbas do novo casino de Lisboa, bem como compromissos assumidos ao tempo da vereação PS/PCP. -----

----- Mas nesse despacho reconhece-se a necessidade de o Município de Lisboa adoptar medidas de contenção da despesa, de aplicação imediata a todos os serviços municipais, o que o PS nunca admitiu nesta Assembleia Municipal. -----

----- O referido despacho tem fortes consequências em matéria de pessoal afecto ao Município de Lisboa, que não podem deixar de ser assinaladas e referidas, e que exigem acompanhamento próximo por parte desta Assembleia. -----

----- Releva-se que esta Assembleia aprovou, por maioria muito alargada, uma proposta da anterior vereação que, no estrito respeito das suas capacidades legais e das competências que a Câmara Municipal de Lisboa pode exercer em matéria de pessoal, contemplava medidas que visavam a regularização da situação de inúmeras pessoas que, durante anos e passando por diversas vereações de diversos partidos, foram trabalhando para a Autarquia. -----

----- Neste despacho, o Executivo Municipal PS/BE limita-se a anular todos os concursos externos de ingresso que se encontravam em curso, sem nada referir quanto à forma como vai cumprir com a proposta acima referida. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 25 de Setembro de 2007, delibera: -----

----- 1. Pretender acompanhar, com muita proximidade, todo o processo relativo às situações enunciadas nas diversas subalíneas da alínea c) do Despacho n.º 461/P/2007, de 9 de Agosto. -----

----- 2. Para o efeito, a Câmara Municipal de Lisboa deverá fornecer, de imediato, a informação referida na subalínea c1) do despacho identificado, bem como informação mensal sobre renovações, não renovações e celebração de novos contratos, e respectiva fundamentação.” -----

----- (Subscrita pelo Grupo Municipal do PSD) -----

----- **MOÇÃO NÚMERO DOIS-A** -----

----- Despacho N.º 461/P/2007, de 9 de Agosto -----

----- “O Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal delibere solicitar à Câmara Municipal: -----

----- 1. Que forneça informações sobre o processo referente ao Despacho N.º 461/P/2007, de 9 de Agosto, de forma a permitir a esta Assembleia um acompanhamento mais próximo e correcto do processo atrás referido. -----

----- 2. Que sejam disponibilizados periodicamente esclarecimentos sobre a política de pessoal da CML, a implementar por este Executivo Camarário.” -----

----- (Subscrita pelos Deputados Municipais Miguel Coelho e Pedro Pinto, do PS) -----

----- **MOÇÃO NÚMERO TRÊS** -----

----- “Já são passados cinco meses desde a abertura da maior parte do Túnel do Marquês e é tempo de fazer um juízo sobre o seu funcionamento. Sob o ponto de vista viário é notória a maior fluidez de quer para quem entra em Lisboa ou para quem sai, facto, aliás, reconhecido por uma larga maioria de utentes inquiridos a esse respeito. Quanto à segurança a sinistralidade é semelhante à que se regista no restante trânsito Lisboaeta desmentindo as vozes tenebrosas que previam cenários catastróficos para esta obra. -----

----- Assim, propomos que seja aprovado a seguinte -----

----- **MOÇÃO** -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 25 de Setembro de 2007, congratula-se com os significativos resultados obtidos com a abertura do Túnel do Marquês e saúda todos aqueles que idealizaram e executaram esta importante obra contra a incompreensão de muitos e a enviesada oposição de outros apenas movidos por meras razões de política partidária.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal António Ferreira Pereira, do PSD) -----

----- **MOÇÃO NÚMERO QUATRO** -----

----- Introdução do Bilhete Único no Metro de Lisboa e Carris. -----

----- “Em plena Semana Europeia da Mobilidade, o Governo, através da Secretaria de Estado dos Transportes, anunciou a introdução, a partir do próximo mês de

Novembro, do Cartão 7 Colinas um suporte de transporte único, para utilização indiferenciada nos transportes públicos, no Metro e na Carris, já a partir de Novembro, e na Transtejo e Soflusa, a partir de Dezembro próximo ou Janeiro de 2008. -----

----- Esta medida corresponde a um já antigo anseio da população da área metropolitana de Lisboa que, utilizando frequentemente os transportes públicos nos seus diversos modos, tem tido o inconveniente de, ao longo do seu percurso, ter de adquirir diversos bilhetes, consoante o modo de transporte utilizado. -----

----- Com o bilhete 7 colinas, o preço manter-se-á igual, mas o utilizador poderá circular nos transportes aderentes. O seu carregamento far-se-á na modalidade de “porta-moedas electrónico”, podendo os passageiros escolher o montante que lhes convém. -----

----- O facto de o 7 colinas utilizar um chip com modelo de comunicação em radiofrequência permite acumular vários carregamentos, bem como adicionar os novos carregamentos ao saldo não utilizado, pelo que o cliente não ficará prejudicado, se o saldo remanescente não perfizer o custo de uma viagem. -----

----- Estamos, deste modo, confrontados com uma medida importante para o favorecimento da mobilidade dos cidadãos da área metropolitana de Lisboa em geral, dos Lisboetas em particular e que, em simultâneo, pode contribuir para a promoção do transporte público colectivo. -----

----- Deste modo, a Assembleia Municipal de Lisboa, ciente da importância desta medida, que não pode perder-se por falta de informação junto dos cidadãos, delibera: -

----- 1º - Manifestar a sua concordância pela introdução do bilhete único 7 colinas e desejar que esta importante medida, beneficiadora da mobilidade dos cidadãos, seja suficientemente difundida, para que possa receber uma significativa adesão por parte dos cidadãos; -----

----- 2º - Apelar ao Governo para que a extensão prometida deste bilhete único à Transtejo/Soflusa não ultrapasse o corrente ano em curso.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Miguel Coelho, do PS) -----

MOCÃO NÚMERO CINCO -----

----- “Os Deputados da Assembleia Municipal de Lisboa, eleitos pela lista do CDS-Partido Popular, vêm, ao abrigo do disposto no art. 38º, n.º 1, alínea f) do Regimento deste órgão, apresentar a presente Moção. -----

----- No passado sábado, dia 22, festejou-se o Dia Europeu sem Carros. Na cidade de Lisboa, a edilidade decidiu encerrar várias artérias ao trânsito, promovendo acções de lazer nestes mesmos espaços. -----

----- A Cidade de Lisboa deve reunir melhores condições para acolher o Dia sem Carros. É necessário, em primeiro lugar, criar infra-estruturas capazes de dar lugar à fluidez dos transportes públicos e um acesso privilegiado aos peões e utilizadores de bicicletas. -----

----- O estado degradado de algumas vias como a Rua da Prata e dos Fanqueiros, o labirinto existente no espaço público carece de medidas urgentes e com as quais os municípios vejam resolvida a dificuldade de circular de forma confortável e segura. No

nosso entender, o Dia sem Carros é um acto simbólico, o qual não traz soluções de mobilidade nem mesmo uma acção pedagógica pela sua curta duração. -----

----- Em segundo, há que reduzir e com efeitos diários, o fluxo de trânsito nas vias com maior índice de poluição. -----

----- Nas vias encerradas ao trânsito (Praça do Comércio, Av. da Liberdade, Praça Marquês de Pombal, Baixa, Av. Infante D. Henrique, Cais Sodré e Avenida Almirante Reis), a divulgação institucional sobre o fecho do trânsito foi insuficiente, bem como os percursos alternativos se demonstraram ineficazes, dando o exemplo da Av. da Liberdade. -----

----- Entendemos que a Câmara Municipal de Lisboa deverá tomar medidas imediatas para a melhoria da mobilidade na cidade, nomeadamente: -----

----- - Junto do Governo, requerer a entrada em funcionamento da Autoridade Metropolitana de Transportes, um instrumento essencial entre municípios para a responsabilidade crescente na gestão dos transportes e na sua articulação com o urbanismo; -----

----- - Intensificar o sistema de pré-verde nos semáforos para os transportes públicos; -

----- - Garantir o cumprimento do Plano de Acessibilidades Pedonal; -----

----- - Aumentar a extensão dos corredores BUS, com utilização específica nas horas de ponta; -----

----- - Aumento do número de lugares de estacionamento para veículos de duas rodas.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Rui Roque, do CDS-PP) -----

RECOMENDAÇÃO NÚMERO UM

----- Agenda XXI Local -----

----- “A Agenda 21 Local é um processo participativo, multisectorial, que visa atingir os objectivos da Agenda 21 ao nível local através da preparação e implementação de um plano de acção estratégico de longo prazo dirigido às prioridades locais para o desenvolvimento sustentável. Este processo inclui tipicamente três grandes fases: (1) o diagnóstico dos problemas existentes através da consulta às comunidades locais e aos diversos grupos de interesses, seguida ou antecedida da criação de um fórum ou parceria local para o acompanhamento do processo de Agenda 21 Local; (2) a preparação e a implementação de um Plano de Acção da Agenda 21 Local e (3) a monitorização e revisão desse Plano de Acção. -----

----- Anterior a qualquer uma destas fases, e por forma a garantir a continuidade do processo, é necessário definir a política local de sustentabilidade, através de uma declaração de compromisso da autarquia local com o desenvolvimento sustentável. Esta aprovação deverá ter lugar em sede democrática, por exemplo, em Assembleia Municipal. -----

----- Considerando que nenhum plano sectorial, nomeadamente um Plano Municipal do Ambiente, deve ser confundido com a Agenda 21 Local, a qual deve conter vários planos sectoriais, nomeadamente ao nível da educação, transportes, saúde e ambiente; Considerando que, apesar de Lisboa ser signatária da Carta de Aalborg, a Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade, o processo de Agenda 21 Local encontra-

se na fase de definição de metodologias e conteúdos e sua compatibilização com outros instrumentos; -----

----- Considerando que no âmbito do já iniciado processo de revisão do PDM que deverá ter compatibilidade com a Agenda 21, está já avançado, e que nas “Medidas para Lisboa – Súmula Programática” da candidatura do PS, no ponto relativo à sustentabilidade ambiental vem expressa a “preparação e aprovação da Agenda 21 Local”. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Ecologista “Os Verdes”, recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que: -----

----- 1. Retome, com urgência, o processo de preparação da Agenda 21 Local; -----

----- 2. Inclua no Fórum Local 21, membros de cada grupo da Assembleia Municipal;

----- 3. Apresente a esta Assembleia, até ao fim de Janeiro de 2008, uma calendarização do processo de elaboração da Agenda 21 Local.” -----

----- (Subscrita pelos Deputados Municipais José Luís Ferreira e Sobreda Antunes, do PEV) -----

RECOMENDAÇÃO NÚMERO DOIS

----- Frente Ribeirinha -----

----- “Considerando que durante a recente campanha eleitoral para a Câmara Municipal de Lisboa todas as candidaturas deixaram clara a sua posição sobre a Frente Ribeirinha, havendo entre elas unanimidade relativamente à necessidade imperiosa de rever o estatuto da Administração do Porto de Lisboa e limitar a sua tutela; -----

----- Considerando que “Os Verdes”, e outras forças políticas, já na Assembleia da República apresentaram Projectos de Lei no sentido, não só, de transferir a jurisdição sobre as zonas ribeirinhas não afectas à actividade portuária, para os respectivos municípios, mas também que as obras e as utilizações próprias da actividade portuária estivessem sujeitas aos instrumentos de ordenamento e planeamento em vigor, porque de facto não há razão nenhuma para continuar a existir um “Estado dentro do Estado”;

----- Considerando que se irá realizar no Centro de Congressos de Lisboa a WaterfrontExpo a mais importante exposição e conferência internacional sobre o desenvolvimento das frentes de água em todo o Mundo, de 2 a 4 de Outubro de 2007, subordinada ao tema “Cidades Ribeirinhas Sustentáveis”. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Ecologista “Os Verdes”, recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que: -----

----- 1. Reivindique junto do Governo a transferência da jurisdição sobre as zonas ribeirinhas não afectas à actividade portuária, para o município e, também, que as obras e as utilizações próprias da actividade portuária estejam sujeitas aos instrumentos de ordenamento e planeamento em vigor; -----

----- 2. Realize, no âmbito da WaterfrontExpo, um debate em torno da frente ribeirinha e sua requalificação, com uma organização que permita a recolha de sugestões e críticas de cidadãos e organizações.” -----

----- (Subscrita pelos Deputados Municipais José Luís Ferreira e Sobreda Antunes, do PEV) -----

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO TRÊS** -----

----- Eixo Pedonal na Alta de Lisboa -----

----- “Em Julho de 1996 e Junho de 1997, esta Assembleia Municipal, aprovou o Plano de Urbanização do Alto do Lumiar (PUAL), que viria a ser ratificado em 27 de Outubro de 1998, pelo Conselho de Ministros através da Resolução nº 196/98. -----

----- Conforme o artigo 25º do Regulamento e plantas do PUAL, está prevista a criação de um Eixo Pedonal entre a primeira rotunda interior do Eixo Central e o local de maior altitude do PUAL, no coroamento do Montinho de São Gonçalo. Este Eixo Pedonal é um projecto de extraordinária importância para a Alta de Lisboa, pois permite ligar de forma privilegiada, cómoda, segura, original, os dois lados da Urbanização, numa perspectiva de uma mobilidade alternativa e saudável, permitindo a circulação pedonal e a distribuição do estacionamento entre as freguesias limítrofes.

----- Construída a 1ª fase do Parque Oeste e aberta ao público em Agosto de 2006, ficou o espaço público urbano do Eixo Pedonal por concluir, encontrando-se parte dele entaipado e sem novos desenvolvimentos, no troço entre os Jardins de S. Bartolomeu e o Condomínio do Parque. -----

----- Considerando que já em 18 de Setembro de 2001, a AML manifestara, por unanimidade, o seu empenho na concretização atempada do projecto do Eixo Pedonal na Alta de Lisboa, com a inclusão de uma pista ciclável, na sequência de uma visita à área do PUAL realizada pela Comissão de Urbanismo desta Assembleia. -----

----- Na defesa de uma lógica de que os novos espaços urbanos deveriam acautelar de raiz uma mobilidade alternativa ao automóvel e de valorização da opção pedonal ou outras formas saudáveis e não poluentes, de que a bicicleta é um exemplo com crescente adesão. -----

----- Na convicção de que eventuais intervenções a posteriori serão sempre remendos com maiores custos (associados ao incómodo, ao período em que fica sem utilização, ao impacto das obras em espaços já habitados ou ocupados, económicos, etc.) e de menor eficácia quanto às soluções, do que quando pensadas e feitas de raiz. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Ecologista “Os Verdes”, recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que: -----

----- - Assuma que o Eixo Pedonal constitui um elemento de valorização deste território, da qualidade de vida dos residentes na zona e de modernização de Lisboa; --

----- - Se empenhe na rápida concretização do projectado Eixo, mantendo a deliberação de inclusão da pista dedicada, pedonal e ciclável, no quadro da realização das diversas infra-estruturas complementares ao Plano de Urbanização do Alto do Lumiar.” -----

----- (Subscrita pelos Deputados Municipais José Luís Ferreira e Sobreda Antunes, do PEV) -----

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO QUATRO** -----

----- Ciclovias -----

----- Em 1999 foi aprovada na Assembleia da República uma resolução no sentido de serem criadas “condições seguras para a circulação de velocípedes nas estradas portuguesas”, à semelhança de outras recomendações da União Europeia e da Organização Mundial da Saúde. Apesar disso, pouco tem sido feito em Portugal e, mais concretamente em Lisboa, para promover o uso da bicicleta. -----

----- Considerando agora que o novo executivo camarário tem demonstrado disponibilidade para avançar com projectos na área de uma mobilidade sustentável; ---

----- Considerando que as vias cicláveis que foram sendo concluídas até 2001, como sejam, a de Telheiras/Entrecampos - a qual se encontra actualmente cortada na zona do Estádio Alvalade XXI, numa situação que já se arrasta há vários anos -, ou da Radial de Benfica e Parque Florestal de Monsanto, constituída por perto de quatro dezenas de quilómetros de via ciclável, em piso próprio e permeável, não conheceram nos últimos anos qualquer avanço; -----

----- Considerando que foram também sendo instaladas em alguns pontos da cidade estruturas para o estacionamento seguro de bicicletas e que aos domingos também a Avenida da Liberdade chegou a ser ciclável, tendo, entretanto, deixado de o ser; -----

----- Considerando que o grupo municipal de “Os Verdes” da Assembleia Municipal de Lisboa tem apresentado diversas recomendações, visando a expansão do uso da bicicleta em Lisboa em boas condições de mobilidade e segurança, as quais, aliás, foram sendo aprovadas por unanimidade. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Ecologista “Os Verdes”, recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que: -----

----- 1. Efective, por fim, a implementação de uma rede de ciclovias associada à estrutura verde de Lisboa, que dê sequência aos estudos já efectuados no âmbito do protocolo de colaboração entre a própria Câmara Municipal de Lisboa e o Instituto Superior de Agronomia, sendo que esta rede proposta tendia, inicialmente, a abranger um conjunto de eixos prioritários, centrados na criação de uma rede circular em torno de Lisboa, complementada por percursos de atravessamento, ficando ainda previsto, para uma 2ª fase, o prolongamento dessas vias cicláveis; -----

----- 2. Concretize as diligências necessárias, junto dos diversos operadores em particular do ML, da CP e fluviais (Soflusa e Transtejo), no sentido de vir a ser criado um espaço próprio e seguro para estacionamento de bicicletas perto das entradas das suas estações, permitindo assim a sua integração e articulação com os demais modos de transportes na cidade; -----

----- 3. Retome urgentemente os contactos necessários com os responsáveis da SAD do Sporting no sentido da imediata reposição do troço interrompido da pista ciclável Entrecampos-Telheiras, em condições de utilização segura pelos seus utilizadores, e preveja o prolongamento da actual pista para outras zonas limítrofes, designadamente, em direcção a museus, edifícios escolares e a zonas de lazer, como a Alameda Roentgen e as Quintas das Conchas e dos Lilazes; -----

----- 4. Assegure que seja devidamente assinalada, em cada estacionamento, a localização da rede ou a distância quilométrica até ao estacionamento ciclável que lhe fica mais próximo; -----

----- 5. Elabore, em conjunto com Associações ou Federações de Utilizadores de Bicicleta nelas interessadas, campanhas públicas de sensibilização e educação das vantagens ecológicas do uso da bicicleta como meio saudável de transporte alternativo, divulgando-as, designadamente, junto de escolas e associações juvenis e de moradores.” -----

----- (Subscrita pelos Deputados Municipais José Luís Ferreira e Sobreda Antunes, do PEV) -----

RECOMENDAÇÃO NÚMERO CINCO -----

----- Por uma Política Séria de Mobilidade Sustentável para Lisboa -----

----- “1. Considerando que a poluição atmosférica contribui fortemente para a degradação do ambiente urbano e da qualidade de vida dos cidadãos, constituindo o veículo automóvel a principal fonte antrópica de CO₂ (dióxido de carbono) e CO (monóxido de carbono); -----

----- 2. Tendo em conta os resultados do estudo “Caracterização da Qualidade do Ar na Área do Bairro Alto e Baixa Pombalina”, elaborado no âmbito de um protocolo entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Faculdade de Ciências e Tecnologia da UTL e apresentado em 2006, que alertam para as grandes concentrações de poluentes (monóxido e dióxido de carbono, benzeno e partículas), nas zonas de Entrecampos, Avenida da Liberdade, Baixa Pombalina e Cais do Sodré – frisando a necessidade da implementação de medidas programáticas para a melhoria da qualidade do ar na cidade; -----

----- 3. Sabendo-se que a necessidade do cumprimento das obrigações nacionais face ao Protocolo de Quioto obriga, necessariamente, a um forte incentivo à utilização dos Transportes Públicos; -----

----- 4. Atendendo, por outro lado, a que Lisboa, em virtude do excesso de velocidade automóvel, é considerada uma das cidades europeias com maior taxa de sinistralidade de peões - sabendo-se que, em matéria de excesso de velocidade, a desadequação do traçado das vias favorece um comportamento incorrecto dos automobilistas; -----

----- 5. Considerando que através da iniciativa anual “Semana Europeia da Mobilidade” (cujos objectivos já são bem conhecidos), pretende-se desenvolver novos padrões de comportamento, compatíveis com uma mobilidade urbana sustentável e com uma maior protecção do ambiente, dando a oportunidade à autarquia para introduzir e/ou testar novos meios de transporte e novas medidas de gestão de tráfego que possam ser adoptadas e implementadas na cidade. -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião ordinária de 25 de Setembro de 2007, delibere: -----

----- 1. Recomendar à C.M.L. a apresentação de um plano de medidas preventivas de acalmia de tráfego na cidade de Lisboa, dotando-as das condições satisfatórias para a prática de velocidades compatíveis com os peões e com a circulação de modos suaves, começando, desde já, pelas áreas consideradas mais críticas; -----

----- 2. Recomendar à C.M.L. que aproveite os objectivos da Semana Europeia da Mobilidade e do Dia Europeu Sem Carros para pôr em prática as transformações que Lisboa exige ao nível da gestão de tráfego; -----

----- 3. Recomendar à C.M.L. o início de uma campanha permanente de utilização massiva dos transportes públicos e de modos de transporte suaves.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Carlos Marques, do BE) -----

RECOMENDAÇÃO NÚMERO SEIS

----- Pela exigência de um compromisso com o Princípio da Igualdade por titulares de cargos de natureza pública -----

----- “1. Considerando as recentes declarações da Dra. Maria José Nogueira Pinto sobre a restrição no licenciamento a lojas chinesas na área da Baixa-Chiado e no sentido de propor a criação de uma “Chinatown” no Martim Moniz; -----

----- 2. Atendendo a que as referidas declarações foram feitas a propósito da sua possível nomeação como Comissária para o projecto de revitalização da Baixa-Chiado, num órgão cuja a nomeação compete à Câmara Municipal de Lisboa; -----

----- 3. Tendo em conta que se trata de um cargo de natureza pública e, como tal, com responsabilidades acrescidas, não só pela sua visibilidade pública como pelas responsabilidades atribuídas em termos de planeamento e requalificação urbanos; -----

----- 4. Considerando que as propostas avançadas prefiguram uma forma de discriminação em função da origem étnica e de território de origem proibida pela Lei 134/99, de 28 de Agosto, e contrária ao espírito do Princípio da Igualdade, salvaguardado pela Constituição da República Portuguesa (art. 13º), ao qual os órgãos da Administração Pública devem obedecer (art. 5º, nº1 do CPA); -----

----- 5. Considerando que a área referida nas declarações, o Martim Moniz e a zona envolvente (Mouraria, Anjos e Pena) abrange zonas históricas emblemáticas com um elevado número de fogos degradados ou abandonados, que enfrentam problemas sociais que exigem medidas de requalificação urbana e de intervenção social sérias e onde se verifica uma coexistência cultural e étnica que requerem abordagens inovadoras; -----

----- 6. Reconhecendo que a imigração e a diversidade étnica colocam desafios importantes no desenvolvimento de políticas públicas promotoras da integração social e que salvaguardem os direitos fundamentais; -----

----- 7. Assumindo que o Município de Lisboa deve constituir um referência positiva e inovadora na criação de alternativas à segregação espacial de carácter étnico e no desenvolvimento de boas práticas políticas de planeamento urbano; -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda vem propor que a Assembleia Municipal reunida no dia 25 de Setembro de 2007 delibere: -----

----- 1. Condenar as referidas declarações e rejeitar as propostas avançadas pela Dra. Maria José Nogueira Pinto, por serem contrárias ao Princípio da Igualdade e da não discriminação em função da etnia ou território de origem, e sugerirem a violação de direitos fundamentais; -----

----- 2. Recomendar ao executivo municipal que, no processo de nomeação para cargos ou de órgãos de responsabilidade pública, seja exigido aos seus titulares um

claro compromisso de salvaguarda do Princípio da Igualdade enquanto valor fundamental da nossa democracia.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Carlos Marques, do BE) -----

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO SETE** -----

----- “Considerando que, -----

----- - Em 1905, um grupo de transmontanos criou em Lisboa uma associação a que deu o nome de “Club Transmontano”, com a intenção de promover a união dos esforços de todos os seus sócios, a fim de organizar, na capital, um centro que incessantemente velasse pelos interesses da província de Trás-os-Montes e desenvolvesse o progresso moral, material e económico; -----

----- - Em 5 de Outubro de 1931, foi atribuída ao, então, “Grémio de Trás-os-Montes” a Comenda da Ordem de Benemerência. A prestação de serviços de assistência e apoio aos associados em situações de necessidade foi, de resto, uma das áreas preferenciais de actuação da Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro, designação adoptada a partir de 1940; -----

----- - Em 22 de Maio de 1990, foi atribuída à Casa o estatuto de Pessoa Colectiva de Utilidade Pública, (D.R. n.º 117, II Série, de 22.05.1990) reconhecendo-se, assim, os fins de interesse geral em prol da comunidade que representa; -----

----- - A Câmara Municipal de Lisboa (Proposta 462/2005), atribui-o a Medalha Municipal de Honra, por altura do seu 1º Centenário, como reconhecimento da sua actividade e serviços de excepcional relevância; -----

----- - Tendo sido a Cidade de Lisboa um pólo atractivo que, ao longo do século XX, maior número de transmontanos e alto-durienses captou, a função assistencial e até mesmo de suporte afectivo a este grupo de pessoas esteve sempre presente nas actividades e fins prosseguidos pela Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro; -----

----- - A Casa tem vindo a desenvolver um trabalho em prol da defesa e da divulgação dos valores patrimoniais, culturais e artísticos da região que representa, facultando à Cidade de Lisboa o conhecimento de uma outra realidade, rural e tradicional; -----

----- - A associação foi sobrevivendo e ultrapassando as diversas vicissitudes da História de Portugal dos últimos cento e dois anos e é a mais antiga associação regionalista de Lisboa; -----

----- Os Deputados Municipais do Partido Socialista propõem que a Assembleia Municipal delibere: -----

----- 1 – Recomendam que sejam encetados todos os esforços do Município de Lisboa, para a concretização do “sonho” de construção da sua sede, no Quarteirão do Bom Sucesso à Avenida da Índia, terreno que já teve a colocação da 1ª Pedra, no ano de 2005. -----

----- 2 – Associam-se às Comemorações do 102º Aniversário da Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro (fundada em 23 Setembro de 1905).” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Miguel Coelho, do PS) -----

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO OITO** -----

----- Centro de Saúde do Bairro dos Lóios – Freguesia de Marvila -----

----- “Considerando que as instalações referentes ao Centro de Saúde do Bairro dos Lóios na Freguesia de Marvila se encontram concluídas. -----
----- Considerando as necessidades dos futuros utentes do Centro de Saúde do Bairro dos Lóios em usufruírem o mais rapidamente possível das suas funcionalidades. -----
----- Considerando que a abertura deste serviço fornecerá mais e melhores cuidados de saúde à Freguesia de Marvila, uma das mais populosas do Município. -----
----- O Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal delibere recomendar à Câmara Municipal: -----
----- 1. Que se intensifiquem esforços para que o Centro de Saúde do Bairro dos Lóios, sito na Freguesia de Marvila, seja aberto e colocado ao serviço da população. --
----- 2. Que se tomem diligências para que sejam atribuídos a este equipamento todos os meios essenciais para o seu funcionamento e operacionalidade.” -----
----- (Subscrita pelos Deputados Municipais Miguel Coelho e Pedro Pinto, do PS) -----

RECOMENDAÇÃO NÚMERO NOVE

----- “Considerando que: -----
----- - O Grémio Lisbonense é uma instituição centenária, das mais antigas da cidade de Lisboa; -----
----- - Para além das actividades recreativas e culturais tem desempenhado uma função de utilidade social para uma parte da freguesia de S. Nicolau, ao disponibilizar e organizar iniciativas para a população idosa da freguesia; -----
----- - Como é do domínio público, por decisão do Tribunal esta instituição foi alvo de uma acção de despejo. -----
----- A Assembleia Municipal reunida a 25 de Setembro de 2007 delibera recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que envide todos os esforços no sentido de se poder encontrar uma solução de espaço alternativo que possibilite ao Grémio Lisbonense prosseguir a sua meritória actividade.” -----
----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Miguel Coelho, do PS) -----

RECOMENDAÇÃO NÚMERO DEZ

----- “Em 2006 a Carris procedeu a inúmeras alterações na rede de transportes da cidade (Rede 7), alterações essas que foram objecto de um parecer desfavorável da Câmara Municipal de Lisboa, aprovado por unanimidade na sessão de 14 de Julho de 2006, e de uma moção de protesto da Assembleia Municipal de Lisboa, aprovada por maioria na reunião de 26 de Setembro de 2006. -----
----- Como referimos nessa altura, e a prática veio a confirmar, tais alterações traduziram-se num agravamento do serviço público prestado pela Carris: menos autocarros, supressão de oito carreiras, o fim de serviços nocturno, de fim-de-semana e de feriados noutras duas carreiras, imposição de vários transbordos, mais tempo gasto pelos passageiros. -----
----- Em suma, ao invés de contribuir para a melhoria da mobilidade da população e, como tal, para a qualidade de vida urbana, as alterações dificultaram ainda mais a vida de todos os utentes, obrigando milhares de pessoas a gastos suplementares, penalizando sobretudo a população das freguesias mais afastadas do centro da cidade. As alterações tiveram ainda como consequência fomentar o recurso ao transporte

individual, aumentando assim o congestionamento de tráfego e a poluição atmosférica e sonora. -----

----- Na altura, a própria Carris reconheceu que as mudanças estavam a ser efectuadas antes de terem qualquer justificação real, porque se inseriam num esquema baseado em novas linhas do Metro ou em prolongamentos das existentes (obras que irão demorar anos a estar concluídas), na normalização do serviço fluvial nos terminais do Cais do Sodré e Terreiro do Paço, e na reabertura do túnel ferroviário do Rossio. -----

----- Recentemente vieram a público notícias de que a Carris prevê alterar 22 por cento da rede, na chamada 2.ª fase da Rede 7, com alterações em 16 carreiras, em consequência da extensão do Metro. -----

----- Considerando que a Câmara Municipal de Lisboa tem que apreciar e dar parecer sobre esta matéria; considerando também que o direito à circulação é um factor de cidadania e que os transportes públicos devem ser os instrumentos privilegiados para o seu exercício, o Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 25 de Setembro de 2007, delibere: -----

----- 1) Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa uma posição interventiva e crítica junto da Carris, no sentido da defesa dos interesses dos utentes, o que implica uma análise da situação agora existente com uma eventual reposição das carreiras no caso em que tal se verifique. -----

----- 2) Exigir junto da Administração da Carris que, para qualquer futura alteração na rede de transportes, seja previamente solicitado o parecer dos órgãos autárquicos da cidade e das freguesias afectadas.” -----

----- (Subscrita pela Deputada Municipal Maria de Lurdes Pinheiro, do PCP) -----

RECOMENDAÇÃO NÚMERO ONZE

----- A Recomendação n.º 11, apresentada pela Deputada Municipal Deolinda Machado, do PCP, tal como referido pela Sra. Presidente foi retirada em Conferência de Representantes passando a ter uma redacção ao abrigo do n.º 10 do artigo 40º do Regimento, portanto seria discutida a propósito do ponto a que respeitava, isto é o ponto referente à extinção da EMARLIS. -----

RECOMENDAÇÃO NÚMERO DOZE

----- “O Despacho n.º 461/P/2007 de 9 de Agosto, vem lesar a legítima expectativa profissional a trabalhadoras e trabalhadores que há diversos anos desempenham funções efectivas e de carácter permanente na autarquia de Lisboa. Trata-se das/dos trabalhadores atingidos pela anulação de 10 concursos de ingresso (com investimento na abertura e na publicação, métodos de selecção e recrutamento, custos que a Câmara já suportou), e das/dos trabalhadores precários que pretendem ver a sua situação laboral resolvida. São pessoas que, como todos nós, têm responsabilidades pessoais, familiares e financeiras, e aspiram alcançar a estabilidade necessária para a prossecução da sua vida, tanto pessoal como profissional. -----

----- Passados poucos dias da tomada de posse do novo Executivo da Câmara Municipal de Lisboa, surge como primeira das grande medidas, a que consta do Despacho nº 461/P/2007 e que vai ao arrepio dos interesses da cidade e dos seus trabalhadores dando sinais que parecem apontar para a externalização de serviços,

acrescentando mais desemprego ao que já existe. Assim, esta medida sugere tratar-se dum complemento da obra de desempenho do Governo. -----

----- A criação de condições que eliminem a precariedade laboral na principal autarquia do país será um bom indicador do caminho a seguir. Para além de constituir um incentivo aos trabalhadores actualmente naquela condição, representaria, simultaneamente, um decréscimo de despesas e garantia de qualidade até pela experiência que ao longo dos anos foi adquirida pelos trabalhadores. -----

----- O PCP sempre pugnou pelo vínculo público, salientando que ele contraria e exclui o arbítrio e a chantagem política, garante a qualidade do serviço prestado e o princípio da igualdade de tratamento e de acesso das/dos cidadãos ao serviço público.

----- Embora não fosse esta a proposta do PCP, é um facto que, há apenas seis meses, a Câmara Municipal de Lisboa apresentou um Quadro de Pessoal de Direito Privado, que foi aprovado, com 1.249 lugares correspondentes a situações identificadas, isto é, posto de trabalho permanente e horário completo. Foram necessidades constatadas. Por isso, a Câmara Municipal de Lisboa, para assegurar os serviços que presta aos cidadãos, necessita das/dos trabalhadores que com qualidade e responsabilidade têm respondido às necessidades elencadas. -----

----- Se assim não for a Câmara ver-se-á obrigada a recorrer a entidades privadas para assegurar serviços que antes eram assegurados pelo quadro da autarquia. Como se sabe as empresas privadas visam o lucro. Como ficaria então a contenção orçamental? De salientar ainda que a Câmara tem capacidade instalada e os meios necessários para o desempenho dessas funções. Tem ainda uma cultura de serviço público que prima pela qualidade e responsabilidade social. E Lisboa precisa destas e destes trabalhadores. -----

----- Neste sentido, e porque estas questões atingem as/os trabalhadores em situação laboral mais débil na C.M.L., o Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 25 de Setembro de 2007, decida recomendar à Câmara Municipal de Lisboa: -----

----- - A revogação do despacho nº 461/P/2007, de 9 de Agosto, a par da conclusão célere dos concursos externos de ingresso que estavam em curso, no sentido da estabilidade laboral no município, condição afinal, para a melhoria da continuidade do serviço público prestado; -----

----- - Remeter a presente recomendação às Organizações Representativas das/dos trabalhadores.” -----

----- (Subscrita pela Deputada Municipal Deolinda Machado, do PCP) -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, no uso da palavra, começou por felicitar o Sr. Presidente da Câmara, Dr. António Costa, pela vitória eleitoral que obteve no dia 15 de Julho passado, que lhe permitirá gerir os destinos do Município nos dois anos que faltam para completar o actual mandato. Felicitou também todos os restantes Vereadores eleitos, desejando a todos que pudessem contribuir para melhorar a qualidade de vida em Lisboa. -----

----- Este, disse, era o momento para, olhos nos olhos com o novo Executivo municipal, reforçar e lembrar alguns princípios estruturais para a actividade que o Grupo Municipal do PSD iria desenvolver nesse período. -----

----- O primeiro princípio era o da plena legitimidade da Assembleia Municipal, dos eleitos directos e dos 53 Presidentes de Junta de Freguesia, para exercer plenamente as suas funções de fiscalização da actividade da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- O segundo princípio era o da responsabilidade com que o Grupo Municipal do PSD iria gerir politicamente a sua maioria na Assembleia Municipal, no Plenário e nas Comissões, mantendo-se rigoroso na apreciação das propostas, na defesa dos interesses da cidade e na procura de respostas para as suas necessidades. -----

----- O terceiro princípio era o do respeito institucional no relacionamento entre a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal, que da parte do PSD garantiam. Esperavam que o Executivo municipal fosse capaz de o cumprir também perante a Assembleia e todos os seus membros, privilegiando uma postura de respeito, de colaboração e procura de convergência que facilitassem o regular funcionamento da cidade, fosse no quadro municipal, fosse nas Juntas de Freguesia. -----

----- O quarto princípio, era o da transparência no relacionamento entre a Câmara Municipal de Lisboa e o Governo. Sabiam bem o comportamento, parcial e bloqueador, que o Governo tivera perante o anterior Executivo, não tomando decisões concretas que beneficiariam, em muito, Lisboa. Estariam atentos e denunciariam as alterações de comportamento do Governo favoráveis ao novo Executivo municipal PS/BE e que se fundamentassem apenas no facto de agora existir consonância partidária entre os dois órgãos. -----

----- Portanto, seria com esses pressupostos que o PSD viabilizaria propostas que defendessem a cidade e não atentassem contra ela, seria assim que não viabilizariam propostas que não fossem do interesse de Lisboa. Seriam oposição ao Executivo municipal, não seriam oposição à Cidade de Lisboa. -----

----- Continuando, disse que sabiam bem que o Sr. Presidente da Câmara estava no chamado estado de graça, não sendo por isso suposto ser politicamente desagradável ou apontar nada de errado que pudesse fazer. Não iriam por aí! -----

----- Era verdade que passara pouco tempo desde que o Executivo foi empossado, mas existiam já, infelizmente, aspectos e medidas que mereciam ser questionadas. Não seria o estado de graça do Sr. Presidente da Câmara que os impediria de ali as referir. -

----- Desde logo, o começo coxo, muito coxo mesmo, ao estabelecer um acordo com o BE. Ou seria com o Vereador Sá Fernandes? Ou teria mesmo sido com os dois? É que já se percebera que nem o Sr. Presidente da Câmara, nem o Vereador Sá Fernandes, nem o PS, nem o BE, sabiam, aparentemente, com quem se coligaram! Esse acordo significava a capitulação da Cidade de Lisboa a uma pequena minoria que nessas eleições autárquicas, com elevadíssimo índice de abstenção, tivera só 6,8% dos votos. Pior, esse acordo, foi um prémio que o Sr. Presidente da Câmara dera a um Vereador e a uma força política, o BE, que têm tido uma atitude negativíssima para a cidade, de permanente obstrução ao seu desenvolvimento, que lesaram a cidade em milhões de euros, e que lançaram constantemente suspeitas sobre Vereadores eleitos. -----

----- Ainda por cima, esse acordo era aparentemente gratuito pois não lhe dava maioria no Executivo. Mas dava-lhe sossego já que com esse acordo, que era contra os interesses de Lisboa, o Senhor Presidente da Câmara e o PS conseguiam calar o Vereador Sá Fernandes e o BE, que deixavam cair a capa de justiceiros de Lisboa. Mas, infelizmente, a cidade iria pagar caro o sossego do Sr. Presidente da Câmara e do PS. -----

----- Outra questão a merecer referência, era a delegação de competências, sem que com isto estivesse a pôr em causa a total e plena competência do Sr. Presidente da Câmara para sobre ela decidir, mas o PSD considerava bastante grave, por aquilo que poderia parecer atribuir ao Vereador Manuel Salgado os únicos Pelouros que, em nome da transparência, nunca deveria ter atribuído, concretamente aqueles relacionados com o urbanismo e o licenciamento. Não se tratava de levantar suspeições mas precisamente do contrário, isto é, de evitar situações em que elas pudessem aparecer, porque sabendo todos as pressões que se exerciam nessa área, esse era um presente envenenado para o Vereador Manuel Salgado como também para a Cidade de Lisboa. -----

----- Uma palavra também para as primeiras impressões, que eram aquelas que ficavam e perduravam, para o relacionamento da Câmara com as Juntas de Freguesia. O Sr. Presidente da Câmara não contaria com o PSD para transformar as freguesias em palco de luta eleitoral antecipada, como pareciam pretender. Para as freguesias, o PSD pretendia, apenas e tão só, que continuasse a ser dados aos respectivos Executivos os instrumentos e recursos que se encontravam previstos nos protocolos celebrados sob os princípios da boa-fé, transparência e estabilidade, necessários ao cumprimento do mandato, de acordo com o planeamento previsto, para que as Juntas foram legitimamente eleitas em Outubro de 2005. Não aceitavam também, que a Câmara Municipal de Lisboa quisesse substituir-se às Juntas de Freguesia, usurpando as competências que lhes estavam legalmente atribuídas, realizando nas suas áreas de jurisdição reuniões públicas para discutir assuntos das freguesias, porque para além de inconstitucional e ilegal era política e institucionalmente inaceitável e censurável que a Câmara pretendesse, assim, minorizar o importante papel das Juntas de Freguesia junto das populações. -----

----- Por outro lado, lamentável era também a forma como o PS e o BE cozinharam essa medida, aproveitando uma relação de votos que lhes era momentaneamente favorável, para apresentar e votar pela porta do cavalo, pois já sabiam que a Câmara, no seu todo, não a aprovaria. E como isso não fosse suficiente, tinham a arrogância de que a Câmara dava mostras no seu relacionamento directo com as Juntas de Freguesia, ou seria melhor dizer no relacionamento que não procurava e na ignorância que impunha. -----

----- Efectivamente, não faltava tempo ao Executivo PS/BE, que parecia estar sempre em festa, para se multiplicar em aparições públicas lançando supostas campanhas ou medidas que mais não eram, afinal, do que o prosseguimento do trabalho que já vinha do Executivo anterior. Simplesmente faziam-no ignorando e não avisando os Presidentes de Junta das zonas onde se realizavam essas actividades. Dava só dois

exemplos: rebaixamento dos passeis em Campo de Ourique e combate aos pontos negros em Campolide, em que os respectivos Presidentes de Junta foram totalmente ignorados, e este ignorar ostensivo dos Presidentes de Junta era tanto mais grave quanto tem sido praticado, na maioria das vezes, pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara, Dr. Marcos Perestrello, a quem cabia o relacionamento com as Juntas de Freguesia. Se o Sr. Vice-Presidente da Câmara não tinha cumprido os mínimos nesse relacionamento, como seria quando tivessem em discussão outros aspectos interessantes do mesmo. -----

----- O Grupo Municipal do PSD apoiava, política e institucionalmente, os seus Presidentes de Junta e não aceitava a atitude de desrespeito para com eles que a Câmara vinha praticando. Julgavam não ser necessário lembrar ao Sr. Presidente da Câmara e à Vereação, que a legitimidade dos Srs. Presidentes de Junta era igual à dos Srs. Vereadores, com a vantagem de terem sido eleitos com muito menos abstenção. --

----- Referindo-se ao Plano Baixa-Chiado, disse que o Sr. Presidente da Câmara, enquanto candidato, referira que ele estava bloqueado na Assembleia Municipal, mas agora, já como Presidente em funções, viera colocar em causa questões concretas desse plano, tendo mesmo solicitado, recentemente, à Assembleia Municipal a sua devolução para reapreciação e revisão. Afinal, quem bloqueia o quê? Parecia-lhe que era o Sr. Presidente da Câmara que estava a bloquear o Plano Baixa-Chiado, não era de certo a Assembleia Municipal! -----

----- Ainda sobre o Plano Baixa-Chiado, perguntou que compromissos assumira o Sr. Presidente da Câmara com a Dra. Maria José Nogueira Pinto, cuja aproximação ao PS era já notória. O Sr. Presidente da Câmara, ao declarar o plano bloqueado na Assembleia Municipal pretendia tirar efeitos eleitorais conjunturais, mas agora nomeara-a ou convidara-a para algum cargo relacionado com esse plano? É que quem ouvisse e lê-se a Dra. Maria José Nogueira Pinto não ficava com dúvidas de que ela era a “Senhora Chiado”, e a Assembleia Municipal teria que ser informada pelo Sr. Presidente da Câmara sobre qual era a verdadeira situação, até para que se percebesse se quem falava destes assuntos importantes para a cidade, o fazia a título meramente pessoal, ou com o peso institucional para intervir no desenvolvimento do plano. Aliás, considerando o teor das declarações já produzidas pela Dra. Maria José Nogueira Pinto, o Sr. Presidente da Câmara concordaria que não era despiciendo tal esclarecimento. -----

----- Aludindo ao combate ao estacionamento em segunda fila na cidade, que o Sr. Presidente da Câmara decidira lançar, disse que o PSD concordava com isso, pese embora este fosse a enésima vez que o Executivo o fazia sem sucesso, porque essas filas apareciam e continuariam a aparecer se o Sr. Presidente da Câmara não exigisse do Governo que criasse, “para ontem”, a Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa, que já vinha atrasada. Esta sim, seria uma verdadeira medida estrutural a favor da mobilidade em Lisboa, mas o Sr. Presidente da Câmara e o Governo preferiam o *show-off* da Semana da Mobilidade sem cuidarem verdadeiramente de criar condições para que a mobilidade melhorasse em Lisboa. Têm lutado na Assembleia Municipal

pela Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa, e esperavam que o Sr. Presidente da Câmara não os deixasse sozinhos, como aos lisboetas, nessa luta. -----

----- No tocante aos radares, disse que os números recentemente vindos a público, e que apontavam para a diminuição em 78% dos acidentes graves nas vias com radares, demonstravam bem a validade da medida que constituía peça importante para a redução da sinistralidade rodoviária em Lisboa. Foi uma decisão difícil, que tinha implicações e que afectava todos os automobilistas, mas cujo fundamento era válido e por isso deveria manter-se. Outra coisa era, e o PSD assumira isso na altura em que a matéria foi discutida, proceder a uma reavaliação dos limites de velocidade definidos e das vias que deles necessitavam, corrigindo e alterando o que fosse necessário, mas continuando a garantir a segurança dos automobilistas e a diminuição de acidentes graves. -----

----- Por isso, o PSD desejava que o grupo de trabalho criado tivesse presente esse enquadramento e fosse tecnicamente consistente e competente, resistindo a embarcar em facilitismos ou soluções que reduzissem a segurança nas vias de Lisboa. -----

----- Foi por isso com preocupação que viram citado o Sr. Vice-Presidente da Câmara, quando disse: “não se pode impor a segurança contra as pessoas”. A segurança dos cidadãos e da sociedade como um todo, não deixava de exigir – e não faltavam exemplos na legislação – a imposição de algumas restrições à liberdade de cada um. Que se pensasse no Código da Estrada, já que estavam a falar de segurança rodoviária. Portanto, desejavam que esse pensamento do Sr. Vice-Presidente, socialmente errado e enganador, não contaminasse o grupo de trabalho. -----

----- Prosseguindo, disse que assunto de especial sensibilidade e gravidade era o que se prendia com o pessoal do Município de Lisboa. O Sr. Presidente da Câmara tomara posse no dia 1 de Agosto e logo no dia 9 estava a assinar um despacho mandando anular todos os concursos externos de ingresso, com excepção daqueles em que já havia classificação final, sem cuidar do impacto que essa decisão teria nos diversos candidatos. Apesar do escassíssimo período de tempo para se informar devidamente, reflectir e decidir, queriam acreditar que o Sr. Presidente da Câmara teria ponderado o impacto da sua decisão nos serviços. Ou não necessitara de ponderar porque tinha a certeza que continuaria a ter as pessoas a trabalhar para o Município continuando em situação precária porque o desemprego era o que era e qualquer vínculo dava jeito. ----

----- Lembrou que a Assembleia Municipal aprovara, por maioria muito clara, uma proposta da anterior Vereação que, no estrito respeito pelas capacidades legais e pelas competências que a Câmara podia exercer em matéria de pessoal, contemplava medidas que procuravam regularizar a situação dos trabalhadores precários que, passando por várias Vereações, serviram o Município. -----

----- Mas o Sr. Presidente da Câmara colocara também em causa todos os contratos de prestação de serviço existentes, iniciando um processo que se não fosse absolutamente transparente podia ser uma caça às bruxas. Por essa razão, o PSD apresentara uma Moção para que a Assembleia Municipal acompanhasse esse processo com muita proximidade. -----

----- Por outro lado, o Sr. Presidente da Câmara apresentara também, e foi aprovado por todos os partidos, uma proposta de redução de pessoal afecto aos gabinetes dos Vereadores. Era uma iniciativa fácil, popular e populista, e que dificilmente se podia atacar. O PSD registava apenas que essa iniciativa agravava a capacidade da oposição se opor já que o Executivo continuava a contar com os serviços para elaborar, fundamentar e acompanhar propostas e medidas que fossem apresentadas. -----

----- Todas essas iniciativas tiveram por fundamento a necessidade de cortar na despesa. Aguardariam para ver como evoluía essa redução, sobretudo se não teriam novos e agravados encargos nas rubricas da publicidade e afins. -----

----- Referindo-se ao Cais das Colunas, disse que era impensável que ele saísse do local, o que aparentemente estava afastado, como era impensável que deixasse de ter as características que o definiam, o que aparentemente não estava afastado. Por isso, o PSD apresentara uma Moção no sentido de que o Cais das Colunas fosse devolvido à cidade, no seu local próprio banhado pelo Tejo. -----

----- Referiu que, ainda a quente porque foi apresentado ontem, sem prejuízo de posição que tomariam oportunamente, ia passar a fazer umas reflexões sobre o Plano de Saneamento Financeiro. De novo, um Executivo do PS, agora com o BE, ia endividar a Câmara Municipal de Lisboa em 500 milhões de euros por 12 anos. O Executivo PS/BE ia aumentar a carga fiscal em Lisboa; ia reduzir 30% os gastos com o pessoal, o que significava que, não havendo redução de vencimentos, deixariam de trabalhar no Município 30% daqueles que hoje trabalhavam na Câmara; ia alienar 165 milhões de euros de património mas não sabia que património; ficava com um “saco azul” disponível de 140 milhões de euros, e, pelos vistos, agora o Governo aceitaria este empréstimo. -----

----- Por fim, referiu que o Sr. Presidente da Câmara dizia que Lisboa precisava de festas, e já se percebera que essa era a cultura do Executivo. Mas, com o panorama criado pelo Executivo PS/BE, Lisboa não iria ter nada para festejar. Lisboa sabia bem do que precisava e não era de festas: era de trabalho, transparência e de soluções que não agravassem ainda mais a situação difícil em que se encontrava. Mas não era esse o caminho que a coligação PS/BE estava a trilhar em Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, disse que o orador anterior começara por dizer que o Sr. Presidente da Câmara estava em estado de graça. Não sabia se estaria ou não, mas ao ouvir a intervenção que todos acabaram de ouvir de certeza que o PSD continuava em estado de desgraça. -----

----- Disse que esperava ouvir tudo da parte do PSD, menos aquilo que hoje ouviram. Esperava, em primeiro lugar, ouvir o PSD a pedir desculpa à Cidade de Lisboa pela forma como a tratara nos últimos anos; esperava ouvir o Deputado Municipal Saldanha Serra pedir desculpa pela forma leviana como lidaram com os anteriores Executivos municipais. É que o Deputado Municipal Saldanha Serra, líder do PSD desde o início, tecera ali as maiores loas ao seu anterior Presidente, Prof. Carmona Rodrigues, como a seguir lhe fizera as piores críticas. -----

----- Aliás, o Deputado Municipal Saldanha Serra, e o próprio PSD, bateram ali palmas às políticas mais irresponsáveis que foram sendo feitas pela Câmara Municipal

anterior, as políticas que levaram ao maior endividamento de sempre, as políticas que levaram, sobretudo, ao maior descrédito do Executivo junto da opinião pública. A Câmara Municipal do PSD caíra não por culpa das críticas da oposição, caíra por ela própria, caíra porque não foi capaz, perante a Cidade de Lisboa, de honrar o voto que teve e merecer a credibilidade que os lisboetas lhe deram nas eleições de há dois anos atrás. O PSD desbaratara em dois anos tudo aquilo que tinha obtido, porventura com mérito eleitoral porque ganhara as eleições, mas saíra da Câmara Municipal com um dos piores, senão o pior, resultado de sempre numa eleição para a Câmara Municipal de Lisboa. Mas o Deputado Municipal do PSD veio hoje ali fazer o ataque mais insidioso que ouvira até hoje a um Presidente de Câmara eleito há mês e meio, ao dizer que já estavam a levar a cidade por péssimos caminhos. -----

----- Pediu aos Deputados Municipais do PSD que metessem a mão na consciência e pedissem desculpa pelo mal que fizeram à cidade, porque só assim se compreenderia a vontade do PSD em anular o debate que estava previsto, há um ano atrás, para daqui a 15 dias, sobre o estado da cidade. O PSD não queria debater o estado da cidade porque sabia muito bem que era responsável pelo estado da cidade, como sabia também muito bem que levava a cidade a situações que não eram imagináveis por ninguém. Mas neste momento vinha para ali fazer a pior das demagogias e os ataques mais insidiosos, falando até em questões de transparência. -----

----- Aliás, não ficava bem ao Deputado Municipal Saldanha Serra fazer o ataque que fez há pouco ao Sr. Vereador. Vinha ali fazer o ataque da transparência, de não ligar às Juntas de Freguesia, quando, pessoalmente, não tinha memória de nenhum Presidente da Câmara reunir metodicamente com todas as Juntas de Freguesia, como uma primeira iniciativa depois da sua eleição, no curto espaço de tempo que as mesmas estavam a ser feitas. Salvo erro já faltavam muito poucas reuniões para fazer as rondas com as Juntas de Freguesia, não tinha memória de nenhum autarca ter feito isso com tanta convicção e com tanto propósito. Via-se mesmo que o Deputado Municipal Saldanha Serra não era Presidente de Junta de Freguesia e por isso não foi a nenhuma reunião dos Presidentes de Junta com o Sr. Presidente da Câmara, porque a esses não os ouviu manifestar, em conversas pessoais, qualquer descontentamento pelo contacto feito. -----

----- De resto, a respeito da tal questão institucional, tinha que dizer que, por acaso, o programa da pintura das passadeiras iniciara-se numa Freguesia do PSD, a Freguesia de São João, e o Sr. Presidente da Junta até estava lá, o que desmentia, logo à partida, todo esse tipo de coisas que o Deputado Municipal Saldanha Serra ali lhes esteve a dizer. O PSD, de facto, tinha muito pouco para lhes oferecer, tinha muito pouco para oferecer à cidade se seguisse o discurso do Deputado Municipal Saldanha Serra e a sua linha de invectivas contra o Presidente da Câmara e contra a actual maioria da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Quanto à referência ao “saco azul”, perguntou ao Deputado Municipal Saldanha Serra se achava que isso lhe ficava bem! “Saco azul”! Achava que o Deputado Municipal Saldanha Serra tinha perdido o norte ou o sentido geográfico do local onde

se encontrava, porque, devia dizê-lo, não estavam habituados a ouvir isso ao PSD e achavam isso inacreditável. -----

----- De facto, seria importante saber o que pensava o PSD dos problemas da cidade, o que pensava de como iria contribuir para resolver positivamente a difícil situação, situação quase de falência técnica em que deixara ao Município de Lisboa, isso sim da inteira responsabilidade do PSD! -----

----- Referindo-se, ainda, à intervenção do Deputado Municipal Saldanha Serra, disse que referir “que estavam atentos se o Governo fizesse bem a Lisboa” era uma coisa inacreditável, porque gostariam todos que o Governo tomasse medidas que pudessem favorecer a Cidade de Lisboa. Aliás, o Presidente da Câmara anterior sempre que fazia as suas informações escritas à Assembleia, dois terços dessas informações, como o próprio PS foi salientando muitas vezes, era a dizer aquilo que tinha acordado com o Governo e que ia beneficiar Lisboa. Até ele próprio acreditava quando dizia: “bom, se não fosse o Governo o Senhor não governava e não liderava a Cidade de Lisboa”. Mas agora o Deputado Municipal Saldanha Serra vinha dizer, ao fim e ao cabo, “oxalá o Governo faça mal à Cidade de Lisboa porque se não isso é favorecimento”. Isso era, de facto, uma coisa inacreditável! Efectivamente, nunca tinha visto o PSD descer a um nível de voo rasante tão baixo, como agora o fizera. Esperavam que recuperasse porque, assim, a cidade iria por mau caminho. -----

----- Seguidamente, aludindo às intervenções feitas no período de intervenção do público, disse que elas lhes mereceram toda a atenção, iriam acompanhá-las e, naturalmente, enquanto Grupo Municipal, estavam à disposição para os receber e para falar com os munícipes. Aliás, a uma senhora, dirigente sindical, que ali referira que ninguém tinha recebido o Sindicato, desejava dizer que o Grupo Municipal do PS recebera o Sindicato e essa senhora que interviera ia na respectiva delegação. -----

----- Depois, disse que era importante que a Câmara levasse a sério o compromisso que fizera na campanha eleitoral de implementar dez medidas nos primeiros dias do mandato. O PS acompanhava isso com sentido positivo, naturalmente crítico sempre que fosse necessário, mas desejava registar que tinham, pela primeira vez na Cidade de Lisboa, uma pessoa eleita que queria cumprir o seu programa em termos de prazo e em termos de compromissos. Naturalmente que os seus colegas Presidentes de Junta teriam com certeza muitas observações a fazer sobre a especificidade das coisas que iam sendo implementadas. -----

----- Por outro lado, no tocante às moções apresentadas sobre as questões que tinham a ver com o Despacho do Sr. Presidente da Câmara sobre os concursos de pessoal, a sua colega, Deputada Municipal Marta Rebelo, faria uma intervenção. Mas, regra geral, o PS votaria a favor dessas moções, e mesmo aquelas que tinham considerandos inadmissíveis, considerandos de mero combate político, o PS procurara apresentar moções alternativas porque até se reviam nas partes deliberativas dessas moções. Grossomodo, iriam votar quase todas as moções, com excepção de uma ou duas. -----

----- Naturalmente uma delas também vinha do PSD, concretamente aquela que tinha a ver com a avaliação do Túnel do Marquês, em relação à qual desejava dizer ao Deputado Municipal Ferreira Pereira, seu subscritor, que entendiam que ainda era

muito cedo para fazer a avaliação dessa obra. Para o próximo ano ali estariam para analisar a questão do Túnel do Marquês, até porque ele ainda não estava concluído, faltava a componente que era mais complicada do ponto de vista da execução técnica que ainda não foi concluída por parte do Metro nem a Câmara tinha ainda apresentado os projectos definitivos. -----

----- Como referira o Sr. Presidente da Câmara na campanha eleitoral, Lisboa precisava de ser uma cidade amigável, precisava de ser uma cidade virada para as pessoas, precisava de ser uma cidade virada para resolver os problemas que tinha, do ponto de vista da qualidade de vida, do ponto de vista do ambiente e do ponto de vista da mobilidade. Lisboa precisava de resolver os problemas das pessoas. E, para isso, a Assembleia Municipal deveria dar o seu contributo. -----

----- Disse, ainda, que o Deputado Municipal Saldanha Serra referira, muito enfaticamente no início da sua intervenção, que a Assembleia Municipal tinha toda a legitimidade. Naturalmente tinha toda a legitimidade jurídica e continuava a ter toda a legitimidade política, mas era um facto que o PSD perdera uma óptima oportunidade ao não ter permitido uma clarificação para as eleições simultâneas da Câmara com a Assembleia Municipal, quando a questão se pusera na altura, porque todos sabiam também que o órgão Assembleia Municipal era votado muito em comparação com os candidatos à Câmara Municipal. Os Presidentes de Junta tinham um programa próprio, candidatavam-se com programas próprios, enquanto que os candidatos à Assembleia Municipal não o tinham. Mas o PSD quisera manter, artificialmente, uma maioria na Assembleia Municipal que sabia muito bem que já não a tinha na Cidade de Lisboa, a já não a tinha por culpa sua, já não a tinha por erros seus, já não a tinha porque governara mal a cidade, já não a tinha porque dera mau nome à Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- No entanto, o PS teria ali toda a disponibilidade para contribuir para que se instalasse entre todos um clima de diálogo, de responsabilidade, um clima de confronto ideias e de debate com todo o respeito. Esperavam isso! Não esperavam unanimismos nem esperavam falsos consensos, aquilo que esperavam era lealdade e que se trabalhasse para resolver os problemas da Cidade de Lisboa. -----

----- Teria sido um passo infeliz porque hoje o PSD demonstrara o contrário, mas pensava que estava a tempo ainda de dar o dito por não dito, e demonstrar ali sinais de responsabilidade e sinais de que aprendera a lição e os sinais que o eleitorado lhe transmitira com a última votação. -----

----- **A Deputada Municipal Deolinda Machado (PCP)**, no uso da palavra, começou por desejar as maiores felicidades à nova equipa da Câmara Municipal, para que prosseguisse os objectivos de bem servir as cidadãs e os cidadãos de Lisboa, porque assim serviria a cidade. Estes eram os seus sinceros votos. -----

----- Depois, disse que, em nome do PCP, ia apresentar a recomendação que ela própria subscrevera relativamente aquela que foi uma das primeiras medidas que o Sr. Presidente da Câmara tomara. -----

----- Referiu então que a defesa do bom funcionamento da Câmara passava também pela defesa das suas trabalhadoras e trabalhadores, porque sem dúvida que o que de

melhor a sociedade tinha eram os trabalhadores, eram as pessoas e eram também os melhores recursos que uma Câmara tinha e precisava. -----

----- Apelavam, por isso, ao Sr. Presidente da Câmara que revogasse o Despacho n.º 461/P/2007, de 9 de Agosto, que atingia um universo importante de trabalhadoras e trabalhadores e suas famílias. A criação de condições que eliminassem a precariedade laboral na principal Autarquia do País, seria um bom indicador do caminho a seguir. --

----- Para além de constituir um incentivo às trabalhadoras e trabalhadores actualmente nessa condição, representaria um decréscimo de despesas e garantia de qualidade, até pela experiência que, ao longo dos anos, foi adquirida por essas trabalhadoras e trabalhadores, e que por isso mesmo deveria ser valorizada neste momento. -----

----- Como se referia na Recomendação, embora não fosse essa a proposta do PCP, era um facto que, há apenas seis meses, a Câmara Municipal de Lisboa fizera uma identificação de situações, isto é, de postos de trabalho permanentes e de horário completo. Portanto, era bem recente essa medida! Claro que o PCP sempre pugnara pela defesa do vínculo público. -----

----- No entanto, desejava dizer que foram criadas expectativas a essas pessoas que, tal como todas as outras, tinham responsabilidades pessoais, familiares e financeiras. E ainda aspiravam, como também era legítimo, alcançar a estabilidade necessária à prossecução da vida, tanto pessoal como profissional. Por isso, deixava um forte apelo ao Sr. Presidente da Câmara no sentido de que reflectisse e revogasse o Despacho, porque ganhava a Câmara, ganhavam as trabalhadoras e os trabalhadores e ganhava Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, começou por, em nome do BE, saudar o Sr. Presidente da Câmara e toda a Vereação pela confiança que os eleitores deram a todos, de todas as correntes políticas, porque era desse pluralismo e desse debate democrático que vivia a cidade. Desejava a todos os Vereadores, quer estivessem na Direcção da Câmara, quer estivessem na Oposição, os melhores sucessos. -----

----- Disse, depois, que ouvira com muita atenção a intervenção do líder da bancada do PSD, pensou que ele iria dizer que se tinha enganado quando várias vezes ali referira, no mandato anterior, que o BE só sabia dizer uma coisa: que era preciso dar a volta aos cidadãos, e que de facto os cidadãos queriam na gestão da Câmara, tão calamitosa ela estava, outra gestão. A não ser que as eleições já não valessem para o PSD! O PSD saberia como tratava os problemas de eleições, incluindo dentro do próprio partido, mas esse era um assunto que já não fazia parte da democracia. -----

----- Recordou que o BE, durante meses, dissera que face à situação a que a Câmara chegara de ingovernabilidade, de credibilidade, de endividamento global e de não operacionalidade, só havia uma solução: eleições antecipadas. Foram ali acusados que não sabiam dizer outra coisa, mas elas vieram porque, apesar de tudo, era a Terra que andava à volta do sol, e elas decidiram quem era que deveria gerir a Câmara. -----

----- Nessas eleições, o Vereador José Sá Fernandes, que dali saudava, no acordo “Lisboa é Gente” disse durante a campanha eleitoral, e após esta, que tinham toda a

disponibilidade, face à situação de emergência que vivia Lisboa, para encontrar um pacto de governabilidade para a cidade em torno de políticas concretas, com todas as forças políticas que não estiveram misturadas com a anterior gestão, ou seja, com o PS, com o PCP, com os “Cidadãos por Lisboa”. Disseram-no, e como o disseram assim o fizeram. Eram gente de uma só palavra e de uma só lealdade, não costumavam ter uma palavra quando estavam em campanha eleitoral, e ter outra palavra depois das eleições. -----

----- Que fácil teria sido para o BE, que fácil teria sido para o Vereador José Sá Fernandes dizer: “pois, nós nem sequer fazemos maioria, Dr. António Costa é verdade que dissemos que estávamos disponíveis para perante o estado calamitoso da cidade fazer um acordo político, mas nós vamos ficar independentes na oposição”. -----

----- Portanto, o discurso do Deputado Municipal Saldanha Serra não tinha qualquer coerência, e porque o conhecia, imaginava com maior coerência e mais inteligência o seu discurso. É que dizia que o Vereador José Sá Fernandes, estando na oposição, fizera trinta por uma linha, gastara milhões, e agora, que não estava na oposição, iria ser uma calamidade para Lisboa, iria ser uma desgraça porque agora estava na governação. Mas então era preso por ter cão e preso por não ter?! -----

----- Isso fazia-lhe lembrar uma entrevista que deram no dia a seguir à assinatura do acordo, em que uma jornalista lhe perguntava “mas então o Vereador José Sá Fernandes agora não vai ter aquela combatividade que tinha?”. E era a mesma jornalista que numa entrevista antes da campanha eleitoral lhe perguntava “mas vocês vão continuar com a política do deita abaixo?”. Agora estavam a fazer uma política de apoio para cima! Mas então eram presos por deitar abaixo e presos por deitar para cima? -----

----- Portanto, o Deputado Municipal Saldanha Serra deveria manter coerência naquilo que vinha dizendo porque o BE mantinha sempre a mesma coerência e a mesma posição. Fizeram um acordo político e o Deputado Municipal Saldanha Serra não precisava de ter dúvidas, porque esse acordo foi feito pelo BE, aprovado em todos os órgãos concelhios e nacionais do partido, e aproveitava para dizer ao Sr. Presidente da Câmara que contaria sempre com a lealdade do BE nesse acordo, em tudo o que nele estava escrito, e com a liberdade do BE em tudo o que lá dizia que eram livres para dizer, isto é, com lealdade para debater e discutir aquilo em que estavam de acordo e aquilo em que não estavam de acordo. -----

----- Esse acordo tinha seis pontos concretos, seis pontos precisos que faziam parte do programa do BE imediato, e que puseram como plataforma para fazer qualquer acordo para a Cidade de Lisboa porque eram fundamentais. -----

----- Por exemplo, um ponto no tocante à reestruturação financeira da Câmara devido à calamidade que vinha de trás. Quando o Deputado Municipal Saldanha Serra dizia que a Câmara se ia endividar em mais 500 milhões de euros, não era assim porque o que acontecia era que a Câmara ia contrair esse empréstimo para pagar dívidas a fornecedores que estavam a falir na cidade de Lisboa. Portanto, com esse empréstimo, a longo prazo, o que a Câmara ia fazer era uma reestruturação da dívida. O Deputado Municipal Saldanha Serra, ou não percebia de gestão de empresas, ou não percebia do

que era que estavam a falar. Efectivamente era uma reestruturação da tal dívida de 1.400 milhões de euros que o PSD deixara, era melhor não esquecer! -----

----- Por outro lado, constava também um ponto que referia que era necessária transparência e clareza. A Câmara teria que ser transparente com a Assembleia Municipal, e não valia mais golpes como aqueles que o PSD dera durante seis anos. Por exemplo, no primeiro dia em que o Dr. Santana Lopes veio à Assembleia Municipal apresentar o Orçamento, o BE, que era radical, não fez um discurso como o que o Deputado Municipal Saldanha Serra agora fizera porque o Dr. Santana Lopes tinha acabado de chegar à Câmara. Fizera um discurso exigindo o que achava que devia exigir e dando o benefício da dúvida dizendo que esperava para ver se era capaz de fazer o que prometera. Aliás, em várias coisas até disseram que estariam de acordo com o Dr. Santana Lopes. Não fizeram um discurso, como o que foi feito agora, em que ao fim de um mês de governação da Câmara já se dizia que estava tudo mal, que já se viu o filme todo. Que grande visionamento que o Deputado Municipal Saldanha Serra tinha! -----

----- Fizeram também uma proposta para um orçamento participativo, que foi aprovada por unanimidade, portanto incluindo também o PSD, mas passaram seis anos e não vislumbraram qualquer medida, pequena que fosse, do orçamento participativo. -----

----- Por isso, agora, pedia ao Deputado Municipal Saldanha Serra que lhes tirasse o chapéu, porque na segunda reunião de Câmara foi aprovada uma proposta para se começar a tomar medidas sobre o orçamento participativo e com prazos concretos para que tivessem um plano claro da Agenda 21 Local e do Fórum dos Cidadãos, para terem um orçamento participativo na Cidade de Lisboa. Portanto, fizeram num mês aquilo que o PSD não fizera em anos, apesar de ter votado a favor. -----

----- Mas a transparência tinha a ver com isso como tinha a ver com saberem todas as avaliações da Bragaparc, que ia à reunião de Câmara amanhã, e também com a reestruturação de todo o parque empresarial de que ali falaram inúmeras vezes contra o despesismo das empresas municipais. Aliás, se alguém tivesse dúvidas do que o BE falava e para os que falavam muito do problema de muitas assessorias, bastava que se lembrassem de um debate televisivo em que o Prof. Carmona Rodrigues atacava o candidato do PSD à Câmara Municipal de Lisboa dizendo que ele tinha posto 60 pessoas do aparelho do PSD numa empresa municipal, como se ele, Presidente da Câmara, não tivesse que ter dado o aval e assinado isso. De resto, o Dr. Negrão respondera-lhe: “e não foi o Senhor que aceitou que isso acontecesse?” -----

----- E tinha ainda uma proposta para o Plano Verde, tinha também estacionamento para residentes e 25% de habitação a custos controlados em todas as novas urbanizações que houvesse na cidade. -----

----- Todas essas questões eram importantes para a cidade e, por isso, assumiam essa responsabilidade. -----

----- Era evidente que lhes iriam dizer tudo, era natural, era o papel da oposição! Até já viu uma entrevista, no Sol, do Dr. Ruben de Carvalho, que dizia que o BE seria o cordeiro desse acordo, como também já viu os *outdoors* que o PSD espalhará que

eram interessantíssimos e até os saudava por alguma alegria que vinha do PSD pois já fazia tempo que isso não acontecia. E agradeciam porque, além do mais, ajudaram o BE a não gastar tanto dinheiro em publicidade porque agora o PSD passaria a colocar *outdoors* pelo BE, que elegera como seu inimigo principal. -----

----- Mas desejava dizer que o BE tinha um comportamento na Assembleia rigorosamente igual ao que sempre tivera, defendendo o seu programa, as suas propostas, e defendendo intransigentemente que a Assembleia Municipal era o fórum de debate democrático da cidade a quem a Câmara teria que prestar contas. Por isso, dizia com toda a clareza que os princípios do BE seriam sempre defendidos em torno deste programa. -----

----- No entanto, o Deputado Municipal Saldanha Serra dissera uma coisa que achava espantosa, até nem queria acreditar quando estava a ouvir e então perguntara aos colegas de bancada se estava a ouvir bem. É que referira que o Sr. Presidente da Câmara e o PS fizeram um acordo com o BE e o Dr. José Sá Fernandes, uma força superminoritária na Cidade de Lisboa. Com quem foi que o PSD fizera um acordo na anterior Vereação? Não foi com o CDS-PP que tinha ali menos dois Deputados Municipais que o BE? Qual era a coerência? Como era que o CDS-PP com menos dois Deputados era bom – nunca falaram ali em problemas de tamanho – e o BE com mais dois Deputados já era mau?! -----

----- Continuando, disse que o Dr. José Sá Fernandes contaria sempre com a solidariedade da bancada do BE, em tudo aquilo que assumiram e no combate que iam travar. O combate era difícil, muito difícil principalmente no estado calamitoso em que estava a cidade, mas estavam ali para fazer esse combate e melhorar a cidade, com a independência que sempre tiveram. Agradeciam que lhes pusessem autocolantes na boca e fitas adesivas à vontade, porque ali estariam para ver a vida como ela era, mas desejava dizer que já valera a pena estar na Câmara só por estes dias com alguma participação. -----

----- Tinham orçamento participativo! E tinham uma coisa que foi ele que, pessoalmente, numa reunião que tiveram com o anterior Presidente da Câmara, Prof. Carmona Rodrigues e o Vereador das Finanças da altura, e onde esteve também presente o Dr. José Bastos, Director do DAOM, propusera que se controlasse o número de assessores dos Vereadores e nunca veio nenhuma medida da Câmara para controlar isso. Mas, finalmente, tinham uma medida que controlava o número de assessores e quanto podiam ganhar. -----

----- Era evidente que podiam dizer ali que estavam com um problema com os trabalhadores, e quanto a isso desejava dizer que o BE defendia a integração dos trabalhadores com vínculo precário no Quadro Privativo da Câmara, e defendia porque isso era melhor que a situação que tinham actualmente. Mais: porque achavam que isso não era o ideal, porque o ideal seria entrarem para o Quadro da Câmara, tinha um projecto-lei na Assembleia da República para integração de todos os trabalhadores precários do Poder Local, e esperavam que aqueles que hoje não estavam de acordo com a posição do BE sobre o Quadro Privativo, fizessem pressão para que a

Assembleia da República aprovasse a integração dos trabalhadores precários nos quadros da Câmara, desde que tivessem as condições necessárias. -----

----- Quanto a baixar custos na Câmara, disse que as horas extraordinárias baixaram, mensalmente, apenas nos gabinetes dos Vereadores quando todos eles saíram, 100.000 euros! Isto só dos assessores, e naturalmente sabiam todos onde estavam esses assessores. -----

----- **O Deputado Municipal Rui Roque (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que tal como referiram, numa reunião da Assembleia Municipal logo a seguir às eleições, o CDS-PP estava, como sempre esteve na Assembleia, preocupado tão só com aquilo que era o objectivo de qualquer Câmara Municipal, e no caso da Câmara Municipal de Lisboa, por maioria de razão porque é a maior do País. -----

----- A única preocupação, o único objectivo, a única razão de ser da Câmara Municipal e dos órgãos que governam o Município de Lisboa era o bem-estar dos seus cidadãos. Mais nenhum! -----

----- Esta afirmação, que provavelmente hoje poderia parecer apenas de ocasião e não ter um significado por aí além, poderia, no futuro, conforme as ideias do CDS-PP fossem sendo expostas, começar a ter alguma razão de ser. -----

----- E para deixar alguma luz sobre esta questão, apenas dizia que a única preocupação do CDS-PP em qualquer medida que ali tivessem que discutir e votar, ou qualquer medida que por sua iniciativa viesse a propor aos órgãos competentes, teria única e exclusivamente a preocupação de servir os cidadãos e não a de servir quaisquer poderes, maiores ou menores, mais formais ou informais, que existissem nos órgãos camarários, fossem eles órgãos políticos, fossem eles a própria estrutura da Câmara. Ou seja, jamais aceitariam uma qualquer medida que privilegiasse qualquer grupo, fosse ele qual fosse, em detrimento daquilo que era a qualidade de vida dos cidadãos de Lisboa. Portanto, ficava dito e no futuro ir-se-ia apercebendo, aos poucos, o porquê desta afirmação. -----

----- Nessa perspectiva, na referida reunião da Assembleia Municipal foi dito – e reiterava-o hoje – que o CDS-PP, com o poder que tinha que era aquele que os eleitores lhe deram, tentaria integrar nas propostas da Câmara Municipal aquilo que era a sua mais-valia para a cidade. E isso tinha algumas linhas fundamentais, linhas essas que vinham já sendo expostas ao longo dos últimos anos, por exemplo na discussão daqueles que eram os documentos fundamentais da gestão camarária, o Plano e o Orçamento. -----

----- Aludindo ao que foi dito pelo Deputado Municipal Carlos Marques de que o CDS-PP tinha estado em coligação nos últimos seis anos, disse que de facto estiveram em coligação, em circunstâncias diferentes nos primeiros quatro e nos últimos dois, mas, em primeiro lugar, era preciso realçar que essa coligação foi sempre no âmbito do Executivo municipal, o que era comprovado pela liberdade que o Grupo Municipal do CDS-PP sempre teve na Assembleia Municipal onde até, com o desagrado dos parceiros da coligação, votara negativamente orçamentos porque tinha o entendimento que eles, como documentos fundamentais para gestão da Câmara, não eram os documentos adequados para a cidade. E isso, aliás, acabara por vir a ser demonstrado.-

----- Portanto, desse ponto de vista, a posição do CDS-PP em relação ao actual Executivo seria exactamente a mesma. As preocupações do CDS-PP eram as mesmas, preocupações essas que guiariam, obviamente, o seu comportamento em relação ao Executivo. Tal como referira na reunião da Assembleia realizada logo a seguir às eleições, o voto do CDS-PP valia o que valia, e não os envergonharia nem lhes criaria quaisquer impedimento para lutarem pelas suas ideias com a mesma força como se fossem uma maioria absoluta e dominadora, porque, de facto, o que os guiava na Assembleia era dar as suas ideias à cidade, e os órgãos da cidade aceitá-las-iam ou não e depois seriam julgados por isso, mas o CDS-PP teria o cuidado de pôr o dedo na ferida se esse julgamento fosse negativo. -----

----- Por conseguinte, essa era a única motivação da actividade política do CDS-PP na Assembleia Municipal. -----

----- E que caminhos eram esses, fundamentalmente? -----

----- Reconheciam, obviamente, que a situação financeira da Câmara – já disseram isso várias vezes – era dramática. Mas era dramática também muito por razões estruturais, não era apenas o dinheiro que mal gasto foi em coisas para além daquilo que era a estrutura da Câmara Municipal, daquilo que eram os seus recursos fundamentais, mas era, sobretudo, o muito que se gastava, mal, naquilo que era o seu coração. O CDS-PP tem insistido sistematicamente, e esperava que o Executivo ouvisse estas palavras e as tomasse na devida consideração porque seriam impiedosos na crítica se tal não acontecesse. E outra razão tinha a ver com a revisão da estrutura da Câmara, ou seja, não podiam continuar a ter, como até ao presente, centenas de edifícios, milhares de trabalhadores, e revelar uma confrangedora falta de eficácia e eficiência. Isto tem sido dito sistematicamente pelo CDS-PP, era a sua pedra de toque, foi, aliás, a linha de orientação dos Vereadores e dos Pelouros que tiveram enquanto coligados com o PSD na Câmara Municipal, em todas as responsabilidades que tiveram sempre pautaram a actividade por frugalidade dos meios, eficiência, eficácia e respeito pelo dinheiro dos cidadãos. -----

----- Não os poderiam acusar de terem feito outra coisa! Apenas os poderiam acusar, se assim entendessem, de possivelmente não terem sido tão agrestes com o companheiro de coligação que integrava o Executivo como eventualmente poderiam ter sido. Mas, quanto a isso, o julgamento já o teriam sofrido, provavelmente. -----

----- No entender do CDS-PP a reestruturação teria de passar por duas áreas fundamentais: -----

----- Primeiro, e de uma vez por todas, perceber quais eram as responsabilidades da Câmara Municipal na manutenção do espaço público, ou seja, no serviço aos cidadãos. Esse era o ponto de partida para uma qualquer gestão da Câmara Municipal, não podiam partir de cima, não podiam partir de quantos directores é que iam ter, quantas direcções municipais tinham que arranjar fosse lá quem fosse! Não, tinham que partir da base e ver o que era que precisavam. Precisavam de 50 horas de mão-de-obra para arranjar passeios, precisavam de sete camiões para recolher lixo, era isso que precisavam de fazer aos cidadãos de Lisboa, nada mais! Tudo o resto viria por arrastamento. Era a partir daí que teriam que estudar e chegariam à conclusão de que

não precisavam com certeza de 50 ou 100 edifícios, não precisavam de 300 automóveis e, provavelmente, não precisariam de ter os trabalhadores que hoje tinham, aproveitados da forma que eram aproveitados. -----

----- Era preciso coragem para dizer isso! A estrutura de recursos humanos da Câmara não podia ser imutável, não era possível fazer funcionar a Câmara Municipal com a estrutura de recursos humanos que hoje tinha. E não estava a dizer em primeira mão que tinham que reduzir o Quadro de Pessoal, porque não se sabia se era preciso ou não já que não foi feita a análise fundamental que consistia em saber qual a necessidade de recursos humanos ou outros que a Câmara Municipal teria que ter. E sem essa análise nada seria objectivo, nada seria útil. As anulações de concursos para integração e a própria proposta de integração de recibos verdes, seriam sempre anuladas por uma falta de estudo dos verdadeiros custos. Daqui a pouco estariam, provavelmente, a admitir mais 10 pessoas a recibos verdes, mais 15 assessorias, mais fosse o que fosse, e não estavam a fazer trabalhar as pessoas que existiam na Câmara naquilo que deviam fazer, reconvertendo-as e garantindo a mobilidade na Câmara Municipal. -----

----- A mobilidade era fundamental em acordo com os parceiros sociais da Câmara Municipal, sindicatos ou fosse quem fosse. Esse seria o único caminho, enquanto isso não acontecesse tudo o resto seria falsa política, tudo o resto seria *show-off*. E *show-off* esperava que não continuasse a ser aquilo que o actual Executivo ia fazer ao longo dos dois anos de mandato, e só dizia que dos princípios não gostara. Era verdade que havia quem dissesse que não gostava de ver bons princípios aos filhos, enfim, este não era o seu filho mas ainda assim não gostaria que ele se perdesse por lhe darem maus princípios. -----

----- **O Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra, disse que as recomendações apresentadas pelo PEV, sendo direccionadas para objectivos fulcrais, requeriam que suplementarmente fossem evidenciados alguns pormenores. ---

----- No caso da Agenda XXI Local, recordava que a “Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade”, de que Lisboa era signatária, propunha estratégias locais para uma economia urbana, padrões de uso do território e de mobilidade humana, e equidade social, prevendo o envolvimento dos cidadãos. -----

----- O 5º Programa de Acção Ambiental da Comissão Europeia intitulado “Rumo à Sustentabilidade”, convidava também à partilha de responsabilidades na decisão e na acção entre todos os sectores das comunidades locais. -----

----- Daí que a Agenda XXI Local fosse, nesse quadro, um processo participativo, multisectorial, que visava um plano de acção estratégico de longo prazo dirigido às prioridades locais para o desenvolvimento sustentável. Pressupunha uma consulta às instituições locais e outros interessados, seguida ou antecedida da criação de um Fórum ou parceria local. -----

----- Por isso, o PEV pretendia que a Câmara Municipal de Lisboa apresentasse à Assembleia uma calendarização de todo o processo e que a Assembleia integrasse e acompanhasse a sua implementação. -----

----- Um grande número de cidades e vilas europeias têm vindo, nas últimas décadas, a tomar medidas para incentivar o uso da bicicleta, tendo em conta as suas potencialidades em meio urbano face ao automóvel, como um meio não poluente, rápido, democrático, simples e barato, de que o recente êxito das *Velib* da Câmara de Paris era um caso paradigmático, bem como o conhecido caso das *Bugas*, em Aveiro. -

----- Ora, Lisboa podia ser uma cidade amiga do ambiente e da saúde física e psicológica dos seus habitantes, se fosse libertado espaço público, ocupado indevidamente pelo excesso de automóveis, para uma circulação em segurança dos potenciais utilizadores de bicicleta. -----

----- Se até 2001 várias foram as vias cicláveis concluídas, por exemplo, Telheiras/Entrecampos, Parque Florestal de Monsanto, ou a Radial de Benfica, de 2001 para cá nada se fizera. Pelo contrário, cortaram-se vias construídas, deixaram-se degradar as que permaneceram, parou-se tudo o que estava previsto construir. -----

----- E isto apesar de desde 2001 existirem estudos para a implementação de uma rede de ciclovias associada à estrutura verde da cidade, no âmbito de um protocolo de colaboração celebrado em 2000 entre a própria Câmara (Pelouro do Urbanismo) e o Instituto Superior de Agronomia (Centro de Estudos de Arquitectura Paisagista), que previa um conjunto de eixos prioritários. Mas também este entrara no esquecimento total. -----

----- Também de então para cá, o Grupo Municipal do PEV tem procurado fazer aprovar, por unanimidade, na Assembleia Municipal, campanhas públicas de sensibilização das vantagens ecológicas do uso da bicicleta como meio saudável de transporte alternativo, sua divulgação junto de escolas e associações juvenis e de moradores, a sua circulação em alguns transportes públicos, a instalação de parqueamentos para bicicletas nas entradas de alguns serviços públicos, como bibliotecas, escolas ou jardins, incentivando os lisboetas a usarem a bicicleta nas suas deslocações de casa para os transportes públicos e para os seus serviços. Mas a Câmara tem omitido essas votações em seio da Assembleia Municipal. -----

----- Disse que para além dos diversos estudos elaborados, a própria Federação Portuguesa de Cicloturismo e Utilizadores de Bicicleta, agraciada pela Secretaria de Estado dos Transportes na quinta-feira passada, entregara a todas as listas concorrentes às recentes eleições autárquicas propostas para a promoção do uso da bicicleta em Lisboa, contemplando princípios, vias principais e eixos de atravessamento a serem gradualmente implementados. -----

----- Havia, quiçá, quem talvez se limitasse a ver esses projectos numa perspectiva meramente cicloturística ou a considerá-los para passeios de lazer. Porém, para além disso, eles deviam também permitir outros trajectos de relevância socio-económica e ambiental, como infra-estrutura de transporte entre as habitações, interfaces de transportes, emprego, escolas, bibliotecas e outros serviços públicos. -----

----- Referiu que o novo Executivo da Câmara Municipal de Lisboa não precisava partir do zero. Bastava-lhe “pedalar” ao lado das propostas da Federação e do Acordo firmado com o Centro de Estudos do ISA. -----

----- Eram estes os princípios de uma mobilidade mais saudável, que norteavam esta e as restantes recomendações dos eleitos do PEV, na Assembleia Municipal de Lisboa, à Câmara Municipal. -----

----- Continuando, disse que para o Eixo Central da Alta de Lisboa estava previsto, segundo o artº 25º do PUAL, um eixo pedonal público percorrendo o tecido de edificações entre a primeira rotunda interior do eixo e o coroamento do Montinho de São Gonçalo, sem quaisquer interrupções para além das intersecções com o sistema rodoviário. -----

----- Mas passados mais de seis anos, não tendo ainda a SGAL um acordo final com a Câmara, decidira, em Abril deste ano, recordar à UPAL a intenção de dar início à construção do troço compreendido entre o Parque Oeste, junto à Malha 6 do PUAL, e a Av. Sérgio Vieira de Melo. -----

----- A SGAL prometeu para o eixo pedonal da Alta de Lisboa, temas adoptados na estereotomia do pavimento que deverão inspirar-se na música, explorando noções de ritmo, compassos e notas, traduzidas pela cor, garantindo dinamismo através do contraste de cores e materiais, optando-se pelo piso em lajetas de betão colorido. -----

----- Teria, segundo a SGAL, uma iluminação própria, no início e nos extremos onde o eixo se desmaterializava, feixes de luz direccionados e luzes rasantes, tornando, inovador o projecto da Alta de Lisboa. -----

----- Contudo, com as obras paradas, para os moradores da Alta de Lisboa as infra-estruturas, as condições de vigilância e segurança, de higiene e de permanência no Parque continuam a não ser as melhores. No final, entregaria na Mesa algumas fotografias. -----

----- Nesse sentido, o Grupo Municipal do PEV propunha à Assembleia que deliberasse recomendar à Câmara que assumisse que o eixo pedonal constituiria um elemento de valorização desse território, da qualidade de vida dos residentes na zona e de modernização de Lisboa, empenhando-se na rápida concretização do projectado eixo, mantendo a deliberação de inclusão da pista dedicada, pedonal e ciclável, no quadro da realização das diversas infra-estruturas inerentes ao Plano de Urbanização do Alto do Lumiar. -----

----- Quanto à questão da Frente Ribeirinha, disse que durante a campanha para as eleições autárquicas, todos os candidatos deixaram claro qual a sua opinião sobre ela: que era preciso rever o estatuto da Administração do Porto de Lisboa e limitar a sua tutela, libertar os espaços que não ocupava para usufruto dos cidadãos de Lisboa, devolvendo o Tejo e a zona ribeirinha a todos os lisboetas. -----

----- Era sabido que o Porto de Lisboa tinha uma importância fundamental para a economia da cidade e que a actividade que desenvolvia devia ser apoiada. No entanto, o Porto de Lisboa não podia ser uma Câmara Municipal sombra, pelo que tinha de ser posto no seu devido lugar. -----

----- Nesse sentido, o Partido Ecologista “Os Verdes” pretendia que a Câmara reivindicasse junto do Governo a administração sobre as zonas ribeirinhas não afectas à actividade portuária, para o Município, e, também, que as obras e as utilizações

próprias da actividade portuária estivessem sujeitas aos instrumentos de ordenamento e planeamento em vigor. -----

----- Por fim, o PEV sugeria que, no âmbito da WaterfrontExpo, a mais importante exposição e conferência internacional sobre o desenvolvimento das frentes de água em todo o Mundo, a ter lugar em Lisboa, fosse realizado um debate em torno da Frente Ribeirinha e sua requalificação, de forma a permitir, nomeadamente, a recolha de sugestões e críticas de cidadãos e organizações. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, começou por saudar o Sr. Presidente da Câmara pela sua eleição desejando-lhe os melhores votos pessoais no desempenho das suas funções, e também que, juntamente com os Vereadores que foram eleitos, contribuísse para a valorização da cidade, como ali já foi afirmado pelo seu colega, Deputado Municipal Saldanha Serra. -----

----- Disse, depois, que um dos aspectos que desejava referir tinha a ver com a zona ribeirinha. Durante a campanha eleitoral todos os candidatos afirmaram a necessidade de valorizar a zona ribeirinha e de certa forma que a Câmara tivesse um poder mais efectivo sobre a sua gestão, nomeadamente nas áreas que não eram de uso portuário. O Sr. Presidente da Câmara afirmara, clara e concretamente, que não podia haver outra Câmara/sombra em Lisboa, mas também os processos utilizados na zona ribeirinha deviam ser definidos e aclarados, e, se possível, investigados nalguns dos casos. -----

----- Por exemplo, chamava a atenção para aquilo que era o novo hotel que estava a ser construído junto à Doca de Pedrouços, o qual, segundo o próprio Presidente do Porto de Lisboa, foi atribuído a uma entidade privada, e perguntava como era possível, perante todos aqueles que reclamavam justiça na distribuição dos bens públicos, que se atribuisse um espaço tão privilegiado a uma entidade privada sem hasta pública, sem concurso público, sem nada! Era, de facto, inadmissível! -----

----- Disse que não levantara este problema antes porque não sabia que ele existia. Sempre pensara que essa atribuição tivesse sido alvo de uma hasta pública para que o interesse público fosse o mais defendido possível, mas ao que veio a saber, pela voz do Sr. Presidente do Porto de Lisboa, tal não tinha acontecido. -----

----- A valorização do Porto de Lisboa também passava por uma maior capacidade de intervenção da Câmara. Durante a campanha eleitoral, de uma forma mais ou menos inopinada, foram alertados para uma hipotética constituição de uma comissão de gestão do ordenamento da área ribeirinha, presidida pelo Dr. Miguel Júdice, e desejava saber o que se passava com isso. Continuava a ser intenção do Governo, naturalmente com a participação da Câmara, a constituição dessa comissão para a zona ribeirinha? Teria sido polémico porque logo a seguir verificaram que o Dr. José Miguel Júdice, militante desde há muitos anos do PSD, se constituía apoiante ou mandatário da campanha do Dr. António Costa. De facto, era conveniente que fosse afirmado, de forma clara, qual era a intenção da Câmara e o que se iria passar nos próximos tempos relativamente à gestão dessa zona. -----

----- Continuando, disse que o PSD, ao contrário do que ali acontecera nos dois mandatos anteriores, não iria ter o procedimento que o Deputado Municipal Miguel

Coelho sempre ali tivera. Parecia que estava noutra planeta, sempre fizera ataques cerrados, violentíssimos, sempre relevando a consideração pessoal, mas a consideração pessoal o Deputado Municipal Saldanha Serra não a retirara ao Sr. Presidente da Câmara. Mas os ataques mais violentos, às vezes mais ignóbeis até em termos das próprias afirmações, foram por ele ali feitos ao longo dos anos. E agora, qual pomba branca, o Deputado Municipal Miguel Coelho ia ali chorar-se porque alguém teria manifestado, de uma forma que achara correcta, as preocupações que a maioria da Assembleia, que era do PSD, tinha em relação à Câmara. -----

----- Disse que sabiam aquilo que conduzira a estas eleições, como sabiam também por que foi que nestas eleições a maioria que agora governava a Câmara foi constituída. Todos sabiam isso! E todos sabiam que foi o próprio PSD, não com a concordância de todos como era sabido, que provocara a existência dessas eleições justamente porque entendera que as coisas não iam bem, porque, se entendessem que as coisas iam bem, naturalmente não o faria. Portanto, a preocupação foi dar clareza. Infelizmente a clareza não foi tão evidente quanto isso, porque não foi constituída uma maioria clara para governar a Câmara. -----

----- E quando o Deputado Municipal Carlos Marques ali vinha dizer, agora com uma voz completamente diferente – ia ser curioso agora assistir aos discursos do Deputado Municipal Carlos Marques, comparando-os com aqueles que ele tinha há pouco tempo, e comparando-os também com aquilo que o BE referia em relação ao PS, ia ser interessante. -----

----- Mas era verdade que o Deputado Municipal Carlos Marques ficara muito admirado com o facto do Deputado Municipal Saldanha Serra ter dito que o PS se associara a um partido minoritário para fazer uma coligação, dizendo que isso era comparável àquilo que o PSD fizera na sua coligação com o CDS-PP, quando, efectivamente, a diferença era enorme pois o PSD aliara-se ao CDS-PP para constituir uma maioria, enquanto que agora o Sr. Presidente da Câmara se aliara ao BE só para ter mais sossego. Não foi para mais nada, foi apenas uma questão de sossego! Essa é que era a diferença! O PSD admitia que o PS se aliasse a uma qualquer outra força política para com ela conseguir estabilidade, o que efectivamente não acontecia com a integração do Sr. Vereador Sá Fernandes porque com ele o PS não ficava com maioria absoluta. -----

----- Disse que o PSD não iria ser, de maneira nenhuma, como foi até agora o PS, nomeadamente o Deputado Municipal Miguel Coelho, perfeitamente derrotista contra tudo e contra todos, contra tudo aquilo que ele eventualmente vislumbrasse que pudesse valorizar a cidade. E o exemplo flagrante dessa atitude ainda hoje ali foi referido outra vez por ele, quando disse: “vamos avaliar o túnel daqui a um ano”. O Deputado Municipal Miguel Coelho andava cego, ou então fazia como alguns Deputados Municipais que ali afirmaram que nunca passariam no túnel, mas pessoalmente utilizava o túnel todos os dias e via que era uma obra que beneficiava a mobilidade na cidade de uma forma fantástica, como há muito isso não acontecia. Portanto, não percebia como era que o Deputado Municipal Miguel Coelho precisava de mais um ano para avaliar. -----

----- Se calhar a avaliação dos túneis que foram construídos nos mandatos da esquerda ainda estava por fazer, na medida em que alguns termos de inclinação eram bastante perigosos. E era curioso verificar o benefício que a construção do túnel viera dar à fluidez do tráfego na zona da Praça do Marquês de Pombal. Além de que, em termos daquilo que era a posição catastrófica do Vereador Sá Fernandes relativamente aos mortos que iriam acontecer logo no dia seguinte, o que se verificava era que não ocorrera ainda qualquer acidente no túnel. Têm acontecido muitos mais acidentes nos outros túneis que foram construídos há alguns anos, que propriamente nesse. -----

----- Portanto, tinham que valorizar aquilo que era de valorizar. E se, por acaso, a actual maioria da Câmara estabelecesse situações que pudessem valorizar a vida dos lisboetas, o PSD seria o primeiro a aplaudir. Não atacaria por atacar! -----

----- Por exemplo, aplaudiam, à primeira vista, a questão da não circulação no Terreiro do Paço, porque lhes parecia, à partida, que era óptimo aos fins-de-semana não haver aí circulação, e no futuro deveriam criar-se condições para que essa circulação nunca existisse. Já se verificara, e era preciso corrigir, o facto das pessoas não utilizarem o Terreiro do Paço, pelo que era fundamental que se introduziam algumas fórmulas para não prejudicar a actividade dos agentes económicos que aí trabalhavam. -----

----- Por isso, o PSD não iria derrotar essa ideia do Sr. Presidente da Câmara, pelo contrário queria valorizá-la, não só essa como muitas outras, e seria essa a postura do PSD na Assembleia, como, aliás, teriam oportunidade de ver ao longo do tempo. -----

----- **A Deputada Municipal Marta Rebelo (PS)**, no uso da palavra, começou por saudar o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, que pela primeira vez se encontrava na Assembleia Municipal nessa qualidade, estendendo a mesma saudação aos Srs. Vereadores. -----

----- Depois, aludindo à Moção n.º 2, apresentada pelo PSD, e à Recomendação n.º 12, apresentada pelo PCP, disse que o PS votaria contra uma e outra, e o sentido de voto não poderia de forma alguma ser outro. -----

----- No tocante à Moção n.º 2, disse que ela, pretendendo um acompanhamento pela Assembleia Municipal do processo relativo à anulação de dez concursos externos de ingresso, o que seria vontade de todos e do Executivo e motivara, inclusive, a apresentação da Moção do PS com o n.º 2A, fazia acompanhar a sua pretensão de considerandos preambulares inadmissíveis. Reparasse-se na acusação dirigida de prossecução de uma estratégia de estrangulamento financeiro da Câmara Municipal, pelo Governo. -----

----- Governo algum pretendia ou pretendia estrangulamento financeiramente qualquer Município. As leis eram abstractas e vocacionadas para o geral e não para o caso concreto. Assim era com a Lei das Finanças Locais, e era justamente essa nova Lei das Finanças Locais que permitia ao Município de Lisboa a contratação de um empréstimo de saneamento financeiro para fazer face a uma situação que Executivos do PSD deixaram como herança ao recém-empossado Executivo. Portanto, não podia dizer senão que a estratégia de estrangulamento financeiro foi prosseguida pelo PSD. Nesse quadro, era certo e seguro que o Executivo não teria, porque não podia ter, sossego. -----

----- Por outro lado, o PCP, na Recomendação n.º 12, invocava a cultura de serviço público que primava pela qualidade e responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa, invocando, também, a estabilidade laboral com base reivindicativa da revogação do Despacho que anulava dez concursos externos de ingresso. -----

----- O PS sabia bem que os trabalhadores não eram descartáveis, mas antes um precioso activo. Mas perguntava que responsabilidade era essa que a Câmara teria ao absorver, no seu Quadro de Pessoal, trabalhadores cujo número e estrato funcional não correspondiam às necessidades efectivas da Câmara? Que responsabilidade social era essa que levaria à contratação de trabalhadores cujos salários a Câmara não tinha capacidade financeira para suportar? E que estabilidade laboral teriam tais trabalhadores, quando a falta de fundos implicaria a incapacidade, a prazo, de lhes pagar? -----

----- Lembrou que, ainda por proposta da Comissão Administrativa, votaram na Assembleia uma alteração orçamental para fazer face justamente a salários dos trabalhadores. -----

----- Prosseguindo, disse que no primeiro semestre de 2007 as despesas municipais com pessoal ascenderam aos 120,1 milhões de euros, no mesmo semestre foram arrecadados 198,5 milhões de euros de receita, mas a despesa executada era já de 185,5 milhões de euros, correspondendo esse valor apenas a 23,2% da execução da despesa prevista para 2007. -----

----- Todavia, no relatório de execução financeira do primeiro semestre, apresentado à então Comissão Administrativa como de lei, admitia a Direcção Municipal de Finanças, citou: “Apesar da fraca execução, o Orçamento municipal estava já comprometido em cerca de 63,6% do seu valor, aproximadamente 508,8 milhões de euros”. -----

----- Disse que o Deputado Municipal Saldanha Serra alegara que a Câmara Municipal ia alienar património, não se sabendo, porém, que património era esse, o que a leva a perguntar-lhe se saberia, por acaso, o anterior Executivo do PSD. Não sabia com certeza. -----

----- Por outro lado, o Deputado Municipal Saldanha Serra, falava, sem que pudessem desconsiderar o tom acusatório e a suspeita que lançava da constituição de um saco azul. E falava também de 500 milhões de euros de empréstimo, em tom de desconfiança, quando se tratava de um contrato de saneamento financeiro. -----

----- Pois bem, responsabilidade era não manter ou criar expectativas quanto a postos de trabalho sem condições de necessidade e financeiras para a sua existência. Responsabilidade era não pagar aos fornecedores o que lhes era devido, e muito lhes era devido! O endividamento líquido municipal no primeiro semestre deste ano ascendia a 402,3 milhões de euros, e a dívida a terceiros crescera 31,5 milhões. -----

----- Portanto, estrangulada financeiramente, foi de facto como o anterior Executivo deixara a Câmara Municipal de Lisboa, fruto de uma gestão ruínosa que tantas vezes ali apontaram. Responsabilidade social era arrumar os cantos a uma casa em tamanha desarrumação e colocá-la a funcionar e em preparação de um futuro melhor para a Cidade de Lisboa. -----

----- Isso é que era transparência, isso é que era responsabilidade. -----

----- **O Deputado Municipal Nelson Coelho (PSD)**, no uso da palavra para pedir um esclarecimento, disse que no segundo parágrafo da Moção do PSD se referia: “... que o Governo vinha utilizando, e de que são testemunho mais evidente a Lei das Finanças Locais ...”, e a Deputada Municipal Marta Rebelo, que tal como ele já estava na Assembleia Municipal no mandato anterior, lembrava-se, com certeza, que quando a Lei das Finanças Locais estava a ser discutida, o Sr. Dr. António Costa era Ministro e hoje é Presidente da Câmara, uma das questões que foi ali levantada e em relação à qual pediram a solidariedade do PS – e este pedido de esclarecimento era dirigido à Deputada Municipal Marta Rebelo mas com certeza que o BE também teria alguma coisa a dizer – foi relativamente aos custos da capitalidade. -----

----- Como sabiam, Lisboa tem 300 direcções-gerais, 200 institutos públicos, 16 ministérios, e a dita lei isentava os mesmos dos impostos municipais. -----

----- Era convicção do PSD, na altura e continuava a ser hoje, como era também convicção do BE da existência desses custos de capitalidade, com esta nova coligação não sabia se essa convicção do BE se mantinha em relação aos custos da capitalidade, e, portanto, a pergunta era muito clara, isto é, se considerava ou não que a nova Lei das Finanças Locais, neste ponto, justamente porque não atendia a esses ditos custos, não pusera em questão as transferências para a Cidade de Lisboa. -----

----- **A Deputada Municipal Marta Rebelo (PS)**, em resposta ao pedido de esclarecimento, disse que calculava que o Deputado Municipal Nelson Coelho não quisesse que ela lhe esclarecesse as suas dúvidas pelo BE também, mas, de qualquer maneira, pretendia refrescar-lhe a memória recordando-lhe que na altura respondera ser a sua opinião e também a do PS, no sentido de que uma percentagem razoável dos problemas que tinham a ver com os custos da capitalidade deveriam conhecer uma resolução à escala metropolitana. Essa foi a resposta que dera em sede de Comissão, e também em Plenário, quando interpelada exactamente nos mesmos termos. -----

----- Naturalmente, à época, a interpelação era-lhe só dirigida a si e não ao BE, mas hoje, enfim, parecia que os Deputados Municipais do PSD estavam muito necessitados de enfatizar o suposto casamento PS e BE. -----

----- **A Deputada Municipal Lurdes Pinheiro (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estêvão, no uso da palavra para apresentação da Recomendação n.º 10, por si subscrita em nome do Grupo Municipal do PCP, disse que em 2006 a Carris criara a Rede 7. Apesar das muitas críticas e dos pareceres unânimes desfavoráveis da Câmara e da Assembleia Municipal, tais alterações traduziram-se em menos autocarros, supressão de carreiras e redução de serviços noutras com prejuízo para muitos passageiros. A própria Carris reconheceu, nessa altura, que as mudanças estavam a ser efectuadas antes de haver uma justificação real, já que ainda não estavam concluídas as obras de alargamento do serviço do Metro, nem estava normalizado o serviço fluvial do Cais do Sodré e do Terreiro do Paço, permanecendo encerrado o Túnel do Rossio. -----

----- Recentemente vieram a público notícias de que a Carris previa alterar 22% da rede numa chamada segunda fase da Rede 7. Seria que os órgãos autárquicos iam

novamente ser ignorados pela administração da empresa? Onde estava o balanço das mudanças realizadas com a primeira fase da tal Rede 7? A Câmara Municipal de Lisboa tinha que se pronunciar sobre esta matéria, porque a população da cidade não podia ser pura e simplesmente confrontada com factos consumados. -----

----- Por isso, propunham que a Assembleia aprovasse a Recomendação que apresentaram, dirigida ao Executivo camarário, e que, para além disso, pudesse tomar outras diligências para levar ao conhecimento da Administração da Carris a opinião do órgão deliberativo do Município. -----

----- Por fim, apontou uma alteração ao ponto n.º 1 da parte deliberativa, em que cortava uma parte e aditava outra, ficando o ponto com o seguinte redacção: -----

-----1) Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa uma posição interventiva e crítica junto da Carris, no sentido da defesa dos interesses dos utentes, o que implica **a reposição das carreiras alteradas em 2006 pela Rede 7** *uma análise da situação agora existente com uma eventual reposição das carreiras no caso em que tal se verifique.*” -----

----- (Nota: a *bold* a parte cortada e a *italico* a parte aditada) -----

----- **O Deputado Municipal Ferreira Pereira (PSD)**, no uso da palavra, referiu que cumprimentava institucionalmente os Srs. Vereadores, e pessoalmente a Sra. Vereadora Ana Sara Brito com quem teve o prazer de conviver na Assembleia Municipal durante seis anos. -----

----- Depois, disse que não pensava falar no assunto que ia abordar, mas a intervenção do Deputado Municipal Miguel Coelho obrigava-o a isso. De facto, foi quase tentado a voltar também ao passado para perguntar como foi possível que, no tempo do Presidente João Soares, em dois anos, de uma situação financeira largamente positiva se tivesse passado, no fim do mandato, para uma situação largamente negativa. Como é que foi possível fazer inaugurações de obras de grande importância, com a presença da quase totalidade da Vereação, e sem que houvesse sequer um papel metido na Câmara? -----

----- Lembrava também as questões das obras que transitaram para pagamento, apenas encomendadas de boca. E a promiscuidade com a Bragaparkes que também era do PS. Mas isso era voltar ao passado e na sua idade tinha pouco tempo para pensar no passado, tomara pensar no presente e no futuro. -----

----- No tocante à Moção que subscrevera (Moção n.º 3), disse que era natural que o PS votasse contra, mas estava certo daquilo que nela afirmava, o que, aliás, era corroborado num inquérito de opinião, feito há não muito tempo, em que mais de 60% das pessoas declararam a sua satisfação pela utilização dessa obra. -----

----- Mas lembrava também ao Deputado Municipal Miguel Coelho que se a obra não estava concluída era porque o Metro não tinha devidamente estudada e estruturada a fiscalização dos seus túneis, que ali apresentavam uma fenda de várias dezenas de metros, que o Metro não sabia que existia e não tinha dinheiro para a reparar. Daí o atraso da obra. -----

----- Recordou que na altura se falava em setenta medidas e na grande influência que teve a oposição na melhoria do projecto, mas dera-se ao trabalho de pedir essas

setenta medidas e tinha que dizer que elas eram de uma ingenuidade confrangedora, um primarismo confrangedor que nada teve a ver com o sucesso da obra. -----

----- Por fim, disse que, aproveitando a presença do Sr. Vereador Sá Fernandes, desejava manifestar-lhe a sua satisfação pela ideia que teve de aproveitar os vinhos da Ajuda e os mariscos de Lisboa, mas queria dar-lhe duas sugestões: que a Câmara licenciasse alguns restaurantes e que os autorizasse a fazer capturas de pombos e pardais, porque aí conseguiriam dois em um, por um lado acabavam com essa praga da cidade, e por outro, restauravam o célebre arroz de pombo e os passarinhos fritos. --

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, depois de saudar a Câmara nesta primeira reunião da Assembleia com a presença do novo Executivo, disse que desejava levantar algumas questões relacionadas com algumas medidas que a Câmara já tomara e também fazer considerações sobre algumas moções e recomendações apresentadas. -----

----- Disse, então, que se noticiava que o passivo da Câmara, neste momento, era de 1.500 milhões de euros e que aumentara cerca de 200 milhões desde o final de 2006. O empréstimo agora proposto era de 500 milhões de euros, a 12 anos, para um plano de saneamento financeiro, mas o problema, como foi dito na Câmara, inclusive pelo Sr. Presidente, é que era preciso fazer com que realmente não morrendo da doença não se morresse da cura, porque a maior preocupação do PCP era se a Câmara ia trazer para Lisboa as receitas e os métodos do Governo Central que já causaram tanto mal ao País. -----

----- Essa era a primeira preocupação, porque o que espelhava era efectivamente intenções de desemprego, de contenções de despesa, de apertos para os trabalhadores. Só faltava a outra face da moeda, mas essa lá chegaria e já estava enunciada a questão das parcerias público/privadas que o PCP iria acompanhar com muita atenção. -----

----- Havia a previsão de corte de 30% com os funcionários, e haveria, obviamente, instabilidade entre os trabalhadores e possíveis problemas de funcionamento no Município. Cerca de mil trabalhadores eram dispensados para se reduzir em 5% as despesas com o pessoal, redução também de 30% nos subsídios a atribuir pela Câmara a associações, colectividades e outras entidades em 2008. Era também um dos propósitos desse projecto e com isso lá se iam as já poucas condições de trabalho no movimento associativo na Cidade de Lisboa! -----

----- Positiva era a intenção de duplicar o IMI sobre os edifícios devolutos, mas já a alienação de 165 milhões de euros em património municipal, durante três anos, causava-lhes preocupações e iriam acompanhar. Aumentar as taxas cobradas aos municípios, alienar fogos municipais, embora, obviamente, o princípio fosse interessante que era reverter o fruto dessa alienação para melhorar o estado dos bairros onde essas vendas se realizassem. -----

----- Outra questão tinha a ver com a transferência do IPO para o Parque da Bela Vista. A Câmara propunha-se ceder 12,5 hectares, em Marvila, mas entendiam, têm-no defendido ali e continuariam a defender, que era possível transformar e modernizar, de forma faseada, as actuais instalações. -----

----- Obviamente sem guerrilha porque não valia a pena criar ali guerrilha institucional, perguntavam se essa medida não seria agora também uma ajuda da Câmara Municipal ao Governo para a venda e especulação com os terrenos do IPO. Ficava a questão. -----

----- Disse que não entraram na guerrilha inicial que ali viram, porque, na opinião do PCP, não era esse o caminho que efectivamente interessava à Cidade de Lisboa. O que interessava era trazer questões concretas, e por isso apresentaram, através das recomendações, questões essenciais para Lisboa, para os trabalhadores, para o funcionamento da cidade. De facto, era necessário valorizar os trabalhadores do Município, porque sem um bom clima de cooperação a cidade perdia. -----

----- Continuando, disse que queriam deixar uma nota quanto a uma referência que ali foi feita sobre declarações da Dra. Maria José Nogueira Pinto em relação à responsabilidade do Plano Baixa-Chiado. O PCP entendia que provavelmente seria a altura de a deixar descansadamente elogiar Salazar em sua casa e onde ela entendesse, e não integrada num Município democrático que realmente tinha outras perspectivas de trabalho. -----

----- Saudou as intervenções dos munícipes e disse que receberam trabalhadores da EMARLIS e dirigentes do STAL, analisaram as questões e fizeram propostas. -----

----- Em relação às moções e recomendações, disse que iriam apenas abster-se na Moção n.º 3 porque entendiam que efectivamente não era ainda o tempo para avaliações, embora facilitasse o trânsito, isso era uma evidência. Mas nem o proponente nem ninguém agarrava e analisava aquilo que foram as grandes questões, do ponto de vista técnico, em relação aos perigos que efectivamente poderiam resultar da construção do túnel, nomeadamente na zona da Praça Marquês de Pombal. Portanto, havia questões que continuavam de pé, e de repente, numa qualquer situação, poderiam verificar que os benefícios imediatos à entrada dos carros e à circulação em Lisboa poderia resultar em fortíssimos prejuízos. -----

----- Sobre a Moção n.º 7, apresentada pelo PS, disse que era um processo de concessão de terreno para a Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro, que iniciaram há dez anos. E lembrava o Vereador Machado Rodrigues, o então Presidente Dr. João Soares, ele próprio e outras pessoas eleitas na cidade, que se bateram para a atribuição do terreno à Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro. Decorreram anos de jogos e negociações entre a Câmara Municipal e a Santa Casa da Misericórdia, houve até interesses que foram claros, embora negativos para a Casa, e outros ocultos que dificultaram o processo. Era tempo de resolver de vez este problema, pelo que, como dirigente da Casa e transmontano fazia votos para que isso acontecesse de facto, porque de promessas, avanços e recuos estavam fartos. A Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro, do ponto de vista regional, era a mais antiga da Cidade de Lisboa. -----

----- Em relação ao Grémio Lisbonense, disse que também apoiavam essa Recomendação do PS, mas entendiam que ela deveria incluir a necessidade de uma resolução o mais próxima possível do local onde o Grémio estava instalado, e não atirar para algures, como já acontecia com algumas instituições da cidade, que eram

lançadas para locais muito diferentes daqueles onde estavam implantadas, o que, obviamente, era uma solução envenenada. -----

----- Disse, depois, que desejava chamar a atenção para como funcionavam os parques infantis na Cidade de Lisboa, concretamente um que conhecia, o de Campo de Ourique, onde esteve como pai durante muitos anos e estava hoje como avô, portanto retomando essa actividade de acompanhando das crianças. Já falara várias vezes com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, era com prazer que via a sua neta brincar naquele parque, mas era uma situação completamente desgraçada. Havia jovens de 15 e mais anos que saltavam de cúpula em cúpula arruinando o parque, e com comportamentos que impunham que a Câmara tomasse medidas. Levantava este problema porque o conhecia de todos os dias, se calhar passava-se o mesmo com outros parques infantis da cidade, mas realmente neste havia actos de vandalismo a que era preciso pôr cobro. -----

----- Portanto, era necessário rever essas situações e fazer aquilo que se fazia antigamente que era esses parques terem efectivamente um responsável da Câmara que estivesse presente a acompanhar essas situações, porque, senão, a situação era de forte prejuízo para as crianças, que também eram agredidas por essas situações de vandalismo. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, novamente no uso da palavra, começou por dizer que a elevada consideração que tinha pelo Deputado Municipal Victor Gonçalves levava-o a dizer-lhe que com este PS, consigo e com este Grupo Municipal, viabilizaram o primeiro Orçamento do PSD quando o PSD não tinha maioria na Assembleia Municipal. Também com este Grupo Municipal do PS foi feito um acordo para o segundo Orçamento do PSD, acordo esse que não foi cumprido pelo próprio PSD. E igualmente com este PS, não tendo o PSD maioria na Assembleia, aprovaram a proposta de reestruturação do Quadro de Pessoal, através da abstenção, porque entenderam que era um instrumento essencial para que quem tinha ganho as eleições pudesse governar legitimamente. -----

----- Com isto queria dizer que esperava que o PSD tivesse o mesmo sentido de responsabilidade para ajudar a resolver a gravíssima situação financeira que deixara a este Executivo, que agora tinha que a resolver. -----

----- **A Senhora Presidente**, terminadas as intervenções, iniciou o processo de votação das moções, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- (**Nota:** As alterações que foram sendo anunciadas pela Sra. Presidente antes da votação de cada documento, assim como aquelas que foram sugeridas ao longo do debate e aceites pelos proponentes, encontram-se já inseridas nos respectivos textos, integralmente transcritos nesta acta no início do período de Antes da Ordem do Dia) --

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 1**, apresentada pelo PSD, com votos a favor do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e votos contra do PS. -----

----- A **Moção n.º 1A**, apresentada pelo PS, a requerimento do PSD, foi votada ponto por ponto, tendo a Assembleia deliberado -----

----- Aprovar o ponto 1, por maioria, com votos a favor do PSD, PS, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e a abstenção de 4 Deputados Municipais do PSD. -----

----- Rejeitar o ponto 2, por maioria, com votos contra do PSD e votos favoráveis do PS, PCP, BE, CDS-PP e PEV. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “É que as palavras são importantes, e os termos também. -----

----- Determinar que o Cais das Colunas seja colocado no seu posicionamento inicial não é a mesma coisa que o Cais das Colunas ser colocado com as suas características. Nomeadamente, vamos falar olhos nos olhos, aquilo que se diz e está em causa é que o Cais das Colunas poderá ficar em terra, terra seca, o que nos parece uma impossibilidade do ponto de vista das características desse ex-libris da cidade. -----

----- Portanto, nessa medida, o que a Moção do PSD defende é que o Cais das Colunas fique banhado pelo Rio Tejo, o que a Moção do PS coloca é o posicionamento inicial, ainda que não tenha água ao pé.” -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 2**, apresentada pelo PSD, com votos a favor do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e votos contra do PS. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 2A**, apresentada pelo PS, com votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e a abstenção do PSD. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 3**, apresentada pelo PSD, com votos a favor do PSD e CDS-PP, votos contra do PS e BE, e a abstenção do PCP e PEV. -----

----- **O Deputado Municipal Heitor de Sousa (BE)**, fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “O Grupo Municipal do BE votou contra esta Moção por quatro razões. -----

----- Primeira. Não é ao fim de cinco meses que de qualquer obra que tenha a ver com mobilidade que se faz o balanço. Isto é lançar poeira para os olhos. -----

----- Segunda. Não é verdade que do ponto de vista do tráfego haja maior fluidez na zona da Praça Marquês de Pombal. Se o Sr. Deputado calhar a aceder à Praça Marquês de Pombal pela Av. Fontes Pereira de Melo ou pela Av. da Liberdade, há-de ter reparado com certeza que demora muito mais tempo a Chegar à Praça Marquês de Pombal do que antes da abertura do túnel. Porquê? Por uma razão! É que o sistema Gertrude foi adaptado para dar prioridade à entrada de veículos na cidade pelo corredor do Viaduto Duarte Pacheco. -----

----- Terceira. O resultado do túnel são mais 15.000 carros que ao fim de um mês entraram em Lisboa pelo corredor de Monsanto. -----

----- Quarta. Para a Assembleia se poder congratular com os resultados de uma obra, tinham que pelo menos primeiro avaliar. Se os Senhores Deputados propusessem, por exemplo, que a Assembleia Municipal avaliasse os resultados da abertura do Túnel do Marquês, nós estaríamos disponíveis para votar uma Comissão de Avaliação, mas era de avaliação não da fluidez de trânsito no túnel mas da fluidez do trânsito na zona do Marquês. Mas não é isso que os Senhores pretendem, o que os Senhores pretendem é enfiar a cabeça na areia, pelo que nós, evidentemente, não podemos estar de acordo com essa posição.” -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, fez a seguinte declaração de voto:-

----- “O PS votou contra esta Moção por quatro razões. -----

----- Primeira. A obra ainda não está concluída. -----

----- Segunda. Só se pode avaliar a obra após um período significativo do seu funcionamento. -----

----- Terceira. O PS não conhece, e se os Senhores Deputados têm agradeço que nos forneçam, nenhum estudo feito por uma entidade credível de avaliação dos impactos ambientais que a obra tem neste momento e também das próprias consequências no tráfego. O que é que isso significou em diminuição do volume de tráfego, ou não, e até de entrada de trânsito automóvel ou não na Cidade de Lisboa. Foi uma questão central que nós colocamos sempre aqui, com certeza que quem mora em Oeiras ou fora de Lisboa gosta muito deste túnel. -----

----- Quarta. Não sabemos, nem os Senhores foram capazes de nos explicar ainda, quanto é que esta obra custou na totalidade, e temos sérias reservas se ela não ultrapassou, de longe, os limites impostos pelo Tribunal de Contas.” -----

----- Prosseguindo as votações, a Assembleia Municipal deliberou: -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 4**, apresentada pelo PS, com votos a favor do PS, PCP, CDS-PP e PEV, e abstenção do PSD e BE. -----

----- **O Deputado Municipal Heitor de Sousa (BE)**, fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “A abstenção do Grupo Municipal do BE tem a ver com uma questão de oportunidade política de avaliação desta medida. É uma medida que pode parecer facilitadora do uso da intermodalidade no uso dos transportes na Região de Lisboa, mas como é uma medida isolada vai servir para muito pouco em relação à redução da miríade de títulos de transporte, que eu creio que pouca gente em Lisboa saberá que deve andar na ordem dos 400 títulos de transporte existentes na Região de Lisboa, intermodais e não só. -----

----- É uma medida que deveria já ter sido tomada, não pelo Governo aproveitando um efeito político de partidarização da Semana Europeia da Mobilidade, mas por uma Autoridade Metropolitana de Transportes que já devia estar instalada, e que este Governo tinha como compromisso quando se candidatou há dois anos, de a ter instalada ao fim de um ano. Já passaram dois anos e ainda não se ouve a Sra. Secretária de Estado dos Transportes a falar da Autoridade Metropolitana de Transportes. É uma medida que discrimina a maior parte dos fluxos de entrada de transportes públicos na Cidade de Lisboa, porque os cidadãos que não são de Lisboa e que vêm para Lisboa todos os dias não vão poder utilizar um bilhete único intermodal com origem nas suas regiões de fora de Lisboa. -----

----- Portanto, é uma decisão parcelar que não resolve problema rigorosamente nenhum do ponto de vista da facilitação do uso do transporte público.” -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 5**, apresentada pelo CDS-PP, com votos a favor do PSD, PS, PCP, CDS-PP e PEV, e abstenção do BE. -----

----- Terminada a votação das moções, iniciou-se o processo de votação das recomendações, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Recomendação n.º 1**, apresentada pelo PEV. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Recomendação n.º 2**, apresentada pelo PEV. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Recomendação n.º 3**, apresentada pelo PEV. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Recomendação n.º 4**, apresentada pelo PEV. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Recomendação n.º 5**, apresentada pelo BE, com votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e a abstenção do PSD. -----

----- Quando a **Senhora Presidente** anunciou a votação da Recomendação n.º 6, o **Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, em interpelação à Mesa, disse que esta recomendação pressupunha declarações de alguém, que não tendo tido a Assembleia ali uma resposta do Sr. Presidente da Câmara sobre em que qualidade fazia essas intervenções, tinham que presumir que fosse uma cidadã normal. -----

----- Não lhe parecia que a Assembleia Municipal fosse pronunciar-se sobre todas as declarações que todos os cidadãos entendessem fazer sobre Lisboa, a menos que tivessem responsabilidade institucional nalguma matéria que dissesse respeito a Lisboa. -----

----- Por isso, não tendo a informação do Sr. Presidente da Câmara sobre se a Dra. Maria José Nogueira Pinto era alguma coisa em Lisboa, aí já não pediram a votação ponto por ponto, iam abster-se porque entendiam que não se deviam pronunciar sobre declarações que qualquer cidadão fazia sobre a cidade, que valiam o que valiam e não tinham valor institucional. -----

----- A **Recomendação n.º 6**, apresentada pelo BE, foi votada ponto por ponto, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar o ponto 1, por maioria, com votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP e PEV, 3 votos contra de Deputados Municipais do PSD, e a abstenção do PSD. -----

----- Aprovar o ponto 2, por maioria, com votos a favor do PS, PCP, BE e PEV, 5 votos contra de Deputados Municipais do PSD, e a abstenção do PSD e CDS-PP. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Barroso (CDS-PP)**, fez a seguinte declaração de voto. -----

----- “O CDS-PP votou a favor do ponto 1 da Recomendação, não porque entenda que as afirmações proferidas pela Dra. Maria José Nogueira Pinto tenham a gravidade que se lhe quis dar, seja de xenofobia, seja de racismo, mas sim porque são declarações meramente infelizes e sem nexos. -----

----- Quanto ao ponto 2, abstivemo-nos por duas razões: -----

----- Por um lado, aquilo que está consignado no ponto 2 é uma mera redundância pois qualquer um de nós, por maioria de razão os titulares de cargos públicos, estão obrigados a estes deveres e a estes compromissos com o princípio da igualdade. -----

----- Por outro lado, estranhámos que a origem desta Recomendação seja o BE quando efectivamente o BE faz parte da maioria, embora relativa, que tem o poder de escolha e de nomeação dos titulares desses cargos.” -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Recomendação n.º 7**, apresentada pelo PS. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Recomendação n.º 8**, apresentada pelo PS. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Recomendação n.º 9**, apresentada pelo PS. -----

----- **O Deputado Municipal António Manuel (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Nicolau, fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de São Nicolau e em nome do Executivo da Junta, e também em nome da bancada do PSD, congratulo-me com a aprovação, por unanimidade, desta Recomendação do PS. -----

----- Como é do conhecimento público, a Junta de Freguesia de São Nicolau, no exercício das suas actividades e no âmbito também das suas competências próprias, entregou uma providência cautelar, no dia 5 de Setembro, relativamente à acção de despejo que corre sobre o Grémio Lisbonense desde 1999. -----

----- O Grémio Lisbonense é a colectividade mais antiga do País, tem a comenda da Ordem da Benemerência, a Medalha de Mérito da Cidade, e está sediada naquele espaço, que actualmente ocupa, desde 1842. -----

----- Ao longo da sua história, o Grémio Lisbonense desempenhou um papel importante não só em termos sociais, como também em prol da cultura da cidade. Se o Grémio Lisbonense vier a desaparecer, será gravemente ferida a memória cultural da Cidade de Lisboa, e o interesse público parece-me que também será gravemente lesado e ferido.” -----

----- A **Recomendação n.º 10**, apresentada pelo PCP, que a requerimento do CDS-PP foi votada ponto por ponto, teve os dois pontos aprovados, por unanimidade.-----

----- A **Recomendação n.º 11**, conforme já referido pela Senhora Presidente no início do período de Antes da Ordem do Dia, foi retirada para ser discutida com o ponto da Ordem de Trabalhos referente à proposta 242/2007, sobre a extinção da EMARLIS. --

----- Rejeitar, por maioria, a **Recomendação n.º 12**, apresentada pelo PCP, com votos contra do PS e BE, votos a favor do PCP e PEV, e a abstenção do PSD e CDS-PP. ----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Quero explicar por que é que o BE votou contra esta proposta. Por várias razões.

----- Primeira razão: porque quando entrei para Deputado desta Casa, faz 14 anos, a Câmara Municipal de Lisboa tinha 9.000 trabalhadores e hoje tem mais 2.000 trabalhadores. E lembro-me perfeitamente que, no tempo do Dr. Jorge Sampaio, foi feito um estudo nesta Câmara que provava a quantidade ou a percentagem de trabalhadores que tinha a mais para dar capacidade de eficácia, de trabalho e de despacho a tudo o que era necessário. -----

----- Segunda razão: porque temos uma posição de princípio clara e precisa, que toda a gente saberá sempre! Nunca permitiremos o despedimento de ninguém, essa é a nossa questão de princípio. Isto não implica que a gente diga que vai continuamente continuar a crescer. -----

----- Terceira razão: porque existe muita gente nesta Câmara em contratos de avença, em contratos de prestação de serviços, etc., que tem que ser integrada na Câmara, e a única forma legal de o fazer, neste momento, é no Quadro Privativo, que é aquilo que nós defendemos que seja feito. E aos Senhores Deputados que acham que é preciso defender os trabalhadores, e nós estamos de acordo que é preciso defender os trabalhadores e dar-lhes estabilidade a eles, às suas famílias, às suas ansiedades, sugiro que proponham à Assembleia da República que seja discutido e debatido esse Projecto de Lei que reside na Assembleia da República desde o ano passado, que

propõe apenas e tão só que os quadros que prestam serviço num conjunto de condições, há não sei quanto tempo, sob a hierarquia e com horário na Câmara de Lisboa possam ser integrados directamente na função pública, directamente nos quadros da Câmara. Isso é, de facto, dar estabilidade aos trabalhadores. -----

----- Por último, queria dizer que ouvi aqui o Sindicato dizer que tinha pedido reuniões a todos os Grupos. O nosso Grupo está sempre ao dispor, quando quiserem e a qualquer hora, mas nós não recebemos esse convite.” -----

----- **A Deputada Municipal Deolinda Machado (PCP)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “É de facto extraordinário o que acabamos de ouvir! Eu diria que, declaração de princípio nunca permitirmos despedimentos, é de facto integrar as pessoas, é de facto não despedir! Mas o que está em curso não é exactamente isso. -----

----- Portanto, o que nós queremos aqui reafirmar, é que relativamente às pessoas que sentem na pele aquilo que neste momento está a ser posto em causa, que é a estabilidade familiar, pessoal e profissional para as pessoas que trabalham e suas famílias, num ambiente de desemprego em que nós vivemos, naturalmente quem está a falar assim não sente na pele o que é esse problema. Na sua pele ou na sua família ou nos seus vizinhos, porque, de facto, são dramas e dramas que se somam. -----

----- Portanto, não podemos aceitar, de forma ligeira – para ser mais ligeira também a dizer a coisa – isto que acabamos de ouvir. -----

----- Eu tenho muita pena, Sr. Deputado ...” -----

----- **A Senhora Presidente**, interrompendo a oradora, chamou a atenção que o que estava a fazer era uma declaração de voto e não uma resposta a uma intervenção do Sr. Deputado. -----

----- **A Deputada Municipal Deolinda Machado (PCP)** prosseguindo a declaração de voto, disse: -----

----- “Em 30 de Maio de 2006, eu própria, em nome do meu Grupo Parlamentar, dizia que era bom que a Câmara pudesse encarar esta forma de contribuir para a resolução dos problemas do desemprego na cidade. E perguntava: quais são as perspectivas futuras que a Câmara Municipal de Lisboa encara no que concerne à prestação de serviços essenciais à população.” -----

----- **A Senhora Presidente**, interrompendo de novo, disse que era uma declaração de voto e não um pedido de esclarecimento. Portanto pedia à oradora que recentrasse a sua intervenção na declaração de voto. -----

----- **A Deputada Municipal Deolinda Machado (PCP)** prosseguindo então a sua declaração de voto, disse: -----

----- “É nesse sentido de salientar aqui as necessidades que a Câmara tem do emprego e da formação, para poder naturalmente passar à prática do serviço público e não dar a empresas externas aquilo que na Câmara há condições para fazer.” -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “O PSD absteve-se na medida em que tem uma Moção onde pede o acompanhamento deste Despacho por parte da Assembleia e por parte da Câmara, de

forma a que se verifique em que condições e como ele irá ser cumprido e quais são os seus reflexos nos trabalhadores. -----

----- Agora, o que nós não compreendemos é como alguém, ao contrário, já vota contra a sua revogação. Nomeadamente alguém que noutras circunstâncias, eu apostava aqui cem contra um, como votaria a favor, que é o caso do BE.” -----

----- Findas as votações, a **Senhora Presidente** deu por encerrado o período de Antes da Ordem do Dia, declarando aberto o período da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária que tinha para discussão e votação os seguintes pontos: -----

----- **Ponto 1 - Apreciação da informação escrita do Presidente da CML acerca da actividade municipal;** -----

----- **Ponto 2 - Deliberar sobre a proposta nº 1/AM/2006 apresentada pelo BE (distribuída em 30 de Novembro de 2006), conforme o previsto na alínea c) do art. 12.º do Regimento da AML, respeitante à Estrutura Ecológica Municipal, Plano Verde para a Cidade de Lisboa, nos respectivos termos.** -----

----- **Ponto 3 - Proposta 232/2007** -----

----- **Ponto 4 - Proposta 238/2007** -----

----- **Ponto 5 - Proposta 242/2007** -----

----- **Ponto 6 - Proposta 244/2007** -----

ORDEM DO DIA

----- **PONTO 1 – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CML ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, FEITA NOS TERMOS DO N.º 1, ALÍNEA E) DO ART.º 53º. DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- Sobre a matéria, a Câmara enviou a informação escrita a que se refere o n.º 1, alínea e) do art.º 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, informação essa que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, começou por, falando em seu nome e dos eleitos para a Câmara Municipal nas últimas eleições, saudar calorosamente a Mesa e as Senhoras e Senhores Deputados Municipais. -----

----- Queria, em nome pessoal, transmitir a satisfação com que regressava 14 anos depois à Assembleia Municipal de Lisboa, podendo verificar que não obstante a grande turbulência que vinha atingindo o Município, a estabilidade permitia reencontrar caras conhecidas em quase todas as bancadas, que permaneciam 14 anos depois em funções. A esses cumprimentava muito particularmente. -----

----- A Assembleia Municipal podia contar com a total solidariedade institucional por parte da Câmara, ou seja, respeito pela legitimidade de cada um dos órgãos e respeito recíproco pelas competências de cada um. -----

----- Todos conheciam bem a situação que atravessava o Município. Houvera oportunidade de apresentar à Câmara na passada sexta-feira o Relatório e Contas a 31 de Julho. Havia neste momento um passivo total de 1461 milhões de euros, com uma

dívida de curto prazo de 544 milhões, dos quais 348.5 milhões de dívida de curto prazo a fornecedores à Autarquia. -----

----- Ontem mesmo tinha sido notificado pelo Ministério das Finanças de que o Governo não considerava satisfatórias as respostas fornecidas pelo Município e considerava que o Município violara os limites de endividamento durante o ano de 2006. Portanto, nos termos da Lei do Enquadramento Orçamental, seria aplicada a sanção de retenção das transferências de FEF até cabal pagamento do excesso do endividamento de cerca de 10 milhões de euros no ano de 2006. -----

----- Haveria oportunidade brevemente de discutir na Câmara, e esperava que depois na Assembleia Municipal, o Plano de Saneamento Financeiro apresentado para fazer face à situação. Não se tratava de um Plano para aumentar o endividamento, mas um Plano contendo um conjunto de medidas a visar o saneamento financeiro do Município, passando designadamente pela contracção de um empréstimo a 12 anos que permitisse pagar já as dívidas de curto prazo, uma vez que não havia possibilidades financeiras no Município para honrar de outra forma. -----

----- Desde que tomara posse, o actual Executivo já tinha pago 56 milhões de euros de dívidas a fornecedores, a autarquias e a outras entidades. Neste momento nenhuma dívida de valor inferior a 50 mil euros estava por pagar, mas sem um empréstimo a médio prazo a Câmara não teria condições para responder aos credores que pediam, e tinham direito, o pagamento imediato de 348 milhões de euros de dívida de curto prazo. Não se tratava de aumentar o endividamento, mas sim de reestruturar o endividamento, passar dívida de curto prazo para dívida de médio prazo, sem haver um aumento do endividamento líquido, como a Lei impunha, e acompanhado de um conjunto de medidas que teriam que ser adoptadas para conter a despesa e proceder à redução do passivo. -----

----- Haveria tempo para discutir o Plano de Saneamento Financeiro, mas nesta comunicação, em que lhe cumpria também fazer o balanço das medidas adoptadas, não podia esconder um conjunto de medidas que em termos imediatos se tinham que ir tomando para responder à situação do Município. -----

----- Em primeiro lugar, tivera-se que bloquear os saldos de cabimentação. Essa medida fora essencial para pôr os pés na terra. A cabimentação fazia-se até ao limite da despesa constante do Orçamento e, como todos sabiam, entre aquilo que era a despesa autorizada no Orçamento para o ano e a expectativa de receita havia uma diferença de 300 milhões de euros. Havia, por isso, que limitar a cabimentação a um Orçamento de Tesouraria, por forma a poder-se chegar ao final do ano sem agravar o passivo do Município ainda mais do que a situação existente a 31 de Julho. -----

----- Era esse critério de bom senso e responsabilidade que presidiria à elaboração do Orçamento para o ano de 2008. Não teria novas verbas fantasiosas. Seria um Orçamento realista, assentando na base da receita estrutural prevista para o corrente ano, 487.7 milhões de euros. -----

----- Gostariam porventura que houvesse um Orçamento mais robusto, o Executivo também, mas o que não podia haver era um novo Orçamento irrealista, a criar expectativas que não eram suportáveis, que contribuísse para o alargamento do

passivo. O limite e a base do próximo Orçamento era o da receita estrutural deste ano, 487,7 milhões de euros. -----

----- Iniciara-se o processo de reestruturação do sector empresarial do Município e dos serviços do Município, com duas propostas que constavam hoje da Ordem de Trabalhos. A extinção do DAP, Departamento de Apoio à Presidência, por fusão com o Departamento de Apoio aos Órgãos Municipais, e a extinção da EMARLIS. -----

----- Em quarto lugar, adoptara-se um conjunto de medidas de restrição da despesa ao nível da Vereação, não por populismo, mas para dar o exemplo. Assim, tinha sido aprovada por unanimidade em sessão de Câmara uma redução em 60% do número de assessores no Gabinete do Presidente, dos Vereadores com pelouro e dos Vereadores sem pelouro, sendo a primeira vez que existia uma deliberação de Câmara a fixar o número de assessores que cada gabinete podia ter. -----

----- Por outro lado, uma limitação radical no número de viaturas ao serviço da Presidência e dos Vereadores com pelouro, medida que teria que se alargar a todos os serviços da Câmara, de forma a conter a despesa com locação e manutenção de viaturas e com combustível para as viaturas. -----

----- Em quinto lugar, não podia ignorar que 50% da despesa estrutural era despesa com pessoal. Não haveria contenção da despesa sem contenção da despesa com pessoal. Podia-se dizer demagogicamente o que se quisesse, mas a realidade era essa, não havia contenção da despesa sem contenção da despesa com pessoal. Era isso que tinha levado à anulação de 10 concursos externos de ingresso nos quadros do Município. Não tinha anulado qualquer um dos concursos internos, nem qualquer um dos concursos externos que tinham chegado à fase final de classificação. Anulara 10 concursos externos que ainda estavam em condições legais de poder ser anulados. -----

----- Tinham sido anulados porque concurso externo de ingresso era um concurso, nos termos da Lei, aberto a qualquer cidadão que preenchesse os requisitos necessários à ocupação do lugar. Não era verdade que fosse um meio idóneo para resolver problemas de precarização da relação de trabalho. Aos concursos externos de ingresso podia apresentar-se quem tivesse contrato de prestação de serviço com a Autarquia, mas podia-se apresentar qualquer outro que não tivesse vínculo com a Autarquia. Se as 466 vagas que estavam a concurso fossem todas preenchidas por candidatos externos, isso representaria um aumento líquido da despesa em 5 milhões de euros por ano para a Autarquia. Podiam-lhe perguntar porque é que isso havia de acontecer, mas perguntava porque é que isso não aconteceria. Os números eram muito claros, as vagas eram 466, o Município tinha 1038 avençados, o número de candidatos aos concursos era cerca de 8800. -----

----- Podia dar um exemplo com dois concursos em particular: concurso para assistentes administrativos, 142 vagas para 4.620 candidatos; concurso para auxiliares administrativos, 42 vagas para 1.813 candidatos. Se alguém julgava que nos termos da Lei era possível marcar à partida os resultados do concurso de forma a que só fossem apurados e contratados quem já tinha contrato de avença, implicando a não contratação de qualquer outro candidato, cometia certamente a injúria de que se tratava de concursos viciados. Era uma injúria que não cometia relativamente a quem

o anteceder e menos ainda a quem integrava os júris do concurso, pois tal facto representava, como bem se sabia, a prática de crime público, punível com pena de prisão. -----

----- Impunha-se, por isso, anular o que devia ser anulado e a resolução das situações de precarização que devessem ser resolvidas. Não lhe competia a si dar conselhos jurídicos, mas não podia deixar de fazer um pequeno desabafo. Se era verdade, como vinha ouvindo dizer, que na generalidade dos casos não se estava perante verdadeiros e próprios contratos de prestação de serviço, mas perante a forma de prestação de serviço serem verdadeiros e próprios contratos de trabalho, não podia deixar de constatar que nos termos da Lei a única coisa que cumpria ao Município era ser condenado à celebração de contratos de trabalho nas situações em que se verificassem as características materiais do contrato de trabalho. -----

----- Era por isso sua firme convicção que as situações de falsos contratos de prestação de serviços que nos termos da Lei devessem ser tratados e reconhecidos como verdadeiros e próprios contratos de trabalho, assim deviam ser tratados, mas não por formas ínvias, em violação da Lei e com risco de aumento da despesa para o Município. Não aceitava que em nome da protecção dos trabalhadores se cometesse fraude à Lei ou se aumentasse a despesa pública, desregulando ainda mais o frágil estado das finanças públicas do Município. -----

----- Em sexto lugar, era necessário proceder à avaliação das avenças, porque era preciso destrinçar aquelas que eram verdadeiras e próprias avenças daquelas que eram falsas avenças e no fundo verdadeiros contratos de trabalho. Dentro das verdadeiras avenças, aquelas que fossem essenciais ao funcionamento do Município daquelas outras que, podendo ser importantes, não eram na fase de contenção da despesa tidas como essenciais. Era o caso, por exemplo, de um acto que tinha praticado, de um contrato de prestação de serviços para a realização de arranjos florais nos Paços do Concelho. -----

----- Por outro lado, restabelecer a credibilidade e a confiança dos cidadãos não passava só por intervir no saneamento financeiro, passava também por resolver um conjunto de casos da gestão urbanística que se foram avolumando e contaminando a confiança e a credibilidade que os serviços e o Município deviam merecer por parte dos cidadãos. Era por isso que tinha sido proposto à Câmara e aprovado a realização de um plano de pormenor para todo o quarteirão envolvente do Parque Mayer, de forma a de uma vez por todas clarificar os usos que devia ter o Parque Mayer, ser uma zona de cultura e de lazer em articulação com o Jardim Botânico e a Av. da Liberdade, assente na recuperação do edifício classificado do Capitólio, de acordo com o seu projecto de origem do Arqtº Cristino da Silva, como café-concerto e permitindo clarificar de uma vez por todas as relações que deviam existir em todo aquele quarteirão. -----

----- Fora também nesse sentido que solicitara à Senhora Presidente, e aproveitava para agradecer a prontidão com que tinha satisfeito o pedido, para devolver à Câmara para reapreciação o Plano da Baixa-Chiado. Todos tinham concordado na campanha eleitoral que era prioritária a revitalização da Baixa-Chiado. Todos convieram na

campanha eleitoral que o plano aprovado era merecedor de crítica em alguns aspectos específicos e que devia merecer reformulação. Muitas críticas quanto à Circular das Colinas, quanto ao parque de estacionamento subterrâneo no Terreiro do Paço e algumas outras críticas. Não se devia “deitar fora o menino com a água do banho”, devia-se tomar conta dessas críticas, proceder à reapreciação, corrigir o que fosse necessário corrigir, acrescentar o que fosse necessário acrescentar, por forma a haver um plano que fosse consensual e que, sobretudo, mantivesse claro aquilo que era essencial, a revitalização da Baixa-Chiado. -----

----- Uma vez devolvido à Câmara, brevemente agendaria para discussão em Câmara Municipal do que devia ser o Plano da Baixa-Chiado. Em função daquilo que a Câmara viesse a definir como plano definitivo, então sim podia-se pensar na melhor forma de organizar para lhe dar execução. -----

----- Outro exemplo era a questão do loteamento do Sporting, debate muito envenenado no mandato anterior pela mistura de 3 questões que se deviam distinguir, por um lado duas questões autónomas que resultavam da interpretação diferenciada quanto a deliberações de mandatos anteriores. Um protocolo de 99 que, sim ou não, teria isentado o Sporting, e podendo-o ou não fazer, das compensações devidas em momento de loteamento. Uma outra deliberação de 2002 que teria ou não, e se o podia fazer, consentido ao Sporting mais 29 mil m² de área de construção que a UOP30 do PDM consentia. -----

----- Nenhuma dessas questões tinha relação directa e necessária com a aprovação do projecto de loteamento que estava pendente, esse para uma área específica, incontroverso, o PDM reconhecia, bem ou mal, mas reconhecia os direitos construtivos de 80 mil m². -----

----- Aquilo que tinha sido possível acordar fora a constituição de um tribunal arbitral que trataria das duas primeiras questões. A Câmara aprovaria, como já aprovara, o projecto de loteamento que estava pendente e em função daquilo que o tribunal arbitral viesse a decidir, das duas uma, se o tribunal arbitral viesse a considerar que a Câmara não podia ter dispensado o Sporting das áreas de cedência, nesse caso o Sporting ficava obrigado a ceder à Câmara, devidamente ajardinadas, as duas únicas parcelas que ainda sobravam em toda aquela zona. Caso contrário, o Sporting ficaria proprietário dessas parcelas. Contudo, resultava também do acordo que em caso algum os tais 29 mil m², a existirem, não poderiam ser edificados naquela zona, visto que não só PDM não o permitia, como era claro do ponto de vista dos interesses da Cidade que aquela zona já não aguentaria mais 29 mil m² de área de construção. -----

----- O que tinha ficado acordado era que caso o tribunal arbitral viesse a dar razão ao Sporting, então a Câmara reconheceria ao Sporting direitos de edificabilidade de valor equivalente ao valor da edificabilidade de 29 mil m² naquela área da Cidade. -----

----- Tinha-se começado com essas medidas a desbloquear um conjunto de casos que tinham que ser desbloqueados para que a Cidade pudesse voltar a funcionar. Para além de arrumar a casa, era necessário mesmo pô-la a funcionar e fora nesse sentido que se iniciara, conforme prometido, reuniões de trabalho com os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia. Já tinham reunido com cerca de metade e tinham

sido sessões de trabalho, pelo menos da parte do Executivo da Câmara, da maior importância para se poder ter uma caracterização dos principais problemas existentes em cada Freguesia. -----

----- Gostaria de dizer, para que não houvesse dúvida, aquilo que já tinha dito a todos e que dissera na tomada de posse: esta Câmara relacionar-se-ia com todas e com todos os Presidentes de Junta da Cidade, no total respeito pela sua função e sem qualquer tipo de diferenciação em função da bancada onde se sentassem na Assembleia Municipal. -----

----- Trabalhava também com os serviços e os Directores Municipais, com quem considerara essencial estreitar as relações, porque se havia mal que vinha atingindo o Município era o desenvolvimento de estruturas paralelas aos serviços e à cadeia de direcção através dos Directores Municipais. Não só as relações de trabalho se vinham multiplicando, como a deliberação na última sessão de Câmara de confirmação da generalidade dos Directores Municipais que se encontravam em funções parecia essencial para dar estabilidade à relação da Câmara com os serviços do Município. ----

----- Por outro lado, hoje mesmo tivera oportunidade, juntamente com os Senhores Vereadores José Sá Fernandes e Marcos Perestrello, de visitar o reinício das obras no Jardim de São Pedro de Alcântara. A paralisação dessas obras era um símbolo do estado de paralisação que tinha atingido a Cidade. -----

----- Infelizmente, não fora possível cumprir o compromisso assumido de repor em funcionamento 18 obras que estavam paralisadas por falta de pagamento. Não que a Câmara não tivesse aprovado a alteração orçamental que o permitia fazer, mas porque infelizmente em 11 dessas obras já não era possível retomar os trabalhos. Em 5 delas porque o próprio empreiteiro tinha sido levado à falência, já não tendo condições de retomar o trabalho. Em outras, algumas das famosas mega-empreitadas, porque os empreiteiros se recusavam a retomar os trabalhos e aproveitaram a falta de pagamento para rescindir o contrato, tendo em conta que aquelas empreitadas não tinham a menor condição para poderem ser responsabilmente executadas da forma como foram lançadas. -----

----- Por outro lado, também tinha sido possível lançar um plano de emergência para responder à situação que enfrentavam os jardins e os cemitérios, relativamente aos quais foram caducando os contratos de manutenção e que importava agora abrir novos concursos públicos internacionais para a adjudicação da manutenção, o que privaria esses jardins e esses cemitérios durante longos meses do necessário processo de manutenção. Vinha sendo por isso possível, com muita dificuldade e recorrendo a um esforço extraordinário dos serviços municipais, responder com os mínimos necessários à manutenção desses jardins e cemitérios. -----

----- Tinha sido lançada uma operação de reposição de passadeiras e outras sinalizações junto dos 480 estabelecimentos de ensino da Cidade de Lisboa, assim como fora possível iniciar uma operação de limpeza a desenrolar-se por várias fases, a primeira das quais vinha incidindo fundamentalmente sobre os bairros históricos e sobre o eixo central da Baixa-Chiado. Constatava-se, porém, que as técnicas de limpeza habituais eram impossíveis de seguir como tal, tendo em conta o grau de

degradação e sujidade acumulada, requerendo uma acção reforçada com detergente, de barrela efectiva em muitas zonas da Cidade. -----

----- Tinha sido possível, com a Polícia de Segurança Pública, com a Polícia Municipal e com a EMEL, lançar uma operação de repressão do estacionamento em segunda fila ou em cima dos passeios nas zonas não residenciais. Era uma operação que não se podia generalizar de uma vez a toda a Cidade. Tinha-se centrado para já nas Avenidas Novas e no quadrado formado entre a Av. António Augusto de Aguiar e a Av. Infante Santo, entre a Rua Marquês da Fronteira e a Av. Alexandre Herculano e ainda na Baixa-Chiado. Ao fim de uma semana de execução os resultados eram esclarecedores da necessidade de manter, reforçar e alargar essa operação. Só nesse tipo de infracção foram 2749 autos levantados, com a necessidade de rebocar 159 viaturas e de bloquear 784. -----

----- Era necessário manter e alargar esse esforço, o que só seria possível graças ao facto de finalmente a Câmara se ter disposto a assinar com a PSP o protocolo que permitiria o ingresso no dia 1 de Outubro de novos 150 agentes para a Polícia Municipal, o que se aguardava desde Setembro de 2006, representando um aumento de 35% do efectivo ao serviço da Polícia Municipal. -----

----- Se vinha sendo uma preocupação arrumar a casa e pôr a Cidade a funcionar, não queria deixar de começar a preparar o futuro. Era nesse sentido que se tinha tomado a decisão de encerrar ao trânsito aos domingos o Terreiro do Paço, nas vias laterais e o troço da Ribeira das Naus, entre o Corpo Santo e o Campo das Cebolas. Era uma medida essencial para poderem todos avaliar na prática o impacto desse corte de circulação e da capacidade da sociedade civil para responder à oportunidade de haver uma nova zona de lazer, para proporcionar actividades aos lisboetas. Era para testar também o gosto e a vontade dos lisboetas de se apropriarem como seu do espaço público essencial para a Cidade. -----

----- Em síntese, esse era o balanço que fazia das principais actividades da Câmara ao longo do mês. Em anexo à sua comunicação estavam os relatórios de actividades dos diferentes serviços, assinados pelos respectivos directores, conforme a Lei, até 31 de Julho. Sobre essa actividade, como compreenderiam, dispensava tecer qualquer comentário. O que gostaria de dizer era que da parte da Vereação, e pelo menos do Presidente da Câmara e das Vereadoras e dos Vereadores com pelouros, havia uma total determinação de cumprir passo a passo aquilo a que se comprometeram fazer, arrumar a casa, pôr a Câmara a funcionar e preparar o futuro. Estavam certos de que o poderiam fazer, numa boa solidariedade institucional com a Assembleia Municipal e com todos os que a integravam. -----

----- **O Deputado Municipal João Mesquita (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia de São José, no uso da palavra, começou por felicitar o novo Executivo Municipal pela sua eleição e desejar-lhe o melhor trabalho em nome da Cidade de Lisboa. -----

----- Congratulava-se o PSD por ver concretizada uma das suas bandeiras na campanha eleitoral, no tocante à redução de assessores e viaturas, por deliberação de Câmara. Congratulava-se por se ter concretizado essa bandeira social democrata. -----

----- Relativamente ao Plano de Pormenor do Parque Mayer, embora concordasse em absoluto com a proposta que agora era trazida, dizer que se tinha perdido uma importante oportunidade de ter a chancela Ghery na Cidade de Lisboa. Bilbao, por exemplo, sendo a 17ª cidade espanhola, era a 5ª mais visitada, devido à obra de Frank Ghery. -----

----- Relativamente às reuniões de trabalho com as Juntas de Freguesia, tinham corrido bem e estava no bom caminho. No entanto, deixava apenas um comentário que se prendia com o relacionamento com as Juntas de Freguesia: acreditando, sem qualquer dúvida, de que o Senhor Presidente da Câmara iria tratar todos por igual, deveria haver uma maior comunicação entre a CML e as Juntas de Freguesia. O Senhor Presidente tinha anunciado o rebaixamento de passeios em Campo de Ourique, o Presidente da Junta de Freguesia não fora contactado nem convidado a estar presente numa iniciativa que, para além de estar no programa do Presidente da Câmara, também estava no programa eleitoral desse Presidente de Junta. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara tinha apresentado os pontos negros da Cidade em Campolide, mas ignorara que devia estar ao seu lado o Presidente da Freguesia de Campolide. -----

----- Tinha inaugurado com pompa e circunstância o Elevador da Glória, que tinha uma utilidade importante nas Freguesias de Santa Justa, Encarnação e São José, visto ser nesse elevador que muitos dos idosos conseguiam ir até à colina. Seria importante que os Presidentes de Junta tivessem estado presentes. -----

----- Não era uma questão de estarem presentes em festas, em pompa e circunstância, mas entendiam que em algumas situações deviam ser ouvidos pela Câmara Municipal de Lisboa. Por exemplo, tinha-se encerrado a Av. da Liberdade no Dia Sem Carros, iniciativa que lhe parecia dignificante e importante para a Cidade, mas não se tinha atendido ao facto de nas Freguesias circundantes à Av. da Liberdade existirem 23% de pessoas com mais de 65 anos. Não se tinha ouvido as Freguesias, que podiam ter proposto iniciativas para idosos. -----

----- Para não falar só de Juntas socias-democratas, e ficara apreensivo com esse facto, dizer que o Senhor Presidente da Câmara não tinha envolvido a Junta de Freguesia de Carnide na organização da Feira da Luz. Esses eventos, como a Feira da Luz, ou a feira realizada no Jardim da Estrela, seriam com certeza eventos importantes para a Cidade e, apoiados pela CML, porventura bem mais eficazes para a população da Cidade do que a abertura do Terreiro do Paço. -----

----- As Juntas de Freguesia tinham sido eleitas para fazer mais e melhor Cidade, com tudo e para todos, e estavam disponíveis para colaborar com a Câmara numa estratégia conjunta, única e exclusivamente servindo os interesses de Lisboa e dos lisboetas. Não servia de todo, e era a última vez que o faria, um braço-de-ferro entre a Câmara e as Juntas de Freguesia. Lutariam sempre pela autonomia e pelo respeito institucional, mas queriam ser envolvidos no conjunto das soluções para a Cidade, porque entendiam que no desempenho das suas funções deveriam ser ouvidos, conforme fosse sendo aplicada a estratégia municipal. -----

----- Não queriam o braço-de-ferro e ele não existiria, visto não servir à Cidade nem ao PSD, mas talvez desse jeito ao PS. -----

----- **A Deputada Municipal Maria de Belém (PS)**, no uso da palavra, começou por saudar o Senhor Presidente da Câmara e o seu Executivo, fazendo-o com gosto, não porque estivesse na Assembleia Municipal 14 anos antes, estava apenas há 2, mas há 12 anos estavam ambos no Governo e, portanto, era testemunha pessoal das qualidades pessoais e políticas do Presidente da Câmara eleito. Tinha todo o gosto em saudá-lo de uma maneira muito especial, para além de afectiva, racional, e dizer para que não visse nas suas palavras nenhum discurso laudatório. Sabia qual era o seu feitio, tinham estado em diversas ocasiões em campos diferentes, mas era um discurso que reconhecendo as suas qualidades de inteligência, de gosto pela política e de determinação, era um discurso no sentido de esperar do Senhor Presidente da Câmara e da actuação do Executivo uma forma de estar e de fazer que colocasse o seu prestígio ao serviço dos interesses da Cidade. -----

----- Resumindo, o Senhor Presidente da Câmara não se iria prestigiar no exercício do lugar, ia pôr o seu prestígio ao serviço do exercício desse lugar. Portanto, desejava-lhe as mais felizes circunstâncias, que eram sempre necessárias, para além das suas capacidades, da sua qualidade e do seu grau de exigência e rigor. -----

----- Aproveitava para recordar um assunto que não via referenciado na comunicação e que colocara ao anterior Executivo Camarário, que tinha a ver com o facto de considerar que a Cidade de Lisboa não se prestigiaria e não cumpriria os objectivos globais estratégicos enunciados na parte final da informação, que queria fazer por Lisboa aquilo que a tornaria uma centralidade global, uma referência europeia, a Cidade Capital de Portugal, uma urbe plural e universalista, coração de um vasto espaço lusófono. -----

----- Uma das coisas que mais contribuía para o prestígio das cidades era o prestígio das suas instituições. Tivera ocasião de manifestar a sua enorme preocupação pela anunciada saída do Município de Lisboa do Instituto Português de Oncologia de Lisboa. Para quem não sabia, era uma instituição nacional com três centros regionais, Lisboa, Coimbra e Porto. Parecia-lhe de uma gravidade importante que o Instituto Português de Oncologia, a pirâmide da referência na prestação de cuidados oncológicos, saísse da Cidade de Lisboa, prejudicando com isso os interesses dos milhares de doentes que a eles acorriam. A pirâmide que constituía em termos de referência técnica e científica e de tudo aquilo que significava, muito para além do seu prestígio como património afectivo para a Cidade. -----

----- Recordava que tinha sido no Instituto Português de Oncologia que nascera a primeira liga de voluntariado, que não era uma liga de doentes, mas uma liga para os doentes e isso fazia toda a diferença. Se essas duas instituições tinham adquirido prestígio, era porque quem as liderava adoptara como princípios orientadores para essas instituições um princípio que até gostava de ver adoptado no País, que era o do não reconhecimento da possibilidade de cunhas. Era um princípio estabelecido pelo Prof. Francisco Gentil no IPO que doente que não fosse recomendado por ninguém era recomendado pelo Director. Era importante fixar-se esse tipo de orientações, que

faziam todo o sentido numa tarde em que também se discutia a importância do princípio da igualdade, não apenas relativamente àqueles que existiam na Cidade, mas sobretudo àqueles que serviam na Cidade. -----

----- Havia que dar oportunidades a todos, definidas de forma objectiva, adequada e tendo em atenção as prioridades. -----

----- Na comunicação do Senhor Presidente não recolhia nenhuma informação sobre esse processo e parecia-lhe que não deixava de ser uma incongruência estarem hoje muito preocupados com a necessidade de revitalizar a Baixa-Chiado, porque ao longo de muitos anos se tomaram deliberações que determinaram que a Cidade ficasse deserta, e não houvesse preocupação com outras decisões que centrifugariam para fora de Lisboa pessoas que necessitavam de estar em Lisboa, por causa de aí terem acesso mais rápido, mais adequado e mais coerente aos cuidados de saúde. -----

----- Era uma instituição diariamente percorrida por milhares de pessoas e sobretudo uma instituição que, pelo seu prestígio, poderia vir a ser inscrita no mapa de referência europeia no tratamento da doença oncológica, que não era irrelevante, porque tendia a ser a primeira causa de mortalidade no País. -----

----- Por isso pedia ao Senhor Presidente que desse à Assembleia Municipal uma informação sobre esse processo, esperando que a informação fosse positiva, no sentido das suas preocupações. Que pusesse toda a sua energia, todo o seu prestígio político, toda a sua capacidade de argumentação ao serviço do prestígio da Cidade de Lisboa e ao serviço do melhor atendimento das pessoas que em sofrimento procuravam uma casa que apesar de por vezes ser insucessida, muito contribuíra para a não discriminação do doente oncológico, pelos sucessos que vinha alcançando no tratamento dessa doença. -----

----- Aproveitava a oportunidade para, mais uma vez, desejar as maiores felicidades a todas as Senhoras e Senhores Vereadores eleitos, uma vez que era no exercício do seu *múnus* que todos teriam a ganhar, fossem de apoio ou de oposição. -----

----- **O Deputado Municipal João Saraiva (PCP)**, no uso da palavra, começou por, em nome do Grupo Municipal do PCP, transmitir os votos de que o novo Executivo pudesse mostrar a sua vontade e saber, no sentido de permitir a ultrapassagem progressiva dos graves problemas e estrangulamentos que afectavam a capacidade operacional da Câmara Municipal de Lisboa. Para esse objectivo, podia desde já o Executivo contar com a colaboração do Grupo Municipal do PCP na Assembleia. -----

----- O Senhor Presidente tinha falado em arrumar a casa, pôr a Câmara a funcionar, preparar o futuro, era o desígnio que tinha querido deixar. O PCP reconhecia que o curto espaço de tempo decorrido desde a posse do novo Executivo não podia permitir grandes expectativas quanto ao volume e à profundidade das medidas tomadas. No entanto, as primeiras arrumações anunciadas podiam já de certa forma indiciar caminhos futuros que não deixavam desde já de suscitar algumas preocupações. -----

----- Do rol de iniciativas já levadas a cabo, várias eram aquelas relativamente às quais o PCP manifestava inequivocamente o seu acordo, designadamente algumas das inseridas naquilo que se entendera considerar como os 10 primeiros passos do mandato. Não queria também deixar de referir a posição assumida pelo Senhor

Presidente da Câmara, embora não referida no relatório em discussão, relativa ao anúncio do destino pretendido pelo Governo para o Quartel da Graça, que merecia o inteiro apoio do PCP. -----

----- O mesmo já não acontecia relativamente a duas áreas de importante peso no universo de intervenção da Câmara. Destacava em primeiro lugar a orientação encetada relativamente à política de pessoal e que se materializara através do despacho de anulação dos concursos externos de ingresso. A sua camarada Deolinda Machado já tinha dissecado e criticado justamente essa medida e o Grupo Municipal do PCP apresentara uma recomendação no sentido da sua ultrapassagem. -----

----- Sobre esse assunto tinha escrito o Senhor Presidente que “a precarização tem que ter solução” e o PCP congratulava-se com essa visão, mas acrescentara que “a precarização terá que ser solucionada dentro da Lei”. Nada mais verdadeiro, só que as Leis que o Governo tinha vindo a produzir e outras que se adivinhavam não visavam senão facilitar e alargar essa mesma precaridade. Assim não parecia muito fácil a solução. -----

----- O Senhor Presidente tinha ainda afirmado que ela teria que ser resolvida sem o aumento da despesa municipal. O Senhor Presidente sabia muito bem que havia despesas e despesas e que uma despesa geradora de receita e de capacidade operativa tinha que ser obrigatoriamente equacionada. Com toda a franqueza, não parecia que o caminho de emagrecimento da capacidade operativa da Câmara como meio de reduzir a despesa global fosse o caminho que importava trilhar. Reduzir outras despesas de carácter não funcional, sem dúvida. Fazer um esforço para arrecadar receitas onde elas justamente pudessem existir, inquestionável. -----

----- A propósito dessas receitas recordava as justíssimas propostas anteriormente formuladas pelo Bloco de Esquerda, no sentido do lançamento do IMI sobre edifícios património do Estado situados em Lisboa. Ao que se sabia, o Senhor Vereador do Bloco de Esquerda ainda não avançara essa proposta, mas queria acreditar que se não o fizera era certamente por falta de tempo ou oportunidade e que brevemente não deixaria de o fazer. -----

----- Também julgava que o Senhor Presidente, com todo o seu peso institucional e político, e o Executivo, não deixariam, logo que tal proposta surgisse, de se empenhar numa questão que sendo justa poderia constituir importante reforço para a receita potencial da Câmara. -----

----- Outra área que levantava preocupações era a do Urbanismo. Tinham sido referidas algumas acções nesse âmbito, designadamente o acordo celebrado com o Sporting Clube de Portugal e a constituição de uma comissão para elaborar um relatório sobre o diferendo Câmara/Bragaparkes, embora essa última tivesse sido referida no relatório, certamente por lapso, já que ao que se sabia a sua discussão ainda estava para continuar. -----

----- Eram duas medidas que, por continuar o PCP a considerar lesivas do interesse municipal, suscitavam sérias dúvidas, aliás, já claramente expressas pelos Vereadores do PCP em reunião de Câmara. -----

----- Gostaria ainda de realçar uma questão que considerava de relevante importância. Tratava-se da inexistência no texto subscrito pelo Senhor Presidente de qualquer referência ao processo do PDM. Estava em causa um processo que deveria ter sido encerrado no princípio do ano e que era de estrutural importância para a Cidade. Sem um PDM adequadamente ajustado às actuais exigências do desenvolvimento urbano de Lisboa, dificilmente poderia a Câmara funcionar bem e mais dificilmente ainda se poderia preparar o futuro. -----

----- Ficava a sugestão de que na próxima Informação Escrita a Assembleia pudesse ser informada quanto ao andamento de tão importante processo. Já agora, se possível, dos propósitos da Administração do Porto de Lisboa quanto à ocupação da zona ribeirinha, matéria que, segundo fora informado na Assembleia Municipal de Oeiras, já estaria a ser tratada pelo Executivo da Câmara de Lisboa. -----

----- Para terminar, não resistia a confessar ter visto gorada uma previsão que pessoalmente lhe ocorrera e por isso felicitava o Senhor Presidente da Câmara. Julgava que iria assistir ao lançamento pomposo dos primeiros passos para a consagração de uma nova câmara electrónica. Felizmente enganara-se. -----

----- **O Deputado Municipal Heitor de Sousa (BE)**, no uso da palavra, começou por, em nome do Grupo Municipal do BE, saudar o Senhor Presidente da Câmara e a restante equipa do Executivo, bem como aos restantes Vereadores. -----

----- A primeira nota que gostaria de deixar em relação ao relatório do Senhor Presidente era uma apreciação positiva, desde logo pela redução significativa do volume de páginas que todos os outros relatórios tinham, o que aparentemente facilitava o contacto com o conteúdo do relatório. -----

----- Já agora, deixava uma sugestão, talvez um bocado ao contrário daquilo que o Deputado Municipal do PCP acabara de afirmar, de que uma boa parte do relatório podia perfeitamente estar on-line pelos serviços antes das Assembleias Municipais se reunirem. Isso reduziria mais ainda e tornaria o relatório concentrado no essencial, que era aquilo que a Câmara tinha feito e iria fazer no próximo período. Poria, por exemplo, apenas uma síntese da actividade de cada uma das Direcções, seria perfeitamente possível, desde que o resto estivesse disponível on-line para consulta de todos aqueles que o quisessem fazer. -----

----- Em relação ao relatório propriamente dito, começava por sublinhar a importância do contexto da tomada de posse do Executivo e da forma como ele condicionava, de certa forma bastante, a actividade do ano 2008 e a elaboração do seu Orçamento. Era um facto que o anterior Executivo, composto primeiro por uma coligação PSD/CDS e depois apenas pelo PSD, tinha deixado a Cidade de Lisboa e a Câmara à beira da bancarrota. Mais do que a bancarrota, deixara uma série de processos mal explicados, que em muitos casos estavam feridos de ilegalidade, estavam por apurar outros tantos casos e provavelmente a Câmara teria que suportar alguns desses custos na sua própria actividade futura. -----

----- Era um facto também que nos últimos anos se assistira a uma metodologia de construção do Orçamento que se baseava não no conjunto de actividades que a Câmara se propunha fazer no ano seguinte, mas que se baseava em regra em projectos

fantasma, em sobre-orçamentação sistemática, numa total falta de transparência relativamente às acções que a Câmara acabava por realizar no ano seguinte. Por causa dessas três características orçamentais, as decisões de despesas acabavam por ser completamente deixadas ao arbítrio, fosse da Vereação maioritária, fosse dos Directores em exercício. Isso tornava a actividade orçamental completamente opaca, totalmente antidemocrática e sem possibilidade da Assembleia poder exercer o seu papel de fiscalizador. -----

----- Era verdade que uma simples correcção das despesas inúteis ou virtuais para um Orçamento mais próximo da realidade permitiria, se isso fosse feito mantendo toda a actividade da Câmara igual ao ano anterior, permitiria uma redução de 300 milhões de euros no Orçamento do próximo ano. Aí estava a primeira dúvida que lançava no relatório e na intervenção do Senhor Presidente, porque ao anunciar que a meta orçamental do próximo ano seria reduzir essa orçamentação virtual para um número real, de acordo com a receita estrutural da Câmara no ano anterior, um número à volta de 500 milhões de euros, estava na prática a admitir o prolongamento, o modelo, o perfil de actividade da Câmara realizado no ano anterior, que se iria repetir no ano 2008. -----

----- Ou então, pior ainda, estava a adoptar uma perspectiva totalmente financista para a actividade que a Câmara iria exercer no ano de 2008. Estava a considerar e a sobrevalorizar os aspectos financeiros da actuação orçamental, em detrimento dos aspectos de execução de investimento, de actividades, de acções que deviam marcar a actividade da Câmara, correspondendo a orientações definidas previamente pelo Executivo Municipal. -----

----- O Senhor Presidente, no exercício que tinha feito de apresentação das linhas gerais do Orçamento para o ano 2008, acabava por dizer que a sua perspectiva era exclusivamente financeira, de reequilíbrios das contas, e não de correcção do perfil da actividade, erradíssimo, que o anterior Executivo Municipal deixara como herança. O BE desconfiava muito disso, achava que uma verdadeira mudança exigida pelos lisboetas nas urnas só poderia ser feita se pusesse em causa o perfil e o modelo do Orçamento do Executivo anterior e partir para um novo Orçamento em novas bases, com novos objectivos, com novas metas para serem atingidas não só no ano 2008, mas também em 2009, porque era de um executivo intercalar que se estava a tratar. Isso exigia, no ver do BE, que nesta ocasião o Senhor Presidente tivesse já apresentado algumas linhas de orientação estratégicas, que norteassem a elaboração do Orçamento pelas Direcções Municipais no ano seguinte e não que simplesmente se limitasse a dar como recado às Direcções Municipais que elas teriam que reduzir em cerca de 30% o orçamento de despesa para o ano seguinte. Não era assim que se começava uma casa de novo, era pelos alicerces, era pelos objectivos, era pelas orientações e nada disso transparecera, quer da intervenção do Senhor Presidente, quer no relatório que fora apresentado. -----

----- Em segundo lugar, o relatório, apesar de reclamar um aumento do rigor e da consistência da actividade da Câmara, e queria desde já dizer que era de saudar que se confrontassem com um relatório relativamente ao período mais recente da actividade

da Câmara e não naquele jogo de faz-de-conta que anteriormente obrigava a discutir relatórios que acabavam normalmente dois meses antes da data em que se realizava a Assembleia Municipal para apreciar o Relatório de Actividades. Sendo isso de saudar, acreditava que algumas coisas não estavam citadas no relatório e em nome do rigor deveriam sê-lo na próxima oportunidade. -----

----- Não fora citado e devia tê-lo sido, na opinião do BE, que o Senhor Vereador do Ambiente e Espaços Verdes tinha tomado uma decisão que há muito a Assembleia já tinha reclamado pela sua execução, que era suspender a actividade do Campo de Tiro de Monsanto e de obrigar a entidade que o dirigia a adoptar um conjunto de procedimentos que minimizassem os seus impactos ambientais. -----

----- Deveria o relatório ter falado, e não dizia, mais especificamente da estratégia que o Vereador do Ambiente e Espaços Verdes já tivera ocasião de apresentar publicamente no passado dia 18 de Setembro e que iria nortear a actividade do Pelouro para a implementação dos corredores verdes para 2008 e 2009 na Cidade de Lisboa. Era essa estratégia que iria condicionar os exercícios orçamentais que o Vereador José Sá Fernandes ia defender para 2008 e 2009. -----

----- Não referia e devia ter referido, no ver do BE, a importante decisão que a Câmara Municipal tinha aprovado de lançar um processo de orçamento participativo na Cidade de Lisboa, lançando já imediatamente algumas primeiras aproximações a esse processo de orçamento participativo e tendo assumido o compromisso de lançar esse processo em pleno no próximo Orçamento para 2009. O que é que o Executivo Municipal pensava fazer das decisões que ele próprio aprovara? Devia ter constado do relatório, infelizmente não constava e queria acreditar que não era por falta de vontade do Executivo Municipal, mas provavelmente por algum lapso de memória do Senhor Presidente. -----

----- Em terceiro lugar, não tinha sido referenciado no relatório e devia ter sido, no ver do BE, qual era a posição do Executivo Municipal relativamente à indigitada estrutura que iria dirigir a revitalização da zona Baixa-Chiado. O que é que o Executivo Municipal tinha a dizer em relação ao modelo proposto pela anterior Comissária Maria José Nogueira Pinto? -----

----- Para concluir, acreditava que em algumas matérias continuava algum silêncio ensurdecedor, assim como fazia suas as palavras do orador anterior, quando pedia ao Senhor Presidente esclarecimentos sobre o anunciado modelo de recuperação da frente ribeirinha de Lisboa, que, segundo viera a público, seria uma espécie de reedição da fórmula da EXPO 98, ao contrário de tudo aquilo que o Senhor Presidente dizia no relatório. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Barroso (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que na sequência das eleições intercalares para a Câmara Municipal se tinha iniciado um novo ciclo político na vida da Cidade. Em primeiro lugar não podia deixar de felicitar o Dr. António Costa pela sua eleição, desejando o maior sucesso na sua governação, pois esse sucesso seria o sucesso da Cidade de Lisboa e de todos. -----

----- Institucionalmente, independentemente das opções partidárias de cada um, o CDS-PP estaria ao lado de todas as medidas e projectos que contribuíssem para a

evolução da Cidade e para o bem-estar e aumento da qualidade de vida dos munícipes. No entanto, estaria atento às promessas eleitorais feitas e ao programa eleitoral que fora apresentado ao eleitorado. O CDS-PP não deixaria de exigir aquilo que eram os legítimos anseios dos lisboetas. -----

----- Pela análise da Informação Escrita e pelo discurso do Senhor Presidente, o CDS-PP ficava um pouco preocupado, embora compreendesse que se estava na fase inicial do mandato. Sabia-se que a situação era difícil, mas sabia-se também que com esforço, empenho e dedicação de todos conseguir-se-ia construir uma Cidade melhor.

----- O Senhor Presidente também sabia que a situação do Município não era fácil, sabia-o quando decidira concorrer e isso nunca poderia surgir como causa, ao longo dos dois anos que tinha pela frente, de exclusão da responsabilidade, nem como causa de exclusão do não cumprimento das suas obrigações e dos compromissos eleitorais assumidos. -----

----- O CDS-PP não iria fazer oposição por oposição, criticar por criticar. O Senhor Presidente teria da parte do CDS-PP uma oposição firme em defesa daquilo que considerava ser melhor para Lisboa. Manteria sempre uma atitude vigilante, fiscalizadora e interventiva, não se inibindo de apresentar, quando considerassem oportuno, as propostas que considerassem melhores para a Cidade, de acordo com as linhas programáticas daquilo que também tinha sido o seu programa eleitoral. -----

----- O CDS-PP, durante os próximos dois anos, trabalharia e colaboraria naquilo em que fosse chamado a colaborar, para reganhar a confiança dos eleitores e assumir-se como um partido de governo da Cidade. Ao longo desse período iria, sobre cada aspecto da vida da Cidade e sempre que tal se justificasse, apresentar as suas ideias com o único fito da defesa dos interesses e da melhoria da qualidade de vida dos munícipes. O CDS-PP tinha um projecto e uma linha de rumo, um conjunto de princípios que, apesar de estarem na oposição, não abdicariam. No âmbito da actuação partidária, iriam pugnar por uma especial atenção às áreas do ambiente, espaços verdes, espaço público, mobilidade, reorganização dos serviços camarários, habitação para jovens, intervenção social e, como era óbvio, a situação financeira e patrimonial da CML. -----

----- Na Informação Escrita do Senhor Presidente, parte desses aspectos eram completamente omissos, não como actividade, mas como linhas de rumo que se pretendiam para os próximos dois anos. No final desses dois anos o Senhor Presidente teria que prestar contas pela sua actividade e o CDS-PP entendia que teria também que prestar contas como oposição, por aquilo que tinha contribuído ou não para a melhoria da Cidade. Por isso, iria ao longo deste e do próximo ano bairro a bairro, freguesia a freguesia, verificar a situação de cada uma delas e contribuir através de propostas na Assembleia para que o Executivo da Câmara pudesse, com a colaboração do CDS-PP, resolver os problemas locais. -----

----- Não podia deixar neste momento de dar uma palavra sobre a importância assumida pelos autarcas de Freguesia. Era um papel fundamental na vida autárquica da Cidade. O Senhor Presidente teria que reconhecer isso e teria que dotar as

Freguesias dos meios para que se pudessem cumprir os objectivos e se pudesse, duma forma mais eficaz, atingir a resolução dos problemas locais. -----

----- A vida da Cidade não dependia das grandes medidas e do *show-off* que o actual Executivo já demonstrara saber bem-fazer, mas dependia também e sobretudo de obra feita, obra de resolução dos pequenos grandes problemas da população. Essas sim, eram as grandes tarefas que se colocavam nos próximos dois anos, resolver os pequenos grandes problemas de cada bairro, de cada Freguesia, e sobre isso ainda não tinha obtido por parte da Câmara Municipal uma resposta cabal. Nem sequer se tinha conseguido ainda delinear, da Informação Escrita e do discurso do Senhor Presidente, a linha de rumo sobre as áreas de actuação camarária. Por ora era tudo. -----

----- **O Deputado Municipal José Luís Ferreira (PEV)**, no uso da palavra, começou por, em nome do Grupo Municipal do PEV, saudar o Senhor Presidente da Câmara de Lisboa e as Senhoras e os Senhores Vereadores eleitos, desejando-lhes sucesso para que Lisboa ficasse melhor. Era o desejo do PEV. -----

----- Tinha registado com agrado a adesão da Cidade de Lisboa à Semana da Mobilidade e ao Dia Europeu Sem Carros. Tratava-se de uma iniciativa importante, sobretudo se tivessem em conta que a mobilidade assumia hoje uma expressão determinante na qualidade de vida e na organização das sociedades. Constituía uma jornada de informação, sensibilização e promoção de uma mobilidade alternativa e ao mesmo tempo um laboratório urbano que permitia avaliar o efeito real de medidas sobre mobilidade, a pensar nos impactos ambientais, na saúde pública, nos consumos energéticos e no funcionamento e qualidade do espaço urbano. Todos sabiam que essas iniciativas nem sempre recolhiam uma adesão imediata, pela alteração de rotinas e até pela própria confrontação de conceitos sobre qualidade de vida, conforto e outros que essas iniciativas por vezes provocavam. -----

----- A adesão por parte das pessoas dependia fundamentalmente das campanhas de sensibilização e divulgação que previamente se realizassem. O sucesso dessas jornadas estava dependente da difusão dos valores e problemas que a mobilidade e a sociedade tinham que enfrentar. Se não houvesse uma forte campanha de sensibilização e divulgação das iniciativas a promover, corria-se o risco de semear antipatias nas pessoas relativamente a essas iniciativas, porque ficavam surpreendidas na hora com restrições automóveis, por exemplo. Assim, acabava por se ter um efeito contrário ao que se pretendia. -----

----- Não tinha visto na Informação Escrita referências a qualquer campanha de sensibilização e divulgação dessas iniciativas. No terreno, a informação e divulgação tinha sido claramente insuficiente, mas mais que uma crítica essa observação devia ser entendida como um apelo para que no futuro o Executivo procedesse a uma forte campanha prévia de divulgação e sensibilização da Semana da Mobilidade e sobretudo do Dia Sem Carros e das iniciativas previstas para esse dia. -----

----- Tinha duas perguntas para fazer ao Senhor Presidente, que entretanto se dissiparam. Uma tinha a ver com a constituição de uma comissão para avaliar o terreno do Parque Mayer. Isso tinha suscitado outra questão, porque havia uma proposta de Câmara aprovada que tinha a ver com o Capitólio e que na Informação

Escrita não vinha nada, mas que o Senhor Presidente já se referira a ela na sua intervenção e, portanto, ia deixar as perguntas para o seu colega de bancada. -----

----- **O Deputado Municipal Nuno Roque (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, no uso da palavra, começou por desejar as maiores felicidades ao Senhor Presidente da Câmara e a toda a Vereação, porque o êxito que tivesse na Cidade de Lisboa seria importante para todos os que escolheram viver na Capital do País. Capital que era importante não só por isso, mas também por desempenhar um papel de relevo no âmbito da UCCLA, uma questão que não se podia esquecer, dadas as tradições históricas que ligavam a outros países. -----

----- Estava esperançado de que o Senhor Presidente da Câmara desempenhasse um papel importante relativamente à Cidade, que devia ser uma Cidade para as pessoas viverem e não propriamente para se criarem situações tendo em vista atingir outros objectivos, mas também num âmbito daquilo que a Cidade representava em termos externos. -----

----- Tinha ouvido atentamente a comunicação do Senhor Presidente e uma das coisas que o afligia sempre um pouco era verificar que da Segunda Circular para lá quase não se falava. Falava-se da Baixa, daqui e dali, mas aquela zona da Cidade, onde hoje viviam cerca de 80 mil pessoas. Se somassem Carnide e Benfica, eram cerca de 150 mil pessoas. Era importante que também se pensasse nessa zona, embora reconhecesse que na primeira comunicação havia que limitar de algum modo o âmbito da informação que prestara. -----

----- Uma das questões que não queria deixar de recordar e que lhe parecia ter faltado na comunicação era a questão da educação na Cidade. Esse era um ponto importante que não se podia esquecer, a educação seria o princípio para haver maior desenvolvimento. Havia grande responsabilidade da Câmara nas obras que havia que efectuar e também da parte do Governo. Tinha que se ser capaz de fazer toda essa ponte, no sentido de Governo e Câmara terem estabelecimentos de ensino condignos e propícios à aprendizagem pela população escolar e para o exercício de funções por parte dos professores. -----

----- O Senhor Presidente tinha falado também da questão das passadeiras junto das escolas. Realmente, era um objectivo importante. A Junta de Freguesia tinha levantado sempre essa questão, todos os anos em Junho/Julho, da marcação das passadeiras junto dos estabelecimentos de ensino, dado que naquela área geográfica, só na Freguesia do Lumiar, havia cerca de 11 mil alunos, cerca de 5 mil no privado e um pouco mais no ensino público. Portanto, era uma preocupação bastante grande, mas constatara que a determinação dada pelo Senhor Presidente para que fossem pintadas as passadeiras, pois tinham-se esquecido de alguns locais que a Junta indicara para pintar. -----

----- Dava como exemplo o Colégio de São João de Brito, onde não pintaram as passadeiras em frente a um estabelecimento de referência na Cidade. Dava também como exemplo a Escola do Alto da Faia, uma das melhores escolas de Lisboa, frequentada por um grande número de alunos e onde também não foram pintadas as passadeiras. Esperava que no futuro isso fosse alterado. -----

----- Podia falar também na questão do ambiente e espaços verdes. Havia um espaço verde na área geográfica do Lumiar que apoiava toda a zona norte de Lisboa, a Quinta das Conchas e dos Lilazes, inauguradas as suas requalificações respectivamente em Maio de 2005 e no início de 2007. Sabia que o Senhor Presidente tinha estado lá na altura da campanha eleitoral e tivera oportunidade de verificar a degradação em que estava aquele espaço. Ainda não estava completamente recuperado, tinham feito obras, mas faltavam os circuitos de água em funcionamento e esperava que a Câmara assumisse isso como um desígnio importante. Era um espaço frequentado por grande quantidade de pessoas, tanto durante a semana como ao fim-de-semana. Era um espaço verdadeiramente europeu que podia ser apresentado como referência, tinha que se resolver definitivamente essa questão. -----

----- Quanto à habitação e requalificação urbana, e porque a habitação era uma das condições da dignidade humana, não queria deixar de chamar à atenção para duas questões que estava convicto de que o Senhor Presidente iria dedicar especial atenção. Falava, por exemplo, da Rua Queiroz Pereira, onde havia 140 habitações privadas que foram vendidas pela Câmara a particulares, e 85 habitações públicas. Essas habitações estavam todas degradadas e havia que encontrar solução, juntamente com a GEBALIS, para as partes comuns serem pintadas e para aquele espaço ser tratado. Na verdade, era uma zona de realojamentos e agora era notória a degradação em que o espaço se encontrava. -----

----- Também queria referir o Bairro da Quinta do Olival, a quem ninguém dedicava atenção nenhuma. Estava junto da antiga lixeira do Vale do Forno, eram pessoas que tinham ido para ali nos anos 60, não conseguiam fazer as legalizações e o Senhor Presidente, como Jurista que era, sabia que a legislação publicada em 95 permitia transformar aquilo numa AUGI e resolver com facilidade, pagando as pessoas um tanto. -----

----- Por outro lado, não queria deixar de recordar um pormenor e sabia que o Senhor Presidente, pela sua influência, pelas expectativas que criara na população de Lisboa com a sua eleição, não podia deixar de dedicar especial atenção, que era a Autoridade Metropolitana de Transportes. Quem vivia naquela zona via o movimento na Padre Cruz, que estava transformada não numa rua de cidade, mas numa avenida onde se andava sempre a alta velocidade. Passavam ali cerca de 70 a 80 mil viaturas por dia e tinha que se encontrar solução para toda aquela questão, desde a requalificação lateral da avenida até desnivelamentos que havia necessidade de fazer. -----

----- Quando fizeram a Av. Padre Cruz derrubaram um bairro antigo que havia naquela zona. A Freguesia do Lumiar fora ali criada, vinha do século XIII, e podiam ter feito ali um túnel, por baixo das habitações antigas, mas não tinham feito, derrubaram e criaram ali uma dificuldade para as pessoas atravessarem a Av. Padre Cruz quando se deslocavam para a Igreja Matriz ou para o Cemitério do Lumiar. Era fácil de fazer um desnivelamento naquela zona e estava convencido que com uma pequena despesa se conseguia solucionar. -----

----- Por outro lado, na estação de metro do Lumiar estava um parque de estacionamento para 223 viaturas, concluído já há bastante tempo. Interrogava-se

porque é que aquele parque de estacionamento não era aberto à população, com tanta falta de estacionamento ali. Eram 223 lugares que estavam perdidos. Não percebia para que se faziam acordos com o Metro. Já vinha do passado, mas era um acordo do Governo e da Câmara, etc., mas havia ali um parque de estacionamento que devia ser posto ao serviço da população. -----

----- Quanto a questões que não tinham só a ver com a Câmara, não podia deixar de recordar uma questão importante existente naquela zona da Cidade de Lisboa e que tinha a ver não só com a Freguesia do Lumiar, mas também da Charneca e da Ameixoeira, que era a requalificação urbana que era necessário fazer. Falava-se só dos bairros históricos, Alfama, etc., que eram situações importantes na Cidade, mas também havia que pensar em toda aquela zona histórica para requalificar. -----

----- Por outro lado, havia uma Divisão de Polícia já concluída, que era um edifício modelo, como não havia com certeza na Cidade de Lisboa. O Senhor Presidente tinha sido Ministro da Administração Interna, mas estava convencido que na Cidade de Lisboa não haveria um equipamento policial como aquele que estava construído no Alto do Lumiar. Faltava agora equipá-lo com efectivos suficientes para fazer o policiamento de proximidade em toda aquela zona norte da Cidade. Era um local onde havia apenas 80 polícias, com cerca de 80 a 90 mil habitantes. As estatísticas de 1 polícia para cerca de 200 habitantes estavam completamente ultrapassadas na zona. ---

----- Não queria também deixar de referir uma outra questão importante para a Cidade, que era a questão dos centros de saúde nalgumas zonas da Cidade. Não podia deixar de referir que o Centro de Saúde do Lumiar, neste momento com 80 mil utentes, do Lumiar, da Charneca e da Ameixoeira, tinha neste momento 16 mil utentes sem médico de família. Era altura de se pôr termo a essa situação. Diziam-lhe que cada médico tinha a seu cargo 1600 habitantes, neste caso havia necessidade de pelo menos serem colocados 10 médicos naquela zona. -----

----- Também sabia que era preocupação do Senhor Vice-Presidente resolver o problema do Mercado do Lumiar e do polidesportivo, que tinham sido demolidos em virtude das obras do viaduto do Eixo Norte-Sul. Na zona estavam esperançados e convictos de que era uma situação que seria resolvida. -----

----- Terminava com a acção social, primeiro porque a Dra. Ana Sara Brito tinha sido uma colega durante muito tempo na Assembleia e sabia a forma como se dedicava às causas, porque tivera oportunidade de a acompanhar nos últimos 5 anos. Aquela zona da Cidade de Lisboa não tinha creches, não tinha jardins-de-infância. Para idosos, neste momento havia 6 mil, mas dentro de 10 anos seriam cerca de 15 mil e não havia centros de convívio, era qualquer coisa que teriam que ser capazes de solucionar. Estava-se a atrair a população à Cidade e depois não se criavam equipamentos para resolver problemas que se punham com os idosos, não só no caso dos centros de convívio, como também nos apoios domiciliários, etc. Esperava uma dedicação nesse aspecto, dado que na zona havia de facto estabelecimentos privados, como os “Inválidos do Comércio”, que desempenhavam um papel importante, mas esses eram nacionais e havia necessidade de pensar em coisas locais. -----

----- **O Deputado Municipal Hugo Lobo (PS)**, no uso da palavra, disse que volvidos dois meses após as eleições para a Câmara Municipal de Lisboa, aqui se encontravam para discutir a Informação do Senhor Presidente da Câmara. Não podia deixar de referir a sua satisfação pelo facto do autor dessa Informação ser o Dr. António Costa, que liderara o projecto do Partido Socialista, que fora escolhido pelas eleitoras e pelos eleitores no passado mês de Julho. -----

----- Salientava, antes de mais, o novo formato da Informação, concisa e focada nos aspectos essenciais, a contrastar sobremaneira com informações anteriormente apreciadas pela Assembleia Municipal. Não obstante ser escasso o período de tempo decorrido desde a tomada de posse do novo Executivo, eram já inúmeras as iniciativas e as actividades levadas a cabo e a merecerem destaque. Desde logo pela gravíssima situação em que as finanças do Município se encontravam, num estado ainda mais complexo do que era expectável, mereciam destaque as primeiras medidas tomadas tendo em vista o saneamento financeiro da Autarquia e que já tinham sido abordadas na intervenção do Senhor Presidente e da sua camarada Marta Rebelo. -----

----- Conforme tinha sido assumido durante a campanha eleitoral pelo PS, começaram a ser desbloqueadas várias das empreitadas que se encontravam paralisadas, tendo sido também apontados prazos para a sua conclusão. Entre elas, podia referir a requalificação do Jardim de São Pedro de Alcântara e do edificado da Rua de São Bento. -----

----- Algumas empreitadas que não puderam ainda ser retomadas, não o foram por motivos sobejamente conhecidos de estrangulamento financeiro dos empreiteiros responsáveis. -----

----- Na Informação era também dada conta da aprovação de um plano de emergência para a manutenção dos espaços verdes e cemitérios, tendo sido já intervencionados diversos espaços um pouco por toda a Cidade. O abandono e a degradação a que a generalidade dos referidos espaços estava votada, tantas vezes referido e denunciado por autarcas socialistas na Assembleia Municipal, tornava imperativa uma acção desse tipo. -----

----- Encontrava-se em execução uma operação generalizada de limpeza, que abrangera já uma parte significativa da Cidade, Lapa, Prazeres, Santos, Charneca, Beato e Marvila e centro histórico, a cuja continuidade e aprofundamento aqui apelava. -----

----- As passeadeiras de peões, nomeadamente as que se encontravam junto a jardins-de-infância e escolas do Concelho, foram objecto de uma recuperação generalizada, tendo essa acção arrancado na Freguesia de São João. -----

----- Decorria desde o dia 12 de Setembro a operação “Tolerância Zero” para com o estacionamento ilegal, mormente nos passeios ou em segunda fila, com particular incidência na zona das Avenidas Novas e na Baixa de Lisboa, já com resultados assinaláveis. -----

----- Merecia também uma saudação o encerramento ao trânsito automóvel aos domingos na Praça do Comércio e na zona da Ribeira das Naus, entre o Largo do Corpo Santo e o Campo das Cebolas, levada a cabo desde o dia 26 de Agosto, o que

vinha permitir uma maior fruição daquele espaço por quem visitasse essa zona da Cidade e pelos lisboetas. -----

----- Referia ainda as decisões relativas à elaboração de um plano de pormenor para a área do Parque Mayer e a vontade expressa pelo Executivo de reavaliar o Plano de Reabilitação da Baixa-Chiado. -----

----- Pouco tempo passara desde a posse do novo Executivo, mas era já notória a dinâmica impressa, a vontade de atacar com determinação os problemas e de voltar a tratar Lisboa como ela merecia. -----

----- **O Deputado Municipal Silva Dias (PCP)**, no uso da palavra, começou por saudar a nova Vereação e manifestar o prazer por ver alguém que conhecia desde criança, antigos alunos, colegas, pessoas a quem ligavam laços ideológicos e culturais, sentimentos de respeito e admiração. Unia certamente um inegável sentimento de amor à Cidade e por isso desejava as maiores felicidades nos cargos. -----

----- As informações escritas do Presidente da Câmara à Assembleia, que a democracia instituía, constituíam no seu conjunto um instrumento valiosíssimo para o estudo da Cidade e da sua evolução. A que se discutia hoje seguia um esquema que se mantinha inalterado havia muito tempo. Uma mais ou menos curta introdução assinada pelo Presidente da Câmara, a que se seguia um relatório exaustivo, por vezes fastidiosamente pormenorizado de tudo o que os serviços fizeram no período de três meses. Este era o primeiro, esperava por inovação. -----

----- O curto espaço de tempo que o Regimento concedia para a discussão do documento obrigava-o a fixar nas páginas 9 e 10, onde se falava do futuro do Parque Mayer. Propunha-se na Informação Escrita a realização de um concurso, de forma a garantir a maior qualificação dos autores de um futuro plano. A ideia merecia aprovação e louvor. Queria, contudo, formular algumas dúvidas e colocar algumas questões. -----

----- Referindo-se o concurso à escolha de autores, podia deduzir-se que o objectivo primeiro era encontrar a forma e pensar que Foster já era, Ghery levava os dólares e não tinha deixado saudades nem admiração, porque poucos viram o que ele tinha feito e ninguém conhecia o que ele pensava. Haveria, pois, que escolher outros, mas o mais importante não seria que feito ia ter, era saber o que se queria que ele fosse. Essa definição, daquilo que seria e não como seria, cabia aos eleitos representantes da vontade da população. -----

----- Do elenco daquilo que o concurso e o plano pretendiam garantir, destacava a título de exemplo e solicitando esclarecimento: -----

----- A reabilitação do Teatro Capitólio, importava definir o conceito de reabilitação, porque na Assembleia Municipal já tinha sido dito pelo Vereador responsável que o relatório do Instituto Superior Técnico de 2003 indicava que o edifício era irrecuperável e condenava-o à demolição. Também fora dito por outro Vereador, igualmente responsável, que a recuperação significava manter uma fachada, desventrar o edifício e reprogramar tudo por dentro. Havia ainda quem alvitrasse que era o restauro que se impunha e que o Capitólio fosse reconduzido à peça fundamental do movimento moderno na Europa. -----

----- O Senhor Presidente já tinha respondido parcialmente a essa pergunta, mas ela mantinha-se ao de cima. Eram quem tinha que decidir, dentro de uma política municipal e participativa, o que é que se queria para o Parque Mayer. -----

----- Dizia também a Informação Escrita que o concurso pretendia garantir o estacionamento automóvel necessário á sustentabilidade ambiental e funcional do projecto, mas nas discussões já realizadas na Assembleia as opiniões iam desde uma generosa relação entre o edificado e o número de lugares, mas também havia uns que defendiam que, dada a acessibilidade pública do local e a necessidade de tranquilizar a Av. da Liberdade, podia-se encarar não haver lá estacionamento. -----

----- Esses temas careciam de discussão e integração numa escala mais vasta da política de estacionamento e circulação nas zonas centrais históricas e, obviamente, numa visão sistémica que um Plano Director devia conter. Por isso apelava a que se ressuscitassem os estudos do Plano Director, sobre o qual parecia ter caído uma malapata. -----

----- No rosário de decisões que era necessário trazer ao estudo do Parque Mayer afigurava-se também como adquirido na Assembleia Municipal que no jardim do palacete Ribeiro da Cunha não se mexeria. Parecia ser um dado adquirido que convinha ser vertido para o concurso. -----

----- Importava, pois, assegurar a discussão na fase de programa, não tanto na fase da forma do concurso que muitas vezes acabava no “gosto, não gosto”. Era preciso definir o que se queria, pelos eleitos. Para isso, a Assembleia e as comissões que se tinham encarregado do acompanhamento da questão do Parque Mayer tinham já um espólio de análise que conviria ser aproveitado e podia ser a sede da ampliação da participação de todos. Era aqui o fórum de discussão dos problemas da Cidade. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Barroso (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que a sua intervenção destinava-se essencialmente a colocar algumas questões ao senhor Presidente e ao Executivo Camarário relativamente a algumas informações constantes do documento escrito e a outras tantas omissões constantes do mesmo. -----

----- Começando pelas omissões, relembra que fora objecto de uma intervenção na Assembleia Municipal a situação do Lar Padre Carlos, na Freguesia de São Domingos de Benfica. Olhando para a Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara, não se via qualquer referência a essa situação. A sua questão ia no sentido de saber qual o conhecimento que o Senhor Presidente tinha dessa situação e o que efectivamente pretendia fazer relativamente a essa questão. -----

----- A segunda omissão dizia respeito à extensão do Centro de Saúde de Marvila, que se encontrava fechado, embora concluído há mais de dois anos. Esse assunto tinha sido trazido pela primeira vez à Assembleia Municipal pelo Grupo Municipal do CDS e esperava que, face à elevada expectativa da eleição do Senhor Presidente da Câmara, à excelente relação que mantinha com o Governo Central, que estando o Centro de Saúde dependente de uma medida do Governo Central, para abrir, que o Senhor Presidente trouxesse à Assembleia alguma informação sobre essa situação. Ao invés, deparavam-se antes com uma recomendação do Partido Socialista, do próprio

partido do Governo e do Senhor Presidente da Câmara, que reproduzia o teor da moção apresentada pelo CDS-PP, fazia agora sensivelmente um ano. -----

----- Queria alertar o Senhor Presidente para essa situação e que diligenciasse junto do Governo a resolução e a abertura imediata do Centro de Saúde, pois só estava dependente do Governo essa situação. -----

----- Relativamente ao conteúdo da Informação Escrita, referindo concretamente o ponto 2 e elogiando as reuniões que o Senhor Presidente vinha fazendo com os Presidentes de Junta, referia que essas reuniões vinham permitindo elencar os principais problemas de cada Freguesia. Bom, elencados ficavam, mas qual era a forma que o Senhor Presidente iria estabelecer na relação com as Freguesias para solucionar os problemas? Que meios iria dotar? Iria reforçar a delegação de competências ou não? Se iria ser a Câmara a assumir a resolução desses problemas e se iria de certa forma calendarizar e inventariar esses problemas e dar a conhecer à Assembleia Municipal. -----

----- Sobre o ponto 3, também na sequência daquilo que já fora a explicação do Senhor Presidente relativamente às obras que não puderam continuar pelo facto dos empreiteiros terem rescindido os respectivos contratos, o que é que a Câmara iria fazer? Que obras eram essas e o que é que a Câmara iria fazer nessas obras? -----

----- Sobre os espaços verdes, de facto apresentava-se uma medida inicial de recuperação dos espaços verdes, mas na maioria dos casos eram espaços verdes com alguma dimensão e faltava a política do pequeno espaço verde, a conservação do pequeno espaço verde. Esse não tinha qualquer referência e era para saber se o Senhor Presidente tinha alguma medida agendada a breve trecho para essa situação. -----

----- Quanto ao ponto 9, estava inteiramente de acordo com a tolerância zero com o estacionamento em segunda fila, mas queria também questionar o Senhor Presidente se era uma medida avulsa ou se teria continuidade e, a ter continuidade, quais os meios que a Câmara teria à sua disposição para a continuidade dessa medida. -----

----- Por outro lado, tinha ficado de alguma forma confundido com o objectivo dessa medida, porque o resultado que o Senhor Presidente trazia era o número de autos de contra-ordenação levantados. O Grupo Municipal do CDS-PP pensava que o que estava em causa como objectivo não era levantar autos, não era fazer os contribuintes pagarem. Esse era o sistema que o Partido Socialista vinha adoptando no Governo, aumentar as receitas fosse a que custo fosse. O que era preciso era combater o estacionamento em segunda fila de forma eficaz e para isso o Senhor Presidente não tinha trazido resultados. Seria que os ia trazer? Era a questão que deixava no ar. -----

----- Por último, quanto aos concursos externos que foram anulados, o CDS-PP esperaria pelos pedidos de informação que foram aprovados nas moções para se pronunciar sobre essa questão, mas não queria deixar de salientar que o número de candidatos desproporcional ao número de vagas revelava a precariedade existente no emprego e o desemprego que o Governo tentava esconder mas que, ao fim e ao cabo, estava bem patente na Cidade de Lisboa. -----

----- Dirigindo-se directamente à Senhora Presidente e à Mesa, era com algum desconforto e com alguma tristeza que olhava para a sala e reparava que se calhar

mais de metade dos Deputados Municipais já não estavam presentes, o que era claramente uma falta de respeito institucional para com a Assembleia, para com a Câmara, mas acima de tudo para com o público, os munícipes que se deslocavam à Assembleia e que esperavam dos Deputados Municipais algum sacrifício de horas. Lamentavelmente, mais de metade dos Deputados Municipais já não estariam presentes. -----

----- **A Senhora Presidente** referiu que o Deputado Municipal Carlos Barroso se dirigia ao órgão desadequado, porque a questão que colocava não tinha a ver com a Mesa. Compreendia isso como um alerta, mas não certamente dirigido à Mesa, que estava integralmente. -----

----- Disse ainda que o Senhor Deputado Municipal podia fazer um pedido de verificação de quórum à Mesa, regimentalmente, e a Mesa aceitava. Não estavam a precisar de quórum deliberativo e, portanto, escusava de explicar mais alguma coisa. A questão só se colocava se houvesse alguma coisa para deliberar e, portanto, pedia que reponderasse a questão que acabara de colocar. -----

----- **O Deputado Municipal Sobreira Antunes (PEV)**, no uso da palavra, disse que para além das actividades sectoriais das Direcções e Departamentos Municipais, referentes ao período de Abril a Julho, a Informação Escrita contemplava já os primeiros passos da Vereação entre Agosto e meados de Setembro do ano corrente. Por isso iria realçar pormenores sobre os quais gostaria de ser elucidado. -----

----- Na página 44 referia-se que “a Direcção Municipal de Planeamento Urbano redigiu que está a fazer o acompanhamento do processo de reposição da ciclovia de Telheiras”. A associação local de residentes, ou qualquer cidadão que por lá passasse há anos, vinha também fazendo esse acompanhamento visual, mas isso não tinha resolvido o problema. Sabia que a Federação de Cicloturismo já entregara, inclusive, um parecer favorável sobre o novo percurso. A Assembleia Municipal já tinha aprovado moções pela sua reposição. -----

----- Mesmo quando na página 9 da introdução o Senhor Presidente citava o acordo da Câmara Municipal com o Sporting, em plena Semana da Mobilidade omitia-se, fosse lá saber-se porquê, essa questão. Nem uma única linha para a esperada resolução do problema, nem para a responsabilização do clube perante tal atentado. -----

----- Perguntava qual o motivo para a sua exclusão do acordo e qual o calendário para a sua conclusão. -----

----- Na página 46, “estudo de infra-estruturas para o Rio Seco”. Tinha sido também aprovada em Abril deste ano uma recomendação na Assembleia Municipal sobre o assunto. Perguntou em que ponto se encontrava a 2ª e 3ª fase do projecto de parque urbano do Rio Seco. -----

----- Página 64, o Departamento de Higiene Urbana referia o controlo de pragas a pedido dos cidadãos. Havia locais em Lisboa, espaços expectantes, zonas habitacionais e jardins, onde as pragas de ratos há muito não eram controladas. Ainda na semana passada, em zona de obras de ajardinamento da EPUL, a cada cavadeira pulavam ratos fora dos ninhos. Perguntava para quando uma campanha eficaz de desratização em Lisboa. -----

----- Página 67, uma questão não esclarecida era a da compatibilização das obras do Colégio de São Tomás com o topo sudeste da Quinta das Conchas, visto o Colégio ter procedido ao abate de árvores e entrado dentro dos espaços pedonais da Quinta. Tinham sido publicadas fotos, que ia entregar à Mesa mais uma vez, que o comprovavam. A denúncia fora feita pelo PEV na Assembleia Municipal em Dezembro de 2006. Perguntava agora que tipo de compensação se iria exigir ao Colégio. -----

----- Página 112, “acção fiscalizadora da polícia sobre a venda ambulante”. Quem poderia esclarecer porque era permitida a instalação de *roulottes* em cima dos passeios, mesmo naqueles com pilaretes que os vendedores retiravam do solo ao redor dos estádios de futebol? -----

----- Quanto à introdução do Sr. Presidente, gostava de alertar para algumas aparentes imprecisões: -----

----- Página 4, logo na primeira linha era referido “o corte e a limpeza no Jardim Mahatma Gandhi”. Se calhar existia mais que um local com esse nome em Lisboa, mas se estavam a falar do espaço do templo hindú Radha Krishna na Azinhaga dos Ulmeiros, em frente ao Hospital da Força Aérea e a um hipermercado, contíguo ao parque dos contentores da Azinhaga da Torre do Fato e da famosa Quinta da Nossa Senhora da Paz, então não restava dúvida de que essa passagem da Informação Escrita devia ser futurista. Todos os fins-de-semana por lá passava e a situação actual era de lixeira a céu aberto, da qual até tinha várias fotografias, pelo que entendia que provavelmente só poderia ser uma gralha. -----

----- Um pouco mais abaixo, no ponto 7 da mesma página, era referido que “até ao dia 14 de Setembro decorreu uma operação de limpeza que centrou grande parte dos seus meios, por exemplo, no Lumiar”. Talvez houvesse outro Lumiar em Lisboa, mas se estavam a falar de uma Freguesia do esquecido lado norte da Segunda Circular, então alguém se poderia ter equivocado. Também tinha fotografias, que publicara na Internet no passado dia 16 e que atestavam o lixo e os canaviais, inclusive junto a escolas, trazendo insegurança aos alunos e, pasme-se, fotografias de algumas fotos de ratos, ou estava-se perante outra gralha do documento do Senhor Presidente. -----

----- Quando se fazia referência ao plano de pormenor para o Parque Mayer, considerava-se necessário garantir um estacionamento automóvel na zona. Perguntava porquê mais um, numa das zonas mais poluídas do País. Talvez o Presidente da Junta pudesse confirmá-lo. Porque não havia uma linha sobre o uso indevido pela Bragaparcques durante cerca de dois anos de um estacionamento que já não lhe pertencia, após a famosa permuta com os terrenos de Entrecampos? O tema até já tinha sido debatido em sede de comissão própria na Assembleia Municipal. Estaria o Executivo a considerar ser eventualmente compensado por esse uso? -----

----- Finalmente, um esclarecimento assaz relevante para os Deputados Municipais: ---

----- No final da página 10 surgia uma referência à reabilitação do Palacete Ribeiro da Cunha. Porém, achava estranho que nada se dissesse sobre o parecer elaborado pela Comissão de Urbanismo da Assembleia. Seria que a gralha era sua e o Senhor

Presidente da Comissão, de Maio até hoje, ainda não tinha procedido ao seu envio para a Câmara? -----

----- **A Senhora Presidente** informou que a Mesa tinha pedido uma contagem e estavam presentes 57 Deputados Municipais, havendo *quorum* até deliberativo. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, começou por dizer que queria registar o respeito institucional da nova maioria pela Assembleia Municipal. Não era hábito ter o Presidente da Câmara a assistir na íntegra ao Período de Antes da Ordem do Dia, como não era hábito haver tantos Vereadores presentes depois de quase 5 horas de reunião. Normalmente estava cheio de assessores mas sem Vereadores. -----

----- Já tinha sido dito, mas como fora dos primeiros a levantar essa questão queria saudar o novo estilo de apresentação da Informação Escrita. Sempre protestara contra o tipo lista telefónica de páginas amarelas que era apresentado e não era significativo em termos de custos de funcionamento da Câmara Municipal, mas era um exemplo e estava-se a poupar muito papel com o novo formato das Informações Escritas. -----

----- Da Informação Escrita do Senhor Presidente ficara-se a saber que a situação financeira do Município era muito pior do que se poderia imaginar. Todos tinham ficado cientes dessa realidade. Porventura ainda haveria algo e com certeza bastante por descobrir e por apurar. -----

----- Isso significava que as responsabilidades que pesavam sobre cada Deputado Municipal eram seguramente também maiores e decisivas. Ou o Município vinha a ter condições para poder resolver os problemas que atingiam a Autarquia e a Cidade de Lisboa, ou se conseguiam ultrapassar as dificuldades financeiras existentes sobre a Câmara Municipal, para ela poder agir, ou tudo aquilo que os Senhores Deputados Municipais e autarcas de Freguesia, Deputados Municipais em simultâneo, reivindicavam justamente ao Senhor Presidente da Câmara como prioritário para fazer na sua Freguesia, não tinha a mínima possibilidade de ser executado, porque a herança que se recebia era trágica. -----

----- Aquilo que o PS esperava dos autarcas que intervieram era o mesmo comportamento que o PS tivera em relação ao Executivo do PSD quando na Assembleia Municipal não tinham maioria absoluta. O PS viabilizara os dois primeiros Orçamentos do PSD em sede de Assembleia Municipal, porque entendia que não poderia dificultar a actividade de quem acabara de ser eleito. Isso em nome da Cidade e do interesse geral. -----

----- O PS também estava completamente solidário com as prioridades definidas pelo Senhor Presidente da Câmara, nomeadamente em termos financeiros, como resolver o escandaloso problema de não se pagar aos fornecedores da Câmara, a muitos deles uma dívida significativa de curto prazo, como também de recuperar as obras paralisadas por falta de pagamento da Câmara. Talvez não se pudessem recuperar todas, porque entretanto algumas dessas empresas foram à falência, quiçá senão pela falta de pagamento da Autarquia. -----

----- Que resposta para essas situações? Era cumprir a Lei e naturalmente que o Senhor Presidente assim o faria. Apenas esperava que dentro dos prazos da Lei as obras paralisadas pudessem recuperar o mais rapidamente possível. -----

----- O PS também tinha consciência de que recuperar a credibilidade do Município passava, como dissera o Senhor Presidente, por resolver de vez todos aqueles assuntos que na opinião pública inquinaram a confiança e a credibilidade dos seus agentes eleitos. Independentemente daquilo que se viesse a apurar, daquilo que era poeira, daquilo que não correspondia à realidade e daquilo que poderia ser exagerado, a verdade era que nos municípios da Cidade de Lisboa se levantara uma questão de gravíssima credibilidade e de confiança em relação aos seus executivos. -----

----- Nesse sentido, o PS estava totalmente solidário e até esperava que tivesse sido aprovada por unanimidade na Câmara Municipal a medida que fora tomada para completo esclarecimento de todas as obras que houvera da empresa Bragaparques com a Autarquia. Que se esclarecesse isso tudo de uma vez, não porque houvesse juízos de valor à partida, não era por entender que umas foram bem e outras foram mal, ou que fora tudo uma coisa de malfeitores ou não. O que era preciso era esclarecer isso de uma vez por todas e nesse sentido o PS queria manifestar ao Senhor Presidente a sua completa concordância e expectativa de que essa questão fosse esclarecida, levasse o tempo que levasse, mas que deveria ser o mais rápido possível, todas as ligações entre a Câmara e essa empresa. -----

----- O PS tinha consciência de que enquanto isso não estivesse esclarecido a credibilidade na Autarquia não seria possível de recuperar. Portanto, queria saudar muito particularmente essa iniciativa do Senhor Presidente da Câmara. -----

----- Tal como dissera na intervenção do PAOD, o Partido Socialista tudo faria para que se pudesse ter um bom ambiente de debate sério. Teriam que divergir sempre que fosse necessário divergir, mas também teriam que concordar sempre que estivessem de acordo, a bem da Cidade. Lisboa não perdoaria a ninguém que a sacrificasse apenas aos meros interesses dos jogos partidários, ou numa perspectiva de preparar as eleições para 2009. Podiam contar com o Partido Socialista para isso, o Senhor Presidente podia contar, a Assembleia Municipal podia contar e também a Senhora Presidente da Assembleia Municipal. -----

----- **O Deputado Municipal José Godinho (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, no uso da palavra, começou por dizer que estava na Assembleia há quase 25 anos. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara dizia que tinha reunido, e acreditava, com Presidentes de Junta, mas lamentava que a sua Junta, das maiores de Lisboa... Tinha uma amiga chamada Zulmira, que se queixava sempre de ser a última a ser chamada, devido à ordem alfabética. Temia que o Senhor Presidente tivesse invertido o alfabeto e Alcântara e Ajuda passassem para últimos. -----

----- Trazia muita coisa para falar com o Senhor Presidente, mas aproveitava no dia 12, quando estariam juntos, para falar disso. No entanto, havia algumas preocupações que gostava de deixar: -----

----- O Senhor Presidente dava o exemplo da poupança da Câmara e dizia que a Câmara gastara no ano anterior 1 milhão de euros nas iluminações de Natal e este ano só iria gastar 400 mil euros, porque senão deixava o Natal às escuras. Ora bem, o Natal de Alcântara iria ficar às escuras, porque o Senhor Presidente tinha enviado uma carta, devia ser gralha, a dizer que tinha celebrado com a Associação em 29-11-2006 e mandava um anexo... Seria um lapso quando o Senhor Presidente da Câmara dizia que iria gastar 400 mil euros e mandava um anexo 2 a dizer que iria gastar 1 milhão e 63 mil euros. -----

----- O Senhor Presidente também falava na Via da Meia Encosta, mas Alcântara rejeitava totalmente a Via da Meia Encosta. Trazia gente de Cascais e de Oeiras para Lisboa, pela sua Freguesia, quando já hoje a sua rua, Rua dos Giestal e a Junqueira ficavam inundadas de gente que não era dali. -----

----- Também estava preocupado com a renovação urbana da frente ribeirinha. Temia o que viesse por ali com o Alcântara XXI, Alcântara XXIII, fosse o que fosse. -----

----- Por último, a Câmara tinha pintado zebras, mas havia uma escola na sua Freguesia que não podia ser com zebras, que era a Escola Raul Lino na Calçada da Tapada. Tinha-se pedido um semáforo que estivesse sempre verde, que só passaria a vermelho com o atravessamento das crianças ou dos pais. A Câmara não tinha ligado nada, pintara aquilo, fartara-se de gastar dinheiro e tivera a zona isolada 3 dias com polícia e continuava tudo na mesma, as crianças continuavam a ser atropeladas. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, no uso da palavra, disse que percebia o desagrado, porque de facto o dia ia longo, mas considerando a intervenção do Deputado Municipal Miguel Coelho, não podia deixar de telegraficamente dar algumas notas: -----

----- Quanto à forma do primeiro relatório, a informática fazia muita cosmética. O relatório apenas diferia dos anteriores porque tivera uma cosmética informática e porque tinha menos informação. Era um relatório que informava menos a Assembleia Municipal. Desde logo informava menos sobre a actividade das empresas municipais e sobre aquilo que fora a actividade da Câmara, concreta, com a apresentação das propostas e a forma como elas foram votadas. Assim era fácil emagrecer um documento. A informação continuava a ser aquela que era vertida nos relatórios anteriores, ou seja, a actividade dos serviços, até estava distribuída por Departamento Municipal. -----

----- Assinalava com alguma preocupação a nota deixada em relação à actividade das Freguesias. Não ia levar isso a título de ameaça, mas aquilo que o Senhor Deputado Municipal Miguel Coelho quisera deixar era mais ou menos que ou não colocavam obstáculos à actividade da Câmara, ou as Juntas não tinham forma de funcionar. Não lhe parecia que essa fosse uma forma séria de colocar as questões, porque a legitimidade das Juntas era rigorosamente igual à da Assembleia Municipal e do Executivo Municipal. -----

----- As Juntas tinham o mesmo direito do Município de exercerem as suas competências, de cumprirem os seus programas. Aquilo que se exigia era que a Câmara fosse capaz de encontrar soluções para que isso fosse possível. -----

----- Os alertas do Deputado Municipal Miguel Coelho, certamente não seria essa a intenção, mas não tinham soado bem e pedia que de futuro evitasse esse tipo de ameaça sobre as Juntas de Freguesia. -----

----- O PSD estava disponível para viabilizar situações como aquela que decorria do empréstimo a ser solicitado. No entanto, esse empréstimo deveria reduzir-se à verba exclusivamente necessária para solver as dívidas e não para ficarem 140 milhões de euros de lado para qualquer outra eventualidade. Se assim fosse, se a Câmara apresentasse um empréstimo que se ativesse às dívidas que a Câmara tinha que solver, seguramente que o PSD olharia para ela com determinados olhos positivos. Se, pelo contrário, esse empréstimo levasse consigo mais 140 milhões de euros, seguramente que os olhos do PSD não seriam tão positivos a olhar para essa proposta. -----

----- Em relação à Bragaparques, infelizmente, aquilo que fora solicitado era uma avaliação à permuta de terrenos. Voltava a dizer que as palavras eram importantes. Aquilo que fora solicitado quanto ao resto dos negócios múltiplos da Bragaparques em Lisboa, que vinha desde a Presidência de João Soares, fora apenas pedida uma informação. Era substancialmente diferente informar e avaliar e por isso deixava o repto ao Executivo Municipal para que avaliasse também todos os negócios que a Bragaparques tinha feito em Lisboa desde a altura em que começara a trabalhar com o Município. -----

----- Dirigindo-se ao Deputado Municipal Miguel Coelho em relação ao Orçamento, disse que o PS tinha viabilizado um Orçamento do Dr. Pedro Santana Lopes, mas tinham inviabilizado o último Orçamento, logo por acaso o Orçamento que calhava no ano eleitoral, logo por acaso obrigando o Município a viver com duodécimos em ano eleitoral. O Deputado Municipal Miguel Coelho vinha várias vezes apelar ao PSD, com medo que o PSD utilizasse a mesma estratégia e os mesmos mecanismos que o PS utilizara. -----

----- O PSD não tinha mimetismo político, as decisões seriam tomadas no momento certo, com base nas avaliações que fizesse. O PSD também não vendia princípios e, portanto, cá estaria para assumir as responsabilidades e outros assumirem as suas naquilo que fosse a condução do Município e a relação com a Assembleia Municipal e com as Juntas de Freguesia em especial. -----

----- **O Deputado Municipal Hugo Xambre Pereira (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra, começou por saudar o novo Executivo Municipal. -----

----- Sobre a Informação Escrita, observando também no terreno a acção que o próprio Executivo Municipal tinha feito, realçava que antes os autarcas das Freguesias tinham que enviar vários ofícios para qualquer acção da própria Câmara Municipal. Agora, rapidamente e sem pedidos ao Executivo Municipal, muitos Presidentes de Junta tinham as passadeiras pintadas, o matagal cortado, etc., a própria higiene urbana claramente melhor, para não se repetir em relação a outros exemplos que já tinham sido dados. -----

----- Havia outros aspectos em que se teria sempre que pedir mais e havia um aspecto importante em que o PS iria com certeza ter na Assembleia Municipal, nesta nova

fase, era que nunca iria ter um papel paternalista de defesa cega do Executivo Municipal, mas exigir mais em várias áreas. Em causa estava Lisboa e como Deputado Municipal mais jovem não podia fazer outra coisa, até porque não queria perder mais tempo a discutir se a Informação Escrita devia estar assim ou de outra maneira. Isso era um exemplo daquilo que de futuro não devia haver na política. -----

----- Como autarca da zona oriental tinha que pedir que a tolerância zero à segunda fila chegasse também ao estacionamento ilegal de camiões TIR e semi-reboques na Estrada de Chelas, Gualdim Pais, Av. Paulo VI, entre outras, veículos que colocavam em risco todas as pessoas que por lá passavam e que causariam acidentes mortais. -----

----- Para concluir, dizer ao Senhor Presidente de Câmara que gostaria de poder também mostrar a sua concordância sobre as reuniões públicas fora dos Paços do Concelho e como Presidente da Junta do Beato seria uma honra que pudesse haver uma reunião dessas no Beato, não por uma questão de *show-off* político, mas porque seria a possibilidade de se poder discutir *in loco* os reais problemas do Beato e da zona oriental com todo o Executivo Municipal, algo que em 30 anos de Poder Local nunca acontecera. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, começou por dizer que, relativamente à questão levantada pelo Deputado Municipal João Mesquita, só tinha a pedir desculpa aos Senhores Presidentes de Junta, se tinha havido uma falha de comunicação, como já pedira uma vez ao Senhor Presidente da Junta de São Nicolau relativamente à abertura do Terreiro do Paço sem carros. -----

----- Quanto aos outros casos, lamentava, mas não foram iniciativas desta Câmara. Num caso fora a anterior Comissão Administrativa, o caso de Carnide, no caso de Elevador da Glória tinha sido apenas convidado pela Senhora Secretária de Estado a estar presente numa iniciativa organizada pela Carris. Portanto, não lhe competia a si convidar ninguém. -----

----- Quanto ao IPO, partilhava o ponto de vista da Deputada Municipal Maria de Belém. Era importante para a Cidade a permanência do IPO em Lisboa. Não competia à Câmara dizer se o IPO devia ficar no local onde estava, ou se as necessidades de desenvolvimento do IPO implicavam a sua deslocalização. O que competia à Câmara tratar era que, naquele ou noutro local, era bom que ficasse em Lisboa. Era pena que não se tivesse encontrado mais cedo uma solução que satisfizesse o pedido feito à Câmara pelo Ministério da Saúde havia mais de um ano. -----

----- Havia agora uma solução que lhe parecia boa. Falara com o Senhor Presidente da Junta de Marvila sobre essa solução, que permitiria na parte do Parque da Bela Vista sul uma pequena ocupação e utilização de um cabeço já fora do Parque e uma parcela de terreno do outro lado da rotunda. Isso permitiria resolver, parecia-lhe que bem, essa questão do IPO. Como as condições postas pelo Ministério da Saúde correspondiam às condições oferecidas pelo Município de Oeiras, designadamente que fosse cedido em propriedade plena e gratuitamente, era evidente que não podia prosseguir a negociação sem que houvesse uma autorização prévia da Câmara que confortasse minimamente nessa negociação. Era isso que propusera à Câmara, era isso que se discutiria na Câmara e depois logo se veria, mas parecia-lhe que era importante para a

Cidade. Não era por uma lógica clubística, mas porque efectivamente o papel que Lisboa tinha que desempenhar na região devia levar a que Lisboa acolhesse um conjunto de actividades de âmbito regional. Aquele equipamento não era para os lisboetas, era de âmbito nacional e, portanto, devia-se assumir essa função. -----

----- Aproveitava para cumprimentar o Deputado Municipal João Saraiva, seu antigo vizinho e ilustre ex-Presidente da Câmara, noutra concelho, sobre a questão da frente ribeirinha. Sabia que nos órgãos do Município de Oeiras vinha a ser discutido um diploma que merecera parecer favorável do anterior Executivo Municipal. Não tinha ainda levado esse diploma à sessão de Câmara porque não merecia a sua concordância esse projecto de diploma. Tinha estado em contacto com o Governo, tendo em vista a reformulação desses diplomas. Eram três no caso concreto de Lisboa, Oeiras só era envolvida em um. Era um outro diploma previsto para a zona de Belém e um para a zona entre o Cais do Sodré e Santa Apolónia, mas entendia que não estava ainda em condições de submeter à apreciação da Câmara e da Assembleia Municipal. -----

----- Dito isso, parecia importante que existisse uma parceria com a Administração Central, além do mais porque sabiam bem que não tinham condições para fazer o que era necessário, pelo menos nesta fase da vida do Município. A parceria era boa, mas se fosse em bons termos e era isso que se tinha que fazer uma boa parceria em bons termos para proveito da Cidade de Lisboa. -----

----- Tinha sido referida a Autoridade Metropolitana de Transportes. Na última reunião da Junta Metropolitana, a primeira onde tivera o prazer de participar, tinha sido aprovado por unanimidade um parecer negativo ao Projecto de Decreto-Lei que o Governo enviara para apreciação da Junta Metropolitana, para a criação da Área Metropolitana de Transportes. Não era verdade que o Governo não tivesse tomado a iniciativa, mas era verdade que a iniciativa do Governo tinha merecido por unanimidade um parecer desfavorável de todos os municípios da Área Metropolitana de Lisboa. Esperava-se que do diálogo entre a Junta Metropolitana e o Governo pudesse resultar um bom diploma da Autoridade Metropolitana de Transportes. Não era qualquer Autoridade Metropolitana de Transportes que seria uma boa Autoridade Metropolitana de Transportes. -----

----- Vários Deputados Municipais se tinham referido ao Parque Mayer. Em primeiro lugar queria dizer ao Deputado Municipal João Mesquita que, na sua opinião, Lisboa teria tudo a ganhar em ter projectos de grandes arquitectos de renome internacional, qualquer que fosse o seu nome, era desejável que assim acontecesse. Aliás, o que não faltava eram projectos paralisados entre a Câmara, a CCDR e várias outras instâncias, com boas assinaturas. Se os projectos eram bons, isso era outra coisa, mas boas assinaturas e renome internacional não faltavam projectos. -----

----- Portanto, era muito saudável que pudesse haver um projecto do Frank Ghery na Cidade de Lisboa, mas a Cidade de Lisboa ainda não se resumira nem reduzira ao Parque Mayer. Havia muita Cidade, com muitos lugares para muitos projectos do Frank Ghery, se algum promotor o quisesse contratar e construir uma peça do Frank Ghery na Cidade de Lisboa, mas relativamente ao Parque Mayer tinha que se passar àquela fase dos projectos concretizáveis. Projectos de grandes autores, cada maioria já

tivera o seu e nessa matéria estavam empatados. Agora tinha que se passar à fase dos projectos concretizáveis e praticáveis. -----

----- Recordava-se que quando em 1989 o Dr. Jorge Sampaio e o Dr. Marcelo Rebelo de Sousa disputaram a Presidência da CML, um dos palcos importantes dessa campanha foi disputarem o tema Parque Mayer. Estava-se quase 20 anos depois exactamente na mesma, só o Parque Mayer é que estava pior, bastante mais degradado e abandonado. -----

----- O que se propunha agora era fazer um concurso de ideias onde toda a gente pudesse ir e desse concurso de ideias resultar primeiro uma selecção de 5 equipas que fossem convidadas a ir a um concurso limitado para a elaboração do Plano e, por outro lado, como base desse manancial de ideias que se desejava que surgisse do concurso, os serviços municipais, a Câmara Municipal, a Assembleia Municipal, poderem definir os termos de referência que depois as equipas teriam que ter em conta na elaboração do Plano. -----

----- Assim seriam combinadas duas coisas, procurar mobilizar o melhor da criatividade e não se demitirem da sua responsabilidade, enquanto órgãos autárquicos, de definir os termos de referência que deviam seguir o Plano que viesse a ser aprovado. -----

----- O que é que se queria sinalizar já? Algumas das opções que pareciam ser necessárias. O que é que se queria que fosse o Parque Mayer? Queria-se que fosse uma zona de lazer e de cultura. Alguns diriam que ia voltar a ser revista, mas não tinha que dizer que tipo de teatro se ia fazer necessariamente no Parque Mayer, ainda para mais porque havia uma verba cativa das receitas do Casino para construir um teatro no Parque Mayer, mas não era o Presidente da Câmara, a Presidente da Assembleia Municipal ou os Deputados Municipais a definir se nesse teatro se iria fazer revista ou representar Shakespeare ou Gil Vicente. Cabia dizer que tipo de uso se queria ali e depois deixar a sociedade funcionar com a iniciativa que lhe cabia. Portanto, queria-se uma zona de cultura e uma zona de lazer. -----

----- Em segundo lugar, queria-se uma articulação com o Jardim Botânico e isso era muito importante porque excluía logo um certo tipo de usos, designadamente usos previstos em planos anteriores. Isso era o que fazia sentido, que era desenclausurar o Jardim Botânico e permitir que se estendesse até à Av. da Liberdade. Por outro lado, ter em conta a localização do Parque Mayer, que era simplesmente as traseiras de um quarteirão. Convinha não esquecer como tinha nascido o Parque Mayer, de um jardim que ficava nas traseiras do Palácio Lima Mayer. Tinha aquela morfologia e aquela colocação e, portanto, podia-se gostar que fosse outra coisa, que fosse noutra sítio, mas não era, era ali e tinha aquela morfologia própria. -----

----- O Deputado Municipal José Godinho, a quem aproveitava para saudar, já cá estava há 25 anos, não aqui mas no velho Palácio Galveias. Admirava a sua combatividade e verificava que se dirigia à Assembleia Municipal com o mesmo vigor com que o vira fazer dirigindo-se à Vereação presidida pelo saudoso Eng^o. Kruz Abecassis. -----

----- Convinha não confundir no relatório aquilo que era a sua exposição daquilo que era o relatório dos serviços, as suas acções produzidas até 31 de Julho, e sobre o qual não lhe competia fazer qualquer tipo de comentário. -----

----- Quanto às iluminações de Natal, o quadro podia não ser muito explícito, mas havia duas coisas: o acordo assinado em 1996 e que viera sempre a ser renovado, que indicava quais eram as ruas pagas pela Câmara, e o quadro anexo com todas as ruas que a Câmara vinha pagando desde 2003 a 2006 e a proposta que estava na Câmara para pagar para 2007. Esse milhão e quase duzentos mil que estava previsto como total para 2007 era o que se teria que pagar se fossem as mesmas ruas dos anos anteriores. Quando dizia que iam pagar 460 mil euros, era só para pagar as ruas que constavam do protocolo e nem mais uma. Tinha muita pena, mas não podia pagar mais do que estritamente estavam obrigados a pagar pelo protocolo. -----

----- O que é que, na sua opinião, se deveria fazer para os anos 2008 e seguintes? Primeiro tinha que se renegociar o contrato com a União de Comerciantes. As iluminações de Natal eram importantes, mas não podiam ser um custo exclusivo para o Município, tinha que ser um custo do Município com parceiros, designadamente com os próprios comerciantes, com patrocínios que quisessem arranjar, o que entendessem, mas não podia ser o Município a pagar a totalidade das iluminações de Natal. -----

----- Por outro lado, tinha que se pôr no protocolo uma coisa essencial, era que a União de Comerciantes tinha que recorrer ao concurso público para a selecção de quem vinha fornecer os serviços de iluminações. Parecia-lhe que não era saudável para a Cidade de Lisboa manter-se o monopólio de facto que se vinha mantendo de uma única empresa que fornecia sistematicamente os serviços. Todos conheciam concelhos não muito longe de Lisboa que optaram por outras modalidades de contratação e tiveram reduções muito significativas no custo das suas iluminações. Não ia dizer se as iluminações eram melhores ou piores, mas eram seguramente bastante mais baratas. -----

----- Sobre a Esquadra da Alta de Lisboa, a indicação que tivera ainda esta semana do Senhor Comandante da PSP era que a tencionava inaugurar ainda durante o mês de Outubro. -----

----- Quanto ao Lar Padre Carlos, a Câmara iria fazer aquilo que já devia ter feito muito tempo antes, um arruamento que não devia ter mais que 80 metros lineares para permitir o acesso ao Lar e o seu funcionamento. Era o mínimo que se podia fazer, depois de se ter gasto tanto dinheiro num equipamento daquela qualidade e que estava fechado. -----

----- Quanto ao Centro de Saúde dos Lóios, extensão do Centro de Saúde de Marvila, a chave já estava entregue à Administração Regional de Saúde e presumia que brevemente tomaria qualquer tipo de iniciativa sobre essa matéria. -----

----- A última questão que não queria deixar de referir, e deixara para o fim porque já se falara bastante sobre ela, tinha a ver mais uma vez com a questão da precarização. Queria dizer ao Deputado Municipal João Saraiva que não se podiam inventar fórmulas para combater a precarização que não fossem formas nos termos da Lei e

havia essas formas. O que não se podia era andar a iludir as pessoas de que se ia resolver por uma forma que não se resolvia. -----

----- Num dos concursos, parecia-lhe que era o concurso para juristas, que estava concluído e as pessoas já tinha tomado ou estavam para tomar posse, o total de elementos contratados era de 48, em que 25 eram avençados da Câmara e 23 tinham vindo de fora. -----

----- Estavam mais umas dezenas de pessoas para tomar posse, metade já tinham vínculo, outra metade vinha de fora, porque não se podia garantir que não viessem pessoas de fora. Se abria um concurso externo de ingresso, ou o concurso estava viciado à partida e era da maior gravidade, não podia pensar sequer que alguém organizara um concurso viciado à partida, não estava cá mas não acreditava, recusava-se a acreditar nisso, ou então tudo podia acontecer. Já tinha dado os números, para 466 vagas havia 8800 candidatos, quando só havia 1038 avençados. Quem eram os outros? Estavam todos excluídos? Ou com probabilidades de se ficar com os avençados já existentes mais os outros que vinham de fora. Provavelmente era o que acontecia, como nos concursos que chegaram a seu termo. -----

----- Já tinha reunido com o Sindicato dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa, explicara qual a metodologia que entendia ser adequada, eles tinham ficado de estudar e vinham a manter contactos. Tinham que se resolver as situações de efectiva precarização, mas não se podia confundir “alhos com bugalhos”, porque havia contratos de prestação de serviço que eram verdadeiros contratos de prestação de serviço e não eram outra coisa, nem deviam ser outra coisa, deviam ser só isso. -----

----- Quanto às situações que fossem contrato de prestação de serviço, tinha que se ver o que era essencial e não era. -----

----- Aproveitava para responder ao Deputado Municipal Heitor de Sousa, porque não se tratava de ter uma visão financista ou não financista da vida, tratava-se de que a Câmara não tinha dinheiro para viver. Mais, não só não tinha dinheiro para viver como estava a matar aqueles que tiveram a imprudência de contratar com a Câmara. --

----- Tinha estado com um empreiteiro na reabertura dos trabalhos no jardim de São Pedro de Alcântara, que há dois anos não recebia um tostão da Câmara das várias empreitadas que contratara com a Câmara. Nem todos os empreiteiros se podiam dar a esse luxo, alguns tinham ido mesmo à falência. Nos 56 milhões de euros que já tinham sido pagos, eram dívidas abaixo dos mil euros e algumas tinham mais de um ano, havia dívidas ao quiosque da esquina e à mercearia. Não viessem com fantasias de discursos financistas, porque esta era a realidade prática, não havia dinheiro para levar a mesma vida que até aqui e, portanto, tinha que se mudar de vida. -----

----- Como é que se podia mudar de vida sem matar o doente com a cura? Procurando outras estratégias e outras parcerias para conseguir mobilizar outros recursos. Agora, havia dois caminhos, um de fingir que não havia doente e deixar andar, tomando até umas aspirinas para não sentir aquele mau estar próprio da febre, mas sem estar a tratar, estando só a eliminar os sintomas, ou procurava-se agir rapidamente e olhando para o futuro. -----

----- Não se estava num *sprint* que acabasse no próximo ano, tinha que haver uma visão de médio prazo relativamente à estratégia para o Município. Já tinha dito que para si só fazia sentido o mandato intercalar numa lógica de pelo menos 6 anos, com 2 anos para pôr a Câmara a funcionar e preparar o futuro e os 4 anos seguintes. -----

----- Os saldos estruturais que constavam do Plano de Saneamento Financeiro eram muito claros. No próximo ano o saldo estrutural seria de cerca de 14 milhões de euros, em 2009 seriam 34 milhões de euros e o saldo estrutural podia ir crescendo até em 2012 ser cerca de 109 milhões de euros, mas deviam-se percorrer essas etapas, porque para ganhar a corrida já no próximo ano ou em 2009 acabava-se por não resolver o problema financeiro do Município. Para quem tinha eleições dentro de dois anos era muito tentador dizer que se ia já fazer o que era necessário e daí a 2 anos havia mais 4 para arrumar a casa, era muito tentador, mas era uma absoluta irresponsabilidade e, portanto, todos deviam ter bom senso. -----

----- Os lisboetas tinham percebido muito bem qual o estado da Câmara e do Município. Toda a gente lá fora percebia bem que primeiro tinha que se pôr a casa em ordem e para isso era preciso fazer uma aterragem forçada durante dois anos, com actividade moderada, e depois havia todo o futuro pela frente. -----

----- Não se podia desperdiçar a oportunidade e todos tinham uma oportunidade única, que era haver neste momento um eleitorado perfeitamente convencido de que era necessário parar, arrumar a casa e pôr as coisas em ordem. Não se podia desperdiçar essa oportunidade, porque podia não haver outra, sobretudo de o fazerem por si próprios, nos termos do artº 40º da Lei das Finanças Locais. -----

----- A Lei das Finanças Locais que permitiria cobrar ao Estado IMI sobre os imóveis que estivessem desafectados da Função Pública. As anteriores Leis não o permitiam, a nova Lei passara a permitir. -----

----- **A Senhora Presidente**, seguidamente, esgotado que estava o ponto 1 da Ordem de Trabalhos, deu por encerrada a reunião informando que a Sessão prosseguiria, em segunda reunião, no próximo dia 2 de Outubro, pelas 15 horas. -----

----- Eram 20 horas e 30 minutos. -----

----- E eu, _____, Primeiro Secretário, fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com o Segundo Secretário, _____ . -----

----- A PRESIDENTE -----